

COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2002

BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 63

Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica,
publico o seguinte:

PRIMEIRA PARTE

SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO
(Sem alteração)

SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO
(Sem alteração)

SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO
(Sem alteração)

SEGUNDA PARTE

MINISTÉRIO DA DEFESA

- 1 - ÁREAS ESSENCIAIS ISENTAS DA META DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA - RATIFICA

Portaria nº 467/MD, de 12 AGO 2002

Ratifica as áreas essenciais,
subordinadas ao Ministério da Defesa,
isentas da meta de consumo de energia
elétrica.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, interino, no uso de
suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Parágrafo único
do Art. 5º, do Decreto nº 4.261, de 06 JUN 2002, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Art. 1º Ratificar as Organizações Militares, constantes das Portarias nº 8, de 04 ABR 2002, da Casa Civil da Presidência da República e nº 434, de 17 JUL 2002, deste Ministério, como áreas essenciais, subordinadas ao Ministério da Defesa, classificadas como Instalações Militares de Alerta e Pronto Emprego, para os efeitos do disposto no Parágrafo único do Art. 5º do Decreto nº 4.261, de 06 JUN 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALM.-DE.-ESQ. SÉRGIO GITIRANA
FLORENCIO CHAGASTELES
(D.O.U. nº 156, de 14 AGO 2002)

TERCEIRA PARTE

ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

1 - REGULAMENTO DE UNIFORMES DA AERONÁUTICA - ALTERA

Portaria nº 608/GC6, de 12 AGO 2002

Altera o Regulamento de Uniformes para Militares da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no Art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VI, do Art. 30, da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, aprovada pelo Decreto nº 3.466, de 17 maio de 2000, e no Art. 1º do Decreto nº 88.161, de 10 de março de 1983, e considerando o que consta do Processo nº 04-01/00873/02, resolve:

Art. 1º Alterar o RMA 35-2 "Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica (RUMAER)", aprovado pela Portaria nº 777/GM6, de 19 de novembro de 1998, conforme o seguinte:

I - substituir o tecido azul-baratéia por tecido azul-aeronáutica, constituído de 100% (cem por cento) poliéster, com armadura em panamá.

II - substituir o tecido azul-ferrete por tecido azul-aeronáutica, constituído de 100% (cem por cento) poliéster, com armadura em panamá, com exceção do uso na confecção das palas dos bonés e das passadeiras.

III - substituir, no 1º uniforme "A1", a túnica por jaqueta e a camisa branca por camisa branca de gala.

IV - acrescentar a gravata preta horizontal no 1º uniforme "A1".

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

V - substituir as passadeiras, nos 1º uniformes "A1" e "A2", por platinas duras de encaixe em tecido azul-aeronáutica, com distintivos bordados em linha prateada, para oficiais-generais, e em linha dourada, para os demais oficiais.

VI - suprimir o uso do boné com capa branca nos 1º uniformes "A1" e "A2".

VII - substituir as túnicas dos 2º uniformes "B" e "D" e 3º uniformes "A2" e "A4" por jaqueta.

VIII - substituir a cor do cinto, de azul-baratêia para azul-aeronáutica.

IX - substituir a cor da fivela do cinto de oficiais-generais, de dourada para prateada fosca.

X - substituir a cor do distintivo de curso de formação, do tipo brevê, dos oficiais-generais, de dourada para prateada fosca.

XI - substituir a cor do friso nos gorros sem pala dos oficiais-generais, de dourada para prateada.

XII - substituir a cor da jugular e dos bordados do crachá e da pala dos bonés dos oficiais-generais, de dourada para prateada; e dos botões, de dourada para prateada fosca.

XIII - alterar as camisas azul-claras, de mangas compridas, masculina e feminina, retirando destas as pregas macho dos bolsos, tornando-os lisos.

XIV - substituir os distintivos dos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º "A" e 18º uniformes dos oficiais, cadetes, alunos do Curso de Formação de Oficiais Especialistas (CFOE), do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (CPORAER-SJ), da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar (EPCAR) e suboficiais, por platinas duras de encaixe, em tecido azul-aeronáutica, com distintivos metálicos.

XV - suprimir o uso do distintivo de série de uso na gola da camisa azul-clara, de mangas compridas para os cadetes e os alunos do CFOE.

XVI - substituir os distintivos dos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 11º "C", 16º, 17º e 18º uniformes, dos sargentos, alunos da Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), cabos, soldados e taifeiros, por distintivos em tecido azul-aeronáutica, bordados em linha amarelo ouro.

XVII - incluir os 2º "E" e "F" e 3º "A6" e "A7" uniformes de representação para uso das bandas de música.

XVIII - incluir o 20º uniforme "A", "B", "C" e "D" de desfile e de guarda-de-honra para uso da guarda-cerimonial.

XIX - autorizar o uso do abrigo nº 4, jaqueta azul-aeronáutica com forro removível, em gabardine, para cabos, soldados e taifeiros.

XX - alterar as cores do camuflado aeronáutica, de fundo azul, com manchas azul-aeronáutica, azul-acinzentado médio, azul-acinzentado claro e pretas, para fundo verde-claro, com manchas verde-escuro, marrom e azul-aeronáutica.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

XXI - incluir o tecido gabardine I, composto de algodão e de poliéster, para confecção de sobretudo, em substituição ao tecido de lã impermeabilizado.

XXII - substituir os distintivos de uso no sobretudo, observando o seguinte:

- a) platinas, tipo luva, no mesmo tecido do sobretudo, bordadas em linha prateada, para oficiais-generais, e dourada, para os demais oficiais, aspirantes-a-oficial, cadetes, alunos do CFOE, CPORAER-SJ e EPCAR e suboficiais; e
- b) distintivos de uso na manga, no mesmo tecido do sobretudo, bordados em linha amarelo-ouro, para sargentos, alunos da EEAR, cabos, soldados e taifeiros.

XXIII - substituir a cor do tecido de lã impermeabilizado, para confecção de juponas, de azul-baratêia para azul-aeronáutica.

XXIV - alterar a meia-bota preta, de biqueira sobreposta reforçada para biqueira simples;

XXV - alterar os sapatos femininos pretos de saltos médio e baixo e branco de salto baixo, do tipo mocassim, passando a ter pala, costura simples na gáspea e gravata lisa.

Art. 2º A Diretoria de Intendência da Aeronáutica (DIRINT), dentro do prazo de um ano, a contar da publicação desta Portaria, através da Cadeia de Comando, deverá apresentar ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), para aprovação:

I - o texto reformulado do RMA 35-2 "Regulamento de Uniformes para os Militares da Aeronáutica (RUMAER)", adequado ao previsto na presente Portaria e às Portarias nº 150/GC6, de 5 de março de 2001, e nº 479/GC6, de 13 de junho de 2001;

II - o álbum fotográfico atualizado, contendo os uniformes completos, peças, equipamentos e insígnias previstos no RUMAER; e

III - os seguintes Mapas de Uniformes (masculino e feminino) e de Insígnias e Distintivos, para posterior distribuição às Organizações Militares (OM):

- a) Mapa I - Oficiais;
- b) Mapa II - Suboficiais e Sargentos;
- c) Mapa III - Cadetes
- d) Mapa IV - Alunos;
- e) Mapa V - Cabos, Soldados e Taifeiros; e
- f) Mapa VI - Insígnias e Distintivos.

Art. 3º Estabelecer o prazo de três anos, a partir da vigência desta Portaria, para a completa adoção das alterações nela contidas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA
(D.O.U. nº 156, de 14 AGO 2002)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

2 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Portaria nº 612/GC3, de 13 AGO 2002

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no Art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 09 JUN 1999, tendo em vista o disposto no Art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 JAN 1999, e considerando o que consta no Art. 2º do Decreto nº 3.629, de 11 OUT 2000, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica para designar o pessoal, militar ou civil, para cumprir missões de ensino no Brasil.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA
(D.O.U. nº 157, de 15 AGO 2002)

QUARTA PARTE

SEÇÃO I - ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

1 - DESIGNAÇÃO

Portaria EMAER nº 29/4SC, de 15 JUL 2002

Comissão Militar de Indústria de Defesa
(CMID)

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do Art. 63, do Regulamento de Administração da Aeronáutica - RADA, aprovado pela Portaria nº 391/GM6, de 31 MAIO 1996, resolve:

Art. 1º Designar o Brig.-do-Ar JOÃO CARLOS FRANCO DE SOUZA, do Estado-Maior da Aeronáutica, para compor a Comissão Militar da Indústria de Defesa (CMID), a contar de 06 de fevereiro de 2002, com a finalidade de propor e coordenar os estudos relativos ao fomento às atividades de pesquisa, de desenvolvimento, de produção e de exportação de materiais e serviços de defesa, bem como promover a integração dessas atividades, estabelecer um fluxo adequado de informações entre o Ministério da Defesa e as entidades civis e governamentais envolvidas e garantir e capacitar os recursos humanos necessários.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria EMAER nº 30/4SC, de 09 AGO 2002

Possibilidade de integração da
manutenção da Aviação de Asas
Rotativas.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do Art. 5º, do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, aprovado pela Portaria Nº 47/GC3, de 23 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º Designar os militares abaixo relacionados para compor o Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de analisar os processos adotados pela Aeronáutica para a execução da manutenção e suprimento referentes às aeronaves de Asas Rotativas, a fim de verificar a possibilidade de integração da manutenção das Aviações de Asas Rotativas das Forças Armadas, levando em conta as peculiaridades existentes no Comando da Aeronáutica, bem como participar de reuniões sobre o tema com GT das outras Forças:

I. Presidente: Cel.-Av. LUIS ANTONIO PINTO MACHADO;

II. Relator: Ten.-Cel.-Av. SÉRGIO BOGOSSIAN KHALIL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria EMAER nº 31/4SC, de 09 AGO 2002

Formação Básica de Asas Rotativas em
conjunto pelas três Forças Armadas.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do Art. 5º, do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, aprovado pela Portaria Nº 47/GC3, de 23 JAN 2002, resolve:

Art. 1º Designar os militares abaixo relacionados para compor o Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de analisar o processo de formação de pilotos de asas rotativas adotado pelo Comando da Aeronáutica e, a partir desse processo, elaborar propostas que visem possibilitar a execução dessa formação de maneira conjunta pelas três Forças Armadas, bem como participar de reuniões sobre o assunto com GT das outras Forças:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

- I. Presidente: Cel. Av. LUIS ANTONIO PINTO MACHADO;
- II. Membros Efetivos, representantes designados do(a):
 - a) II FAe. -Ten.-Cel.-Av. JOSÉ ALBERTO DE MATTOS;
Maj.-Av. RICARDO SÉRGIO DE SOUZA VIEIRA (SUPLENTE);
 - b) 1º/11º GAv. - Ten.-Cel.-Av. PEDRO PEREIRA ALONSO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria EMAER nº 32/4SC, de 09 AGO 2002

Padronização na aquisição de helicópteros.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do Art. 5º, do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica, aprovado pela Portaria Nº 47/GC3, de 23 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º Designar os militares abaixo relacionados para compor o Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de analisar a sistemática para aquisição de aeronaves utilizada pela Aeronáutica e, a partir desse processo, elaborar propostas que visem a possibilidade de realizar as aquisições de aeronaves de Asas Rotativas de maneira conjunta pelas três Forças Armadas, considerando as peculiaridades existentes em cada uma delas, bem como participar de reuniões sobre o tema com GT das outras Forças:

- I. Presidente: Cel.-Av. LUIS ANTONIO PINTO MACHADO
Relator: Ten.-Cel.-Av. ROVERSON WILLIAN MILKER FIGUEIREDO (EMAER).
- II. Membros Efetivos, representantes designados do:
 - a) COMGAR - Cel.-Av. LUIZ CARLOS KANAAN FILHO;
 - b) DEPED - Ten.-Cel.-Av. PAULO HENRIQUE LEITE DE OLIVEIRA;
 - c) EMAER - Ten.-Cel.-Av. ALEXANDRE FERNANDES DA SILVA LESSA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Portaria EMAER nº 33/2SC, de 12 AGO 2002

Designa militares para compor Grupo de Trabalho com a finalidade de coordenar a realização do I Comitê de Informação do Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto do Parágrafo único do Art. 2º da Portaria nº 570-T/GC3, de 02 de agosto de 2002, resolve:

Art. 1º Designar os militares abaixo relacionados para compor Grupo de Trabalho (GT) com a finalidade de coordenar a realização do I Comitê de Informação do Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (SICOFAA):

- I. Oficial de Enlace e Coordenador: Ten.-Cel.-Av. JOSÉ MARCOS VIÉGAS;
- II. Delegado: Maj.-Av. MIGUEL ÂNGELO SANTIAGO;
- III. Pessoal de Apoio: Maj.-Av. RICARDO ROCHA MOSCOSO; Cap.-Av. FERNANDO AUGUSTO MASCHIO DE SIQUEIRA; SO BMB LUIZ ANTÔNIO FARIAS DE LIMA; 1S BCO ADILSON LOPES DE FARIA; 2S BCO CLÁUDIO FERREIRA DA FONSECA; 3S BCO WANDILSON PEREIRA ALVES; 3S BCO MÁRCIO DE REZENDE MARTINHO; E 3S SAD ADRIANO HENRIQUE FARIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten.-Brig.-do-Ar MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA
Chefe do EMAER

2 - REQUERIMENTO

O Sr. Chefe do Gabinete do Estado-Maior da Aeronáutica exarou o seguinte despacho no requerimento do ex-S1 DIONIZIO PEREIRA SILVA, no qual requer certidão de tempo de serviço, no período de 13 JAN 1975 a 31 DEZ 1976, para fins de prova junto à Secretaria de Estado de Educação, nos seguintes termos: "DEFERIDO, forneça o que constar, de acordo com os Art. 100; 101 da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, combinado com o Art. 198 do Decreto nº 57.654, de 20 JAN 1966 (RLSM).

(Item 01/3GAB1/2002)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

SEÇÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO
(Sem alteração)

SEÇÃO III - COMANDO-GERAL DO AR
(Sem alteração)

SEÇÃO IV - COMANDO-GERAL DO PESSOAL

1 - REQUERIMENTO

No requerimento em que o CB QCB SEM MARCO CÉSAR MINEIRO, Proc. nº 40-12/R-0186/02, do efetivo da BACG, solicitou transferência por interesse particular e sem ônus para a Fazenda Nacional para o DARJ, este Comando-Geral exarou o seguinte despacho: "INDEFERIDO. Não há interesse da Administração, considerando o parecer desfavorável exarado pela Cadeia de Comando."

(Item 64/2EM/2002)

SEÇÃO V - DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
(Sem alteração)

SEÇÃO VI - DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA

1 - CA-EAGS 2003 - EDITAL

Encontra-se publicado no D.O.U. nº 156, de 14 AGO 2002, Seção 3, pág. 9, o Edital nº 13, de 09 AGO 2002, versando sobre o Concurso de Admissão ao Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento do ano de 2003 (CA-EAGS 2003).

SEÇÃO VII - DEPARTAMENTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
(Sem alteração)

SEÇÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

SEÇÃO IX - DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL

1 - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso da delegação de competência outorgada através da Portaria nº 12/DGAC, 10 de janeiro de 2002, publicada no Bol. Int. Ost. Nº 009, de 14 JAN 2002 renovou a Autorização de Funcionamento da TD - Escola de Aviação Civil e Consultoria de Eventos e Projetos Ltda., Filial Florianópolis-SC, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 07-15/03878/02, que se encontra arquivado no Instituto de Aviação Civil, atendendo ao disposto na seção 141.29 do RBHA 141, aprovado pela Portaria nº 270/DGAC, de 22 de abril de 1997.

(Item 67/DIP-IAC/2002)

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso da delegação de competência outorgada através da Portaria nº 12/DGAC, 10 de janeiro de 2002, publicada no Bol. Int. Ost. Nº 009, de 14 JAN 2002 renovou a Autorização de Funcionamento da Helischool - Escola de Pilotagem de Helicóptero Ltda., com sede em São Paulo - SP, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 07-14/02502/02, que se encontra arquivado no Instituto de Aviação Civil, atendendo ao disposto na seção 141.29 do RBHA 141, aprovado pela Portaria nº 270/DGAC, de 22 de abril de 1997.

(Item 104/DIP-IAC/2002)

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso da delegação de competência outorgada através da Portaria nº 12/DGAC, 10 de janeiro de 2002, publicada no Bol. Int. Ost. Nº 009, de 14 JAN 2002 renovou a Autorização de Funcionamento da Escola de Aviação Salgado Filho, com sede em São Leopoldo - RS, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 07-15/03960/02, que se encontra arquivado no Instituto de Aviação Civil, atendendo ao disposto na seção 141.29 do RBHA 141, aprovado pela Portaria nº 270/DGAC, de 22 de abril de 1997.

(Item 108/DIP-IAC/2002)

2 - CANCELAMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

O Chefe do Subdepartamento Técnico do Departamento de Aviação Civil, no uso da delegação de competência outorgada

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

através da Portaria nº 12/DGAC, de 10 de janeiro de 2002, publicada no Bol. Int. Ost. Nº 009, de 14 JAN 2002, cancelou a autorização para funcionamento da Aviação Estância Hércules Ltda., com sede em Foz do Iguaçu-PR, obtida conforme requerimento aprovado e publicado no Boletim Externo do DAC Nº 005, de 02 FEV 1996, tendo em vista a 3º Alteração Contratual da referida entidade, datada de 10 de maio de 2002, aprovada pelo Subdepartamento de Planejamento do DAC e a Portaria nº 828/SPL, de 05 de julho de 2002, na qual a Aviação Estância Hércules Ltda. altera a sua denominação social para Táxi Aéreo Hércules Ltda. e o seu objeto social, passando a prestar serviços de transporte aéreo de pessoas e cargas, na modalidade de Táxi Aéreo conforme despacho dado ao requerimento da parte, pertinente ao Processo nº 07-01/94077/02, que encontra-se arquivado na pasta da referida entidade, no Instituto de Aviação Civil, atendendo ao disposto na Seção 141.1, (b), (1) do RBHA 141, aprovado pela Portaria nº 270/DGAC, de 22 de abril de 1997.

(Item 107/DIP-IAC/2002)

3 - HOMOLOGAÇÃO DE CURSO

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso da delegação de competência outorgada através da Portaria nº 12/DGAC, de 10 de janeiro de 2002, publicada no Bol. Int. Ost. nº 009, de 14 JAN 2002, homologou as partes teórica e prática do curso de Comissário de Vôo da Cia Aérea - Escola de Aviação Civil S/C Ltda., com sede em São José dos Campos - SP, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 07-14/00237/02, que se encontra arquivado no Instituto de Aviação Civil, atendendo ao disposto na seção 141.55 do RBHA 141, aprovado pela Portaria nº 270/DGAC, de 22 de abril de 1997.

(Item 102/DIP-IAC/2002)

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso da delegação de competência outorgada através da Portaria nº 12/DGAC, de 10 de janeiro de 2002, publicada no Bol. Int. Ost. nº 009, de 14 JAN 2002, homologou a parte teórica do curso de Piloto Comercial/IFR-Avião, as partes teórica e prática do curso de Instrutor de Vôo-Avião do Aeroclube de Veranópolis, com sede em Veranópolis - RS, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 07-15/04623/02, que se encontra arquivado no Instituto de Aviação

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Civil, atendendo ao disposto na seção 141.55 do RBHA 141, aprovado pela Portaria nº 270/DGAC, de 22 de abril de 1997.

(Item 103/DIP-IAC/2002)

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso da delegação de competência outorgada através da Portaria nº 12/DGAC, de 10 de janeiro de 2002, publicada no Bol. Int. Ost. nº 009, de 14 JAN 2002, homologou as partes teórica e prática do curso de Despachante Operacional de Vôo da Wings Escola de Aviação Civil S/C Ltda., com sede em São Paulo - SP, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 07-14/04913/01, que se encontra arquivado no Instituto de Aviação Civil, atendendo ao disposto na seção 141.55 do RBHA 141, aprovado pela Portaria nº 270/DGAC, de 22 de abril de 1997.

(Item 105/DIP-IAC/2002)

4 - RENOVAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE CURSO

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso da delegação de competência outorgada através da Portaria nº 12/DGAC, de 10 de janeiro de 2002, publicada no Bol. Int. Ost. Nº 009, 14 JAN 2002, renovou a homologação das partes teórica e prática do curso de Piloto Agrícola-Avião do Aeroclube de Ponta Grossa, com sede em Ponta Grossa - PR, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 07-15/02902/01, que se encontra arquivado no Instituto de Aviação Civil, atendendo ao disposto na seção 141.29 do RBHA 141, aprovado pela Portaria nº 270/DGAC, de 22 de abril de 1997.

(Item 101/DIP-IAC/2002)

O CHEFE DO SUBDEPARTAMENTO TÉCNICO DO DEPARTAMENTO DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso da delegação de competência outorgada através da Portaria nº 12/DGAC, de 10 de janeiro de 2002, publicada no Bol. Int. Ost. Nº 009, 14 JAN 2002, renovou a homologação da parte prática do curso de Piloto Privado-Avião do Aeroclube de Lavras, com sede em Lavras - MG, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 07-13/03215/01, que se encontra arquivado no Instituto de Aviação Civil, atendendo ao disposto na seção 141.29 do RBHA 141, aprovado pela Portaria nº 270/DGAC, de 22 de abril de 1997.

(Item 106/DIP-IAC/2002)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

5 - ATO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2GAB-1/2002, celebrado entre o Departamento de Aviação Civil e José Tarouco Corrêa Junior; OBJETO: Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: de 01 maio 2002 a 30 abril 2003 para 13 maio 2002 a 12 maio 2003, DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2002; CONTRATANTE: União Federal, representada pelo COMAER por intermédio do DAC; através de seu Diretor-Geral, Maj.-Brig.-do-Ar VENANCIO GROSSI e CONTRATADO: José Tarouco Corrêa Junior.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2GAB-1/2002, celebrado entre o Departamento de Aviação Civil e Carlos Alfredo Barreto de Sá; OBJETO: Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: de 01 maio 2002 a 30 abril 2003 para 13 maio 2002 a 12 maio 2003, DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2002; CONTRATANTE: União Federal, representada pelo COMAER por intermédio do DAC; através de seu Diretor-Geral, Maj.-Brig.-do-Ar VENANCIO GROSSI e CONTRATADO: Carlos Alfredo Barreto de Sá.

(D.O.U. nº 150, de 06 AGO 2002)

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2GAB-1/2002, celebrado entre o Departamento de Aviação Civil e Edmar Cunha de Pontes; OBJETO: Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: de 01 maio 2002 a 30 abril 2003 para 13 maio 2002 a 12 maio 2003, DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2002; CONTRATANTE: União Federal, representada pelo COMAER por intermédio do DAC; através de seu Diretor-Geral, Maj.-Brig.-do-Ar VENANCIO GROSSI e CONTRATADO: Edmar Cunha de Pontes.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2GAB-1/2002, celebrado entre o Departamento de Aviação Civil e Enzo Schiavo Filho; OBJETO: Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: de 01 maio 2002 a 30 abril 2003 para 13 maio 2002 a 12 maio 2003, DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2002; CONTRATANTE: União Federal, representada pelo COMAER por intermédio do DAC; através de seu Diretor-Geral, Maj.-Brig.-do-Ar VENANCIO GROSSI e CONTRATADO: Enzo Schiavo Filho.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2GAB-1/2002, celebrado entre o Departamento de Aviação Civil e Helius Ferreira Araujo; OBJETO: Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: de 01 maio 2002 a 30 abril 2003 para 13 maio 2002 a 12 maio 2003, DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2002; CONTRATANTE: União Federal, representada pelo COMAER por intermédio do DAC; através de seu Diretor-Geral, Maj.-Brig.-do-Ar VENANCIO GROSSI e CONTRATADO: Helius Ferreira Araujo.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2GAB-1/2002, celebrado entre o Departamento de Aviação Civil e José Carlos Barth; OBJETO: Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: de 01 maio 2002 a 30 abril 2003 para 13 maio 2002 a 12 maio 2003, DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2002; CONTRATANTE: União Federal, representada pelo COMAER por intermédio do DAC; através de seu Diretor-Geral, Maj.-Brig.-do-Ar VENANCIO GROSSI e CONTRATADO: José Carlos Barth.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2GAB-1/2002, celebrado entre o Departamento de Aviação Civil e Walter William Cox Junior; OBJETO: Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: de 01 maio 2002 a 30 abril 2003 para 13 maio 2002 a 12 maio 2003, DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2002; CONTRATANTE: União Federal, representada pelo COMAER por intermédio do DAC; através de seu Diretor-Geral, Maj.-Brig.-do-Ar VENANCIO GROSSI e CONTRATADO: Walter William Cox Junior.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2GAB-1/2002, celebrado entre o Departamento de Aviação Civil e Marcelo Guimarães Fernandes; OBJETO: Alterar a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: de 01 maio 2002 a 30 abril 2003 para 13 maio 2002 a 12 maio 2003, DATA DA ASSINATURA: 22 de julho de 2002; CONTRATANTE: União Federal, representada pelo COMAER por intermédio do DAC; através de seu Diretor-Geral, Maj.-Brig.-do-Ar VENANCIO GROSSI e CONTRATADO: Marcelo Guimarães Fernandes.

(D.O.U. nº 148, de 02 AGO 2002)

QUINTA PARTE

SEÇÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

1 - DISPENSA

Portaria nº 2519/DSM, de 15 AGO 2002

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, de acordo com a letra "d" do inciso III do Art. 145 do RISAER, resolve:

Dispensar o Cap.-Inf. ADRIANO DA ROSA (RC 864900004508) da chefia da Seção Mobilizadora nº 54, vinculada à Base Aérea de Santa Maria (BASM).

Maj.-Brig.-do-Ar PAULO ROBERTO BORGES BASTOS
Diretor da DIRAP

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

2 - DESIGNAÇÃO

Portaria nº 2520/DSM, de 15 AGO 2002

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, de acordo com a letra "d" do inciso III do Art. 145 do RISAER, resolve:

Designar o 2º Ten.-Inf. EVANDRO SILVA DE OLIVEIRA (RC 964900012902) para chefiar a Seção Mobilizadora nº 54, vinculada à Base Aérea de Santa Maria (BASM).

Portaria nº 2521/1PM, de 15 AGO 2002

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, por delegação de competência estabelecida na Portaria nº 033/COMGEP, de 17 SET 1991, resolve:

Designar o Cap.-Av. FLAVIO LUIZ DE OLIVEIRA PINTO (RC 833500008904), da EEAR, para a função de Ajudante-de-Ordens do Exmo. Sr. Brig.-do-Ar ANTONIO PINTO MACÊDO, a contar de 13 AGO 2002, de acordo com Art. 6º da Portaria nº 1147/GM1, de 09 DEZ 1987.

Maj.-Brig.-do-Ar PAULO ROBERTO BORGES BASTOS
Diretor da DIRAP

3 - AGREGAÇÃO

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência subdelegada pela Portaria nº 33/COMGEP, de 17 SET 1991, resolve:

Portaria DIRAP nº 2513/2PM, de 15 AGO 2002

Agregar aos respectivos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, os militares abaixo relacionados, de acordo com o item IV do Art. 81 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, a contar da data declarada ao lado de seus nomes:

Cel.-Av. IVAN IRBER	(RC 20876402)	08/08/02
1º Ten. QOEA GDS MARCOS ANTONIO CAMARGOS	(RC 27689205)	08/08/02

Portaria DIRAP nº 2512/2PM, de 15 AGO 2002

Agregar ao respectivo Quadro do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, o SO BCT (QSS) MARCOS LOPATIUK NETO (RC 34226105), de acordo com o Art. 14, parágrafo 8, inciso II, da Constituição Federal e item XIV do Art. 82 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, a contar de 18 JUL 2002.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Portaria DIRAP nº 2517/2PM, de 15 AGO 2002

Agregar aos respectivos Quadros do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, os militares abaixo relacionados, de acordo com o item IV do Art. 81 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, a contar da data declarada ao lado de seus nomes:

SO BMT (QSS) ABNER RICARDO DO NASCIMENTO PASSOS	(RC 28551501)	30/07/02
SO BCT (QSS) CARLOS ALBERTO DA SILVA BARBOSA	(RC 27822305)	25/07/02
SO BMT (QSS) HUMBERTO JORGE MARQUES	(RC 28557810)	05/08/02
SO SMU (QSS) ILSE MARCINO RAMOS	(RC 795200001403)	25/07/02
SO SAD (QSS) JOÃO CARLOS DE SOUZA LOPES	(RC 25447107)	31/07/02
SO BEV (QSS) JORGE RICARDO SEIXAS FRAGA	(RC 25449504)	01/08/02
SO BMA (QSS) MARCOS DE ARAÚJO BRAGA	(RC 27636408)	19/07/02
SO BET (QSS) RAIMUNDO PAULA MAIA	(RC 26672911)	23/07/02
SO BEI (QSS) RUI JOSÉ DO NASCIMENTO	(RC 32214704)	17/07/02
SO BEI (QSS) SILVIO HELENO DO AMARAL E SILVA	(RC 25429501)	01/08/02
2S TAR (QTA) JOSÉ RUY GOMES DA CRUZ	(RC 793200000609)	29/07/02
3S BMA (QESA) CAETANO CARNEIRO DE ARAÚJO	(RC 28661405)	26/07/02
3S SEM (QESA) DARIO ALVES DE SOUZA	(RC 28760610)	05/08/02
3S TVA (QTA) EURIDESVAL AMARAL	(RC 803100000205)	01/08/02
3S SMU (QESA) JOSÉ ARIMATÉIA FRANCO	(RC 29848703)	26/07/02

Portaria DIRAP nº 2514/2PM, de 15 AGO 2002

Agregar ao respectivo Quadro do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, o 3S TAR (QTA) JORGE MARQUES DA SILVA (RC 26450804), de acordo com o item III do Art. 81 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, a contar de 14 AGO 2002.

Portaria DIRAP nº 2515/2PM, de 15 AGO 2002

Agregar ao respectivo Quadro do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, o 3S BCO (QESA) FÁBIO MENDES DE SOUZA (RC 33564108), de acordo com o Art. 14, parágrafo 8, inciso II, da Constituição Federal e item XIV do Art. 82 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, a contar de 05 JUL 2002.

Maj.-Brig.-do-Ar PAULO ROBERTO BORGES BASTOS
Diretor da DIRAP

4 - QUADRO DE TAIFEIROS - TRANSPOSIÇÃO

Portaria nº 2518/2PM, de 15 AGO 2002

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, de acordo com os Art. 41 e 42 do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 DEZ 2000 e considerando os processos enviados a esta Diretoria, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Transpor, para o Quadro de Taifeiros, criado pelo Decreto acima mencionado, na especialidade listada ao lado de seus nomes, os integrantes do Grupamento de Supervisores-de-Taifa abaixo relacionados:

GRAD	NOME	ESP	PROCESSO	RC
3S	ELVIS ANTONIO MILHA	TAR	20-11/0697/2002	842101017906
3S	MARCOS JOSE SAMPAIO	TAR	20-11/0696/2002	792101082310

Maj.-Brig.-do-Ar PAULO ROBERTO BORGES BASTOS
Diretor da DIRAP

5 - REVERSÃO

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência subdelegada pela Portaria nº 33/COMGEP, de 17 SET 1991, resolve:

Portaria nº 2516/2PM, de 15 AGO 2002

Reverter ao respectivo Quadro do Corpo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, o Maj.-Int. ROGÉRIO OLIVEIRA PEÇANHA (RC 794900006908), de acordo com o Art. 86 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, a contar de 05 JUL 2002.

Portaria nº 2511/2PM, de 15 AGO 2002

Reverter aos respectivos Quadros do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, os militares abaixo relacionados, de acordo com o Art. 86 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, a contar da data declarada ao lado de seus nomes:

1S SAD (QSS)	ADILSON MARIZ DE MORAES	(RC 834500025101)	20/08/02
1S SAD (QSS)	JOSÉ LEONEL RIBEIRO	(RC 794501033702)	20/08/02
CB SAD (QCB)	CARLOS CARNEIRO NETO	(RC 34151004)	20/05/02

Maj.-Brig.-do-Ar PAULO ROBERTO BORGES BASTOS
Diretor da DIRAP

6 - TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida na Portaria nº 3850/DIR, de 18 DEZ 2001, e tendo em vista os processos correspondentes, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Conceder transferência para a Reserva Remunerada, de conformidade com o item I do Art. 96 e Art. 97 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, aos militares abaixo, com a remuneração a que fizeram jus, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, observando-se o item II do artigo 50 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterado pelo artigo 28 da mencionada Medida Provisória:

Portaria DIRAP nº 2503/1RC, de 14 AGO 2002
SO SEF (QSS) PEDRO DE JESUS GONÇALVES (RC 27237011)
(BASV - Proc. nº 20-13/R-354/2002);

Portaria DIRAP nº 2504/1RC, de 14 AGO 2002
SO SML (QSS) FREDERICO ALEXANDRE HERTEL (RC 28556911)
(PAMA AF - Proc. nº 15-11/R-193/2002); e

Portaria DIRAP nº 2505/1RC, de 14 AGO 2002
SO BET (QSS) MARCO ANTONIO DUCLOS DO RÊGO (RC 29531710)
(DECEA - Proc. nº 09-01/R-167/2002).

Portaria DIRAP nº 2506/1RC, de 14 AGO 2002

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, em face da delegação de competência estabelecida na Portaria nº 3850/DIR, de 18 DEZ 2001, e tendo em vista a letra "c" do item I do Art. 98 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterada pela Lei nº 7.666, de 22 AGO 1988, resolve:

Transferir para a Reserva Remunerada, de acordo com o item II do Art. 96 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, por haver atingido em 14 AGO 2002, a idade limite de permanência no serviço ativo, o 3S TAR (QTA) JORGE MARQUES DA SILVA (RC 26450804), com a remuneração a que fizer jus, prevista na Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 AGO 2001, observando-se o seu artigo 34. (COMAR 6)

Brig.-do-Ar WILMAR TERROSO FREITAS
Vice-Diretor da DIRAP

7 - REFORMA

Portaria DIRAP nº 2522/3RC, de 16 AGO 2002

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência delegada pela Portaria DIRAP nº 3850/DIR, de 18 de dezembro de 2001, e considerando o que consta no Processo nº 24-14/R-10095/02, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Reformar o TM TAR RR NELSON REIS DE SOUZA, nos termos do artigo 132 do Regulamento para a Reserva da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 30.776, de 23 de abril de 1952, e do inciso "V" do Art. 108, combinado com o § 1º e letra "c" do § 2º do Art. 110 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980, alterado pelo Art. 1º da Lei nº 7.580, de 23 DEZ 1986, com direito ao Auxílio-Invalidez, em virtude de haver sido julgado incapaz definitivamente para o serviço militar e está impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho, necessitando de assistência e cuidados permanentes de enfermagem, conforme Parecer da Junta Superior de Saúde da DIRSA, Sessão nº 040, de 08 de julho de 2002, que retroage à data do exame urológico realizado em 30 de dezembro de 2001 no HABE.

Portaria DIRAP nº 2535/3RC, de 19 AGO 2002

O VICE-DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da competência delegada pela Portaria DIRAP nº 3850/DIR, de 18 de dezembro de 2001, considerando o que consta no Processo nº 00-05/1337/02; e

Em cumprimento ao Acórdão proferido pela Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, nos Autos da Apelação Cível nº 112463-PE, tendo em vista o contido na Informação nº 362/COJAER/02, de 06 de agosto de 2002, resolve:

Reformar, por decisão judicial, o Soldado de Primeira-Classe Q IG FI - PAULO MENDES DA SILVA, a contar da data de sua desincorporação, ocorrida em 14 de dezembro de 1974, nos termos do Art. 112, item IV e Art. 114, § 1º e § 2º alínea "c" da Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971, com direito à remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuía na ativa.

Brig.-do-Ar WILMAR TERROSO FREITAS
Vice-Diretor da DIRAP

8 - PROMOÇÃO

Portaria DIRAP nº 2369/SECPG, de 01 AGO 2002

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, usando da competência de promover, de acordo com o inciso I do Art. 23 do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica (REPROGAER), aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 JUL 1993, em atendimento ao contido no Ofício nº 922/2002, de 19 JUL 2002, no qual o Juízo da 1ª Vara Federal de Guaratinguetá/SP solicita o cumprimento da decisão judicial prolatada nos autos do Mandado de Segurança nº 2002.61.18.000625-1, impetrado pelo Aluno Alex Botelho de Almeida, resolve:

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

1. Promover, por decisão judicial, à graduação de Cabo e incluir no Grupamento Básico do Quadro de Cabos, a contar de 28 JUN 2002, o seguinte militar, até ulterior decisão:

RC	ESP	NOME	MÉDIA
997000014911	BSP	ALEX BOTELHO DE ALMEIDA	8,3929

2. Em consequência, seja posicionado, hierarquicamente, entre os Cabos promovidos pela Portaria DIRAP nº 1930/SECPG, de 28 JUN 2002, como abaixo discriminado:

977201023309	BMA	JOSE JUVENCIO FILHO	8,3982
997000014911	BSP	ALEX BOTELHO DE ALMEIDA	8,3929
963600000106	SEM	ALESSANDRO CLAUDINO DE ARAUJO	8,3867

No Imp. Maj.-Brig.-do-Ar PAULO ROBERTO BORGES BASTOS
Diretor da DIRAP

Brig.-do-Ar WILMAR TERROSO FREITAS

9 - REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO REPROGAER, RCPGAER E ESTATUTO DOS MILITARES, RELACIONADOS À EFETIVAÇÃO DAS PROMOÇÕES DOS GRADUADOS INCLUÍDOS EM FAIXA DE COGITAÇÃO PARA AS PROMOÇÕES DE 01 DEZ 2002

TODAS AS OM DEVERÃO INFORMAR À DIRAP/SECPG, ATÉ 01 OUT 2002, IMPRETERIVELMENTE, VIA MENSAGEM TELEGRÁFICA, O RC DOS GRADUADOS COGITADOS DE SEU EFETIVO, COMO TAMBÉM DO EFETIVO DAS UNIDADES APOIADAS, QUE ESTIVEREM ENQUADRADOS NAS SITUAÇÕES DISCRIMINADAS ABAIXO, DE FORMA A POSSIBILITAR A ELABORAÇÃO DOS QUADROS DE ACESSO:

I - QUANTO AOS REQUISITOS:

1 - INTERSTÍCIO

Enquadrados em quaisquer das situações previstas no § 4º do art. 137 do Estatuto dos Militares.

2 - INSPEÇÃO DE SAÚDE

Não possuam Inspeção de Saúde válida até a data da promoção.

Constatada a existência de Graduados, sob sua responsabilidade, incluídos na faixa de cogitação, cujas inspeções vençam antes da data da promoção, a OM deverá

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

encaminhá-los a JRS/JES para revalidação, com antecedência suficiente para cumprir o prazo determinado.

3 - COMPORTAMENTO MILITAR

Classificados no **"mau"** ou **"insuficiente"** comportamento militar, com a finalidade de atender ao previsto no art. 19 do REPROGAER/93.

4 - CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTO (CAS)

Primeiros-Sargentos que não possuam o CAS, até a data da promoção, com a finalidade de atender ao previsto no parágrafo único do art. 23 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica - **RCPGAER**, aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19.12.2000.

5 - ESTÁGIOS (EAGTS E EAGST)

Taifeiros que não tiverem realizado o EAGST, bem como os Cabos que não tiverem realizado o EAGTS.

II - QUANTO AOS IMPEDIMENTOS

Enquadrados em quaisquer dos impedimentos estabelecidos no Art. 44 do REPROGAER/93, contendo, se for o caso, a descrição detalhada do fato gerador de envolvimento com a justiça criminal, civil e/ou militar.

TEXTO-PADRÃO PARA A REMESSA OBRIGATÓRIA À SECPG DE INFORMAÇÕES, VIA MENSAGEM TELEGRÁFICA.

MODELO 1 (Todos os militares estão em condições)

KK SECPG
 _____/EP/_____ - INFO VEX TODOS GD DESTA OM ET
 _____, _____ ET _____ (UNIDADES APOIADAS
 ADMINISTRATIVAMENTE - **CITANDO TODAS**), COGITADOS PARA AS PROMOÇÕES DE
01.12.2002, SATISFAZEM AS CONDIÇÕES REGULAMENTARES. OM

.....

MODELO 2 (Alguns militares não estão em condições)

KK SECPG

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

_____/EP/_____- INFO VEX QUE, COM EXCEÇÃO DOS GD A SEGUIR RELACIONADOS, TODOS OS DEMAIS GD DESTA OM ET _____, _____ ET _____ (UNIDADES APOIADAS ADMINISTRATIVAMENTE - **CITANDO TODAS**), COGITADOS PARA AS PROMOÇÕES DE **01.12.2002**, SATISFAZEM AS CONDIÇÕES REGULAMENTARES:

- _____ RC _____, (GD/ESP/NOME COMPLETO) VTD INSPSAU;
 - _____ RC _____, (GD/ESP) (CITAR INCISO DO ART. 44 do REPROGAER);
 - _____ RC _____, (GD/ESP) VTD (INSUF OU MAU CPTO MIL);
 - _____ RC _____, (GD/ESP) VTD § 1º DO ART 16 do REPROGAER;
 - _____ RC _____, (GD/ESP) VTD PARÁGRAFO ÚNICO ART 23 RCPGAER;
 - _____ RC _____, (GD/ESP) VTD NÃO CONCLUSÃO (CITAR ESTÁGIO)
 - _____ RC _____, (GD/ESP) VTD LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA NO PERÍODO DE ____A____;
 - _____ RC _____, (GD/ESP) VTD LICENÇA INTERESSE PARTICULAR NO PERÍODO DE ____A____;
 - _____ RC _____, (GD/ESP) VTD TER PASSADO COMO DESERTOR NO PERÍODO DE ____A____;
 - _____ RC _____, (GD/ESP) VTD CUMPRIMENTO DE PENA DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA GRADUAÇÃO, POR SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, NO PERÍODO DE ____A____; e
 - _____ RC _____, (GD/ESP) VTD CUMPRIMENTO DE PENA RESTRITIVA DE LIBERDADE, POR SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, NO PERÍODO DE ____A____;

OBS: É importante que as OM insiram no texto da mensagem telegráfica os NOMES de todas as UNIDADES APOIADAS ADMINISTRATIVAMENTE.

OBSERVAÇÕES: 1 As OM deverão comunicar de imediato, via Mensagem Telegráfica, qualquer alteração nas informações anteriormente prestadas;

2 As presentes instruções são parte integrante da ICA 35-1, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2179/DIR, de 10 JUL 2002.

CRONOGRAMA DE EVENTOS PARA AS PROMOÇÕES DE 01.12.2002

	EVENTO	DATA	RESPONSÁVEL
1	Data limite para remessa de informações sobre os Graduados cogitados.	01.10.2002	OM
2	Reuniões da Subcomissão de 1ª Instância para a composição dos Quadros de Acesso.	10 a 13.09.2002	CPG
3	Divulgação dos Quadros de Acesso.	04.11.2002	SECPG
4	Reunião da Subcomissão de Recursos dos graduados não incluídos em Quadro de Acesso por Antigüidade e/ou Merecimento .	30.09 a 01.10.2002	CPG
5	Divulgação da Reformulação dos Quadros de Acesso.	18.11.2002	SECPG
6	Publicação das Portarias de Promoções.	29.11.2002	SECPG

(Item 127/SECPG/2002)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

10 - FAIXA DE COGITAÇÃO

RELAÇÃO HIERÁRQUICA DOS PRIMEIROS-SARGENTOS DOS
GRUPAMENTOS BÁSICO E DE SERVIÇOS DO QUADRO DE SUBOFICIAIS E
SARGENTOS (QSS) COGITADOS PARA AS PROMOÇÕES DE 01 DEZ 2002.

RC	SIT	ESP	NOME	UNIDADE
23873807	NONR	BCO	GERSON MOREIRA DE PAULA	SRPV RJ
794200000404	NONR	SMU 41	JOSE LUIZ DOS SANTOS	BAST
25425807	NONR	BET	DOGIVAL FELIX DA SILVA	PAME RJ
26675205	NONR	SAD 01	JULIO CESAR NOEL AYRES CARREIRA	HCA
27779607	NONR	BMA	ALAOR JOSE LOPES	BASV
804500047607	NONR	SMU 10	JORGE MARCIO CAMILO	EEAR
27801403	NONR	SEL	EDMILSON RODRIGUES DE SOUSA	VII COMAR
27823509	NONR	BMB	JOAO ELDER MENDES DA COSTA	BANT
27822904	NONR	SAD 01	FRANCISCO DE ASSIS DE MEDEIROS BANDEIRA	BAFZ
27828701	NONR	BEP 01	LUIS DE CARVALHO MORAES	PAMA SP
29095601	NONR	SEM	AIRTON PANIAGUA	PAMA LS
29100908	NONR	SEL	LUIS CARLOS DA SILVA	SRPV SP
30420703	NONR	BCT	SIDNEY AUGUSTO GOMES	SAC SBUL
29525103	NONR	BEP 01	ELIAS ALMEIDA RODRIGUES FILHO	PAMA RF
30444803	NONR	BET	JOSE PEREIRA BEZERRA NETO	DECEA
30821310	NONR	BCT	IVAN DAGOBERTO RIBEIRO ALVES	EEAR
30447609	NONR	SEL	ARIZERLO FORTE MORENO	DPVAN
30818707	NONR	BEP 01	CAMILO ALBERTO CORRICA	PAMA AF
30871007	NR	BCT	THEONES ARAGAO DUARTE	CINDACTA 3
27030902	NONR	BET	JOSE LUIZ DA SILVA	CINDACTA 2
30847404	NONR	BMA	PAULO FREDERICO LACERDA	PAMA BE
30852807	NONR	SEF	CARLOS ZARPELON KUSTER JUNIOR	AFA
30858005	NONR	BMA 03	FRANCISCO CANINDE DE MEDEIROS	3/8 GAV
793100008408	NONR	SML	LUIZ CARLOS AUGUSTO	PAMA RF
795000001408	NONR	SEL	TARCISIO PAULO HAMILTON	DPVCO
792000003603	AG4	SEL	MARCOS FERREIRA DE MELO	DPV DT 22
32206506	NR	BMA	LUIZ FELIPE DOS SANTOS PRATA	3/8 GAV
32969711	NR	BEI	NEHRU SOBRAL DE LUNA	PAMA RF
25421503	NR	SAD 01	VALDESIO PEREIRA AZEVEDO	V COMAR
27808110	NONR	BMA	JOSAFÁ DE ALCANTARA	PAMA BE
27830111	NR	BMA 03	EUCLIDES VERISSIMO DA SILVA FILHO	1/6 GAV
29537703	NR	BMB	BRENO DA SILVA CALDAS	PAMB RJ
24753411	NR	BET	JORGE ALBERTO TORQUATO PESSOA	CINDACTA 1
27636604	AG6	SAD 01	EMANOEL EVANGELISTA PEIXOTO	PAMA RF
32111707	NR	BET	JOAMIR PEDRO SALES DA SILVA	7/8 GAV
32964301	NR	BMB	JOSE SABRY AZAR	BANT
34056201	NR	BMA 03	RONALDO PEREIRA DOS SANTOS	PAMA SP
34234510	NR	BEP 01	GERMANO PEREIRA FILHO	BASC
34229804	NR	BEI 02	SERGIO ALVES GONSALEZ	2/6 GAV
794500038203	NR	BMA	JOAO MARCOS BARBOSA	1/5 GAV
794500012207	NR	SAD 01	ELSON TAPAJOS JUSTO	PAME RJ
30761005	NR	BCT	PAULO ROBERTO DA SILVA BARBOSA	DPVAN
34413903	NR	BMA 03	MARCIO MARAVIESKI	2 ETA
34220711	NR	SPV	SERGIO MORENO KRON	III COMAR
795200000809	NR	SMU 23	ANTONIO DOS SANTOS	BAFL
794500075806	NR	BCO	JAIME FERREIRA DE ALMEIDA	SRPV RJ
794500069711	NR	BEP 01	OZIAS RODRIGUES CHAVES FILHO	4/7 GAV

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

813000008201 NONR	BET	WAGNER VIANA DE PAIVA	PAME RJ
794500080403 NONR	BMA 03	ANTONIO CARLOS ALVES DE SOUZA	PAMA AF
813300000310 NR	SML	ROBERTO CARDOSO FERNANDES	PAMA LS
804500021905 NR	SML	HELIEZIO DE PAULA RODRIGUES	CTA
804500044311 AG8	BEP 01	PAULO CAETANO DA SILVA	PAMA RF
804500000208 NR	BMA 05	ALMERINDO DA SILVEIRA FIGUEIRO	2/5 GAV
804500081010 NONR	BMT	GILMAR BERGAMIN	DPVFL
825000002801 NR	SAD 06	GILMAR DOS SANTOS ABREU	SAC SBLO
824000003611 NR	SAD 06	JOAO ALCIDES DA COSTA	SAC SBCY
32112007 NR	BMA	NELSON LUIZ MOREIRA DA SILVA	3 ETA
814000005201 NR	SEL	DIRCEU LOPES DE CAMARGO	DPV DT 43
804500037807 NR	SGS 01	PAULO ROBERTO CHAVES DE CASTRO	II COMAR

RELAÇÃO HIERÁRQUICA DO PRIMEIRO-SARGENTO DO QUADRO DE
TAIFEIROS (QTA) COGITADO PARA AS PROMOÇÕES DE 01 DEZ 2002.

<u>RC</u>	<u>SIT</u>	<u>ESP</u>	<u>NOME</u>	<u>OM</u>
824500048911 NR		TAR	GUILHERME JOSE LOSQUI	PAMA LS

RELAÇÃO HIERÁRQUICA DOS SEGUNDOS-SARGENTOS DOS
GRUPAMENTOS BÁSICO E DE SERVIÇOS DO QUADRO DE SUBOFICIAIS E
SARGENTOS (QSS) COGITADOS PARA AS PROMOÇÕES DE 01 DEZ 2002.

RC	SIT	ESP	NOME	UNIDADE
826000003408 NR	SAD 06	JALES LEMOS DE SOUZA NETO	SAC SBUR	
824500009902 NR	BMA	ROBERTO CARLOS FATURI	PAMA SP	
804901012705 AG1	BCO	EDIVALDO LUIS DE CAMPOS	DPVSP	
804901013005 NR	SMU 05	AUGUSTO GUILHERME DOS SANTOS	AFA	
843500036703 NR	SMU 02	ILTON JOSE DE CERQUEIRA FILHO	EPCAR	
805001154403 NR	BCO	JOAO LUIZ VASCONCELLOS FRANCO	BACO	
833201036110 NR	BCT	RODOLFO CAMPOS MASCARENHAS	DECEA	
843601033709 NR	SAD 01	ARTUR VIEIRA VASCONCELOS	BAAN	
823000003010 NR	SAD 06	CESAR BARBOSA LOURENCO	SERAC 3	
845001053807 NR	BET	MARCO VINICIO CHIORRI	PAME RJ	
864500026711 NR	BCT	MARCELO QUIRINO DE SOUZA	DPVEG	
862301048311 AG8	BET	DANIEL HONORIO LOPES BASTOS	CLBI	
864500045608 NR	BEV	MARCELO EDUARDO PERES	5 ETA	
863301163206 NR	SAD 01	SERGIO RICARDO CAVALCANTI DIOGO	1 GDA	
863001113707 NR	SAD 01	SILVERIO DA SILVA RAIMUNDO	PAME RJ	
874500031004 NR	BMT	ROSENI ALBERTI E SILVA	DPVCF	
803101139210 NR	SAD 01	ANTONIO CARLOS DE SA SIQUEIRA	PAMA RF	

RELAÇÃO HIERÁRQUICA DAS SEGUNDOS-SARGENTOS DO QUADRO
FEMININO DE GRADUADOS (QFG) DO CORPO FEMININO DA RESERVA DA
AERONÁUTICA (CFRA) COGITADAS PARA AS PROMOÇÕES DE 01 DEZ 2002.

RC	SIT	ESP	NOME	UNIDADE
883400004210 NR	SEF	MARCIA APARECIDA ALVES FLORES ROJAS	BAPV	

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

RELAÇÃO HIERÁRQUICA DOS TERCEIROS-SARGENTOS DOS
GRUPAMENTOS BÁSICO E DE SERVIÇOS DO QUADRO DE SUBOFICIAIS E
SARGENTOS (QSS) COGITADOS PARA AS PROMOÇÕES DE 01 DEZ 2002.

RC	SIT	ESP	NOME	UNIDADE
803101055709	NR	BEV	JOSE RICARDO PEREIRA RIBEIRO	BAAF
836001183105	NR	BMA 01	VICENTE DE PAULO NASCIMENTO MOURA	1 ETA
914500000906	NR	BCO	ANDRE LUIZ TAVARES PEREIRA	DECEA
914500016503	NR	SGS 02	CARLOS ALBERTO PEREIRA DA SILVA	BABV
884500014603	NR	BET	MIGUEL MARCELLO D'AVILA	DECEA
874900002602	NR	BET	DARIO DONZA CORREA	CINDACTA 2
853301021504	NR	BEP	RAIMUNDO NONATO FERREIRA DA SILVA	BAAF
844301051602	NR	SAD	VALDINEI PEREIRA DA SILVA	BAFZ
884501067002	NR	SGS	JOAO BATISTA DA PALMA JUNIOR	IV COMAR
834301037711	NR	SAD	NERIVALDO GONCALVES	COMGEP
873501021806	NR	SAD	MARCELO FERREIRA DA SILVA	CIAAR
845401014810	NR	SAD	ELOI DIRCEU METZDORF	PAFL
873001151306	NR	BMA	ANTONIO CARLOS DA SILVA GUERRA	PAMA AF
874301022102	NR	SAD	PAULO CEZAR FERREIRA	BACG
874801026606	NR	SAD	PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA	IPV
896001144603	NR	SAD	LINCOLN JOSE TEIXEIRA	I COMAR
803001076804	NR	SAD	ANTONIO CARLOS PEREIRA PINTO	OABR
876201005810	NR	SAD	ROBSON SILVA COSTA	BAAN
821001019109	NR	SEF	ALVARO LUIZ ALVES SENA	HABE
896001041508	NR	BFT	RENAN SANTOS TEIXEIRA	VI COMAR
831001036307	NR	SEF	CLAUDIO JOAO GUEDES SOUZA	NUHAMN
855401007806	NR	BMT	LUIZ FRANCISCO DE BRUM GARCIA	DPVFI
875001067010	NR	BSP	FELIPE AVILA DA SILVA	BACO
851001084502	NR	SAD	ALVARO DA SILVA LIMA JUNIOR	PABE
31640309	NR	SGS	WALTER AGUIAR DE ALMEIDA	CPBV
867101061306	NR	BCO	DEWETT RUFINO BATISTA	DPVEG
852101053402	NR	BCO	PAULO VERAS DE OLIVEIRA	CINDACTA 3
852201033511	NR	SDE	MARIO CEZAR FONSECA BARBALHO	BANT
876001081610	NR	SAD	HELIO NOBLE TEIXEIRA	COJAER
855001099110	NR	BEV	ELISEU MARTINS DE OLIVEIRA	1/14 GAV
862101047101	NR	BEV	CLAUJENSON ANTONIO DA SILVA	5/8 GAV
825401000606	NR	STO	ENIO ROGERIO ZAPPE	BASM
861001015506	NR	SAD	DAMIAO FERNANDES DE CASTRO	BABE
861001005009	NR	SAD	VALMIR VASCONCELOS MIRANDA	COMARA
35855409	NR	SGS	EDSON EVARISTO DOS SANTOS	DPVFI
843301026608	NR	STO	LUIZ CARLOS PEREIRA COSTA	OASD
32681110	NR	BEP	ANDRE LUCIO MATIAS	PAMA LS
822101025111	NR	BEV	PAULO FERNANDO MARANHÃO DE CARVALHO	PAMA SP
33531902	NR	SGS	DOMINGOS SILVA SOARES	BAMN
876001168211	NR	SAD	GILSON LOPES DOS SANTOS	COJAER
823201070710	NR	BSP	RUBEM BAPTISTA DA SILVA FILHO	2/7 GAV
794901025810	NR	BEP	ROMEU FERNANDO CYPRIANO	BACG
30127904	NR	SEF	JOSE CARLOS DA SILVA	NUFISAL
873601102308	NR	SAD	CLEBER DE SOUZA ALENCAR	DCI
845401013704	AG4	BMA	JACOB RICARDO LINK	CMSM
874801027505	NR	BMT	PAULO PEREIRA MARTINS	DPVBV
883001120801	NR	BCT	RICARDO BITTENCOURT LOPES	CINDACTA 3
876201025203	NR	BEP	VALDEIR DE CASTRO	1 GDA
865401002005	NR	BCT	EDSON BARATTO	DPVSM

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

822201009110	NR	SML	ANTONIO ALVES MARTINS	BAMN
873501033502	NR	SOB	WANDUIR JOSE DA SILVA	PASJ
896201004009	NR	BCT	ARELIO PIRES DOS SANTOS	CINDACTA 3
793001113111	NR	SEF	WALTER DA CUNHA RIBEIRO	NUIFISAL
28778310	NR	SAD	ROBERTO DE CASTRO MARQUES	PAMA RF
792301008711	NR	SEL	FRANCISCO DE ASSIS GOMES DOS SANTOS	COMARA
803001186806	NR	BEV	CHARLES MURILO REIS DIAS	AFA
841201015804	NR	BCO	EDSON DA SILVA ALENCAR	DPVPV
877101010308	NR	SEF	ALESSANDRO DE SOUZA LIMA	NUHAMN
805401026404	NR	BMA	JORGE GERMANO MOSCON	BACO
851101039009	NR	SGS	ROMILDO DOS REIS BANDEIRA	I COMAR
871001037101	NR	SDE	RUBEM WALBER FONTES VIANA	COMARA
874601016103	NR	SGS	PAULO MIRANDA SOUZA DE MELLO	AFA
34459107	NR	SGS	WALTER ALVES DE SOUZA	BANT
855001134405	NR	SGS	ROGERIO MOCH GINDRI	V COMAR
867101064602	NR	SEF	MOISES SILVA DOS SANTOS	PAMA LS
871101008810	NR	BFT	ELCIO DE PAULA SAMPAIO	COMARA
883601119905	NR	SDE	ALEXANDRE GONZAGA CAVALCANTE	DIRMA
833601090203	NR	BSP	FRANCISCO DE ASSIS ROLA ABRIL	DPVBE
874801020308	NR	BCO	CLAUDIONOR DE SOUZA ROMACHO	DPVSJ
866001039703	NR	SAD	EDWILSON GALVAO DO NASCIMENTO	III FAE
854901032811	NR	BSP	CLAUDINEI ANTONIO DA SILVA	AFA
792301018707	NR	BMA	FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA ARAUJO	2/3 GAV
873501037806	NR	SGS	MARCIO CARVALHAES DO CARMO	EPCAR
864801050502	NR	BSP	FRANCISCO DE PAULA CAMPOS	2/6 GAV
844501001802	NR	SGS	DENILSON PEREIRA DOS SANTOS	PAMA LS
793301108501	NR	SDE	NELDER ALMENARA ABREU	PAMB RJ
873301110802	NR	SAD	WILSON MENEZES CUSTODIO	SERAC 3
865401046511	NR	BCT	RIVELINO SIQUEIRA PEDROSO	4/1 GCC
866001014301	NR	SMU 46	ARTHUR DE SOUSA PONTE	CINDACTA 2
814501027501	NR	BSP	ALMIR DA SILVA AMARAL	CTA
805401025407	NR	BMA	VALDECIR ANTONIO FERRARI	BASM
824601047203	NR	BCT	EDUARDO SANTOS CARVALHO	DPVMT
851001110003	NR	BCO	JANDIR OLIVEIRA DO NASCIMENTO	DPVBE
30602608	NR	SGS	CARLOS ALBERTO DE FRIAS	II COMAR
843401168410	NR	SAD	ANTONIO CONSOLACAO DE SENA	CINDACTA 1
793101072501	NR	BSP	GERALDO DA SILVA GONCALVES	BANT
896001015203	NR	SAD	SERGIO JOSE DE OLIVEIRA	EMAER
854301026709	NR	SAD	ERONIDES VICENTE DE SOUZA JUNIOR	SAC SBSR
865001056310	NR	BMT	JOAO CARLOS SOUZA MATOS	DPVCG
864501029010	NR	BMA	JAIR FELICIANO DO NASCIMENTO	PAMA SP
804301019601	NR	BMA	EDMILSON MESQUITA DE ARRUDA	PAMA LS
855401002810	NR	SEM	JAIRO ANTONIO AGUIAR DA SILVA	BACO
865401036602	NR	BCO	JOSE AMERICO VARGAS PEREIRA	COMARA
846201021005	NR	SAD	DECIO MOREIRA DOS SANTOS	PABR
852201043409	NR	BMA	GERALDO DE SOUSA JUNIOR	2/5 GAV
30440205	NR	SML	IDEBERTO DE PAULA SOUZA	EEAR
31685910	NR	SEM	JOAO FERREIRA FILHO	PAMA LS
874801074908	NR	SAI	REGINALDO CAETANO DA SILVA	DPV DT 21
865001084805	NR	BCO	LEANDRO BULSO FIDELLIS	DPVMN
865001034803	NR	BSP	RAFAEL NELSON CANELLO	DPV DT 42
876001076305	NR	BMA	WEBER ANTONIO DE CARVALHO	2/6 GAV
886001242908	NR	BCO	JOAO ALEXANDRE PORTO	DPV DT 25
825001070806	NR	SOB	ADAO MIGUEL PORTELA DE LIMA	PABR
876001067611	NR	BMA	ERINALDO ORESTES DOS SANTOS	GTE

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

866001176408	NR	BCO	MARCOS RODRIGUES MANSO	CINDACTA 1
803301096402	NR	BMB	ALZEMIR ALCANTARA DE AZEVEDO	DCI
831001015209	NR	SGS	ANDRE RIBEIRO MAIA	CINDACTA 1
886201020208	NR	BCT	GILSON TAVARES	SRPV BE
844901037207	NR	BCO	ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA	DPVYS
876001238305	NR	SAD	ROGERIO CARDOSO COSTA	CENIPA
793401006907	NR	BEP	MAURICIO GONCALVES DE PAULA	PAMA LS
843201023603	NR	SEL	SERGIO RICARDO ALVES BENEDICTO	LAQFA
31225311	NR	BSP	ENEDYR DE OLIVEIRA FILHO	DCI
886001094805	AG1	SAD	WASHINGTON DOS SANTOS SILVA	MDEFESA
793101092504	NR	SAD	JOSE CARLOS GOMES DA SILVA	AFA
32828310	NR	BMA	JOSE ANTONIO SUAZO RODRIGUEZ	AFA
876001087309	NR	BFT	WILLIAN SALVADOR DE OLIVEIRA	2/6 GAV
793201009010	NR	SAD	ROBSON PAIVA DOS SANTOS	DPV DT 34
872101017103	NR	BMA	NORMANDO PEREIRA COSTA	PAMA RF
28658203	NR	SOB	FRANCISCO IRAPUAN RABELO	BAFZ
864901032311	NR	BMA	FABIO DONIZETI DAVILA	AFA
825001029309	NR	SEL	CARLOS ALIR KERN RODRIGUES	PACO
33349808	NR	BET	DIOCREME DALGOBO PEREIRA	CCA RJ
852301022107	NR	BCT	JOAO EDSON DE OLIVEIRA	DPV DT 22
866001175204	NR	BCT	MAURO COSTA	CINDACTA 2
854201003505	NR	BCT	ROBERTO CARLOS PADORA DOS SANTOS	DPVCG
851101048106	NR	SEM	RAIMUNDO CARLOS FONSECA FILHO	SRPV BE
792101027406	NR	SGS	RICARDO DE ALBUQUERQUE CRASTO	PABR
856001049905	NR	BET	RONALDO CARNEIRO DE AGUIAR	NUHFAB
865401041504	NR	BCO	GLADIMIR VARGAS DA SILVA	2/5 GAV
865401032309	NR	SEM	RICARDO LEMOS RODRIGUES	BASM
883001191411	NR	BET	RENATO COUTINHO DA SILVA	3/8 GAV
804501014001	NR	BEP	LUIS CLAUDIO ALVES DA SILVA	PAMA SP
865001005104	NR	BMT	MARCIO COSTA LEITE	DPVCG
804101090111	NR	BMT	GILBERTO DA SILVA ROSA	SRPV SP
793101098007	NR	STO	PAULO CESAR DA CONCEICAO	CTA
865401003601	NR	BCT	MARCO ANTONIO LEDEL RODRIGUES	DPVFL
33358807	NR	BCO	VALTAIR CANDIDO SILVA JUNIOR	SRPV RJ
813601103408	NR	BCO	JORGE HENRIQUE ESTEVES	1 GTT
39138005	NR	SEL	IRAM DUARTE SOARES	PAMA GL
835001082503	NR	SEL	MARCIO LUIZ CLEBE	4/1 GCC
845001010505	NR	BMA	MAX ADRIANO ROSA AZEVEDO	5 ETA
876001174807	NR	BCO	RONALDO CORDEIRO DE OLIVEIRA	CPO
876201004203	NR	BMT	GLEUBER GONCALVES DE CARVALHO	CINDACTA 1
873001072801	NR	SAD	LUIZ HENRIQUE DOS REIS CARVALHO	AFA
883401067509	NR	BET	AGUINALDO CAETANO PINTO	PAMA LS
803101131506	NR	SGS	ERNESTO TADEU DA SILVA	CIEAR
803201065403	NR	SAD	JOSE NUNES DE SOUZA SOBRINHO	COMGEP
865001037108	NR	BCO	CLAUDIO LUIZ CROCHEMORE DA SILVA	BAFL
861101015803	NR	BMA	OSVALDO UBIRAJARA DA SILVA MUNIZ	BABE
822101111405	NR	BCO	ERNANDES FRANCISCO DE OLIVEIRA	DPVAR
875001079708	NR	BCT	FABRICIO ROMERO BLAUTH MAZZOTTI	DPVPA
834501006002	NR	BEP	JULIO CESAR DE SIQUEIRA	EEAR
886001135407	NR	SMU 41	MARCELO MARQUES DE SOUZA	BABR
793301158405	NR	SEL	JORGE FRANCISCO DE SOUZA	CCA BR
865401015308	NR	BMT	JAIR DE SOUZA	DPVPV
886001223303	NR	BCT	ANTONIO SOARES COUTINHO	DPV DT 21
854501010508	NR	BCT	ISRAEL JOAO DO NASCIMENTO	CINDACTA 2
793101033503	NR	BSP	FERNANDO DO NASCIMENTO	ECEMAR

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

803301168904	NR	BSP	CARLOS DE MORAES GOMES	ILA
794301012609	NR	SEM	DUYLIO RODRIGUES PORTO	AFA
29815408	NR	SGS	JOEL MARQUES ALVES NEVES	EPCAR
871001018509	NR	BMA	EDILSON ROCHA DE MATOS	1 ETA
862101002502	NR	BET	JOSE PESSOA DE ALBUQUERQUE NETO	HARF
883601113302	NR	SOB	JORGE LUIZ MELLO DA COSTA	GAP RJ
813101092104	NR	SEL	WILLIAN DA SILVA VICTORIO	PAMA LS
33197107	NR	BMA	ADEMARIO FERREIRA DOS SANTOS	2/5 GAV
866001140307	NR	BET	ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO	BABR
906201028906	NR	BET	OSVALDO PACHECO DA SILVA	SRPV BE
865401025707	NR	SMU 41	LUIS ROGERIO KRAMER	BASM
804601050109	NR	BMB	ADEILSON ELIAS DA SILVA	PAMA SP
853001063408	NR	SMU 22	MARCELO MENDES PEREIRA	BAMN
865301037901	NR	BET	SERGIO ZIN	DPV DT 54
843501014809	NR	BSP	JOSE CARLOS BARBOSA	PABQ
871001058602	NR	BCO	CESAR ROBERTO CUNHA	DPVCR
33198202	NR	BSP	CARLOS ALBERTO CARVALHO DOS SANTOS	PAMA SP
824901130003	NR	BCT	GERCIO OLIVEIRA DA SILVA	CINDACTA 2
936000004602	NR	SMU 10	ENABY SOUSA DA SILVA	BAAN
33239109	NR	SEF	EDVALDO SILVEIRA DA SILVA	HAAF
793201050605	NR	BMB	PEDRO ACHILLES DE FRANCA NETO	PAMB RJ
862101074610	NR	SEL	MARCUS ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS	CINDACTA 1
862101101304	NR	BEI	EDILSON JACINTO DOS PRAZERES	CTA
843001176901	NR	BCT	ISRAEL PEREIRA DA SILVA	DPV DT 22
872101003511	NR	BET	ARMANDO LUIZ DE ALMEIDA JUNIOR	2 ETA
873201077509	NR	BET	ANTONIO CARLOS DE ARRUDA PEREIRA	BASC
862101020707	NR	BFT	JOSE PACIFICO BEZERRA JUNIOR	PAMA SP
876001094902	NR	BCT	MANOEL ARAUJO LIMA JUNIOR	CINDACTA 1
862101070905	NR	BMB	JOSE CARLOS RAGO ANDURAND	PAMA SP
846201045301	NR	BCO	WELTON LUIZ BRANDAO	DPVAN
896001013710	NR	BCO	WNEICHLE WADER VIEIRA	CINDACTA 1
793301154003	NR	SDE	ALCEU DE SOUZA TERRA	COMGAR
803601180809	NR	BEP	ALEXANDRE DE MEDEIROS SARAIVA	PAMA SP
32409302	NR	BMT	ADERBAL PEREIRA	DPV DT 25
844501049904	NR	SML	LUIS FERNANDO DE CARVALHO ARANTES	AFA
28483401	NR	BSP	FRANCISCO SALES DOS SANTOS	II COMAR
841201008004	NR	SAD	LUIZ MOREIRA LOURENCO	DPVPV
874301061209	NR	BET	LUIZMAR RAMIRES SOUZA	DPV DT 42
873601154511	NR	BEP	LUIS CARLOS DE SOUZA SAMPAIO	PAMA AF
855401016903	NR	BCO	CARLOS ALENCAR BERTON	2/1 GCC
793001022801	NR	BSP	PAULO CESAR MATHIAS DELGADO	PAMA AF
803101142205	NR	BFT	LIZER SILVA DE JESUS	II FAE
896001153210	NR	BSP	JOSE ADAIL DA SILVA	VI COMAR
874001034704	NR	BCO	CLAUDIO WILSON DE MORAES	DPVSP
26932204	NR	SGS	PAULO MURILO AZEVEDO	DPV DT 25
845001015904	NR	BCT	MARCO ANTONIO FEYH	DPVPA
896201000707	NR	BET	WILLIAM JOSE ARISTIDES	2/6 GAV
883001071206	NR	BMA	GILSON FERNANDES CRESPO	AFA
876201022909	NR	BMT	NILDO NAVES DE OLIVEIRA	DPV DT 22
31051909	NR	SAD	GILMAR LUIZ BATISTA DO CARMO	1/16 GAV
813101135604	NR	BCO	BRAZ OLIVEIRA CARVALHO	1/2 GT
27351103	NR	SGS	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	BANT
864901052804	NR	BCT	MARCOS TADEU ANTONIO	DPVAN
861001032006	NR	SOB	JOSE MARIA NOGUEIRA JUNIOR	COMARA
861001064805	NR	SDE	MARCOS VENICIUS DOS SANTOS BRITO	III FAE

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

852101103602	NR	BMA	LUIZ MARIO SANTOS DOS PRAZERES	PAMA SP
883601188804	NR	BMA	EDUARDO DA CONCEICAO FRAGA FONSECA	PAMA AF
835401021008	NR	BCO	GILSON VOLNEI CARVALHO DA ROSA	DPVSP
793601066508	NR	BMB	SEBASTIAO SALVADOR BAPTISTA	1/16 GAV
806101140609	NR	BMA	IZAIAS RIBEIRO DOS SANTOS	GTE
874301003804	NR	BEI	ADALBERTO JOSE SILVA DOS SANTOS	2/10 GAV
28863106	NR	BMA	PEDRO DA CUNHA MACHADO	BACO
791001064601	NR	BCO	GILBERTO DOS SANTOS NUNES	DPVSP
862201000511	NR	BET	ANTONIO RODRIGUES DE QUEIROZ	BANT
803001062504	NR	BCO	JOAO MARTINS UCHOA	DPVSP
862101082405	NR	BMT	FRANCISCO AFONSO SANTOS PAIXAO	DPVCR
796201015002	NR	BEI	BRAZ BARBOSA DA SILVA	1 GDA
33269010	NR	BET	ROBSON RIBEIRO BUENO	DPV DT 31
826201019201	NR	SMU 30	CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	BAAN

RELAÇÃO HIERÁRQUICA DOS TERCEIROS-SARGENTOS DO QUADRO DE TAIFEIROS (QTA) COGITADOS PARA AS PROMOÇÕES DE 01 DEZ 2002.

RC	SIT	ESP	NOME	OM
843501017310	NR	TCO	VICTOR BERNARDINO ORLANDO ROMEROS	EPCAR
861001093611	NR	TBA	JULIO FONSECA	CLA
963200011305	NR	TAR	ANDRE LUIZ DO NASCIMENTO DA ROCHA	II COMAR
927101032202	NR	TAR	CARLOS ALBERTO ROQUE DE FARIAS	SRPV MN
901001000911	NR	TAR	GILMAR PANTOJA CORREA	BAFL
943000044102	NR	TAR	LUCIO MAURO DA SILVA	PAME RJ
903301199802	NR	TAR	CLOVIS ROMERO MACHADO DE SOUZA	LAQFA
26958309	NR	TAR	VALCIONI DUTRA DOS PASSOS	BAFL
792000001903	NR	TAR	ROGERIO FERNANDES DE BRITO	BARF
951000006806	NR	TAR	MARCIO PARAFITA MORAES	BABE
794500104407	NR	TCO	SIONIR BUENO DE ALMEIDA	BAFL
825300000206	NR	TVA	ALAOR GONCALVES CORDEIRO	DPVCT
833000010201	NR	TAR	JOAO CARLOS DE OLIVEIRA PAES	UNIFA
794801001805	NR	TAR	GEOFLEDES FRANCISCO SILVA	CTA
792201010804	NR	TCO	RUBENS MEDEIROS FERREIRA	BANT
793301076909	NR	TBA	SIDNEI DE OLIVEIRA	HFAG
813301062405	NR	TAR	IRLAN COSTA DE REZENDE	GABAER
813301049109	NR	TAR	UBIRATAN DA COSTA PINTO	PAMB RJ
803601113305	NR	TCO	SERGIO ROZA BARROS	BAAF
822101037809	NR	TAR	SEBASTIAO FERNANDES DE SA	PARF
825001033203	NR	TAR	OSMAR KUSIAK	V COMAR
841201111201	NR	TAR	JORGE MANOEL DE SOUZA	BAPV
841201005307	NR	TAR	ALCIMAR SILVA DE ANDRADE	BAPV
831201101509	NR	TCO	NELIO RIBEIRO GALVAO	BAPV
867301006506	NR	TCO	EVILAZIO MORAIS DE ARAUJO	BAPV
852301014203	NR	TAR	PAULO GEORGE LUCAS CORREIA	BAFZ
853501030008	NR	TAR	MARCO ANTONIO JULIO NETO	EPCAR
843501006709	NR	TBA	FRANCISCO MAGNO DE RESENDE	EPCAR
874101019308	NR	TCO	REGINALDO PRATA DA SILVA	BAPV
863001126302	NR	TBA	JOSIAS AMARAL DE CASTRO	II FAE
853201048908	NR	TCO	ELCIO COSTA BOTELHO	BASC
843001185704	NR	TAR	JOSEMAR CALABREZ	III COMAR
846001155003	NR	TAR	ISIRON LUIZ DOS SANTOS	NUHFAB

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

RELAÇÃO HIERÁRQUICA DOS CABOS DOS GRUPAMENTOS BÁSICO E DE SERVIÇOS DO QUADRO DE CABOS (QCB) COGITADOS PARA AS PROMOÇÕES DE 01 DEZ 2002.

RC	SIT	ESP	NOME	OM
29804001	AG12	SAD 01	JOAO ALFREDO GUIRALDELLI	BAFL
29270309	NR	SAD 01	FRANCISCO JOAO PEREIRA DA SILVA	BAST
29153411	NR	SAD 01	LEONIDIO DOS SANTOS COSTA	PAMA AF
31924203	NR	BMA 03	PAULO ITAMAR PEREIRA MARQUES	PAMA SP
29921302	NR	BSP	CELSO WALDIMIRDANIEL	AFA
30504901	NR	SGS 04	ELIAS BENTO CAMPELO	HARF
31984909	NR	BMA 01	HILSON DA SILVA FILHO	CDA
32688405	NR	BMA 01	ANTONIO SOARES IRMAO	BAFZ
35623502	NR	SEM	WASHINGTON MARTINS DE CARVALHO	SAC SBMK
33737809	NR	SGS 05	KLEBER DE OLIVEIRA ARAUJO	DIRINT
32257407	NR	SAD 01	FRANCISCO DE ASSIS MORAIS	EMAER
32947507	NR	SAD 01	RAIMUNDO NONATO SILVA DOS SANTOS	BABE
33098501	NR	SEM	HERALDO NICOLAU DA SILVA	AFA
34151004	AG19	SAD 01	CARLOS CARNEIRO NETO	III COMAR
32556602	NR	SAD 01	CLOVIS TRINDADE	1/15 GAV
33810103	NR	SEM	MARCIO ANTONIO DIAS	VI COMAR
32394907	NR	SGS 04	AMARO JOSE DE SOUZA FILHO	BARF
32967303	AG12	SGS 01	JOSIMAR DE ASSIS CANDIDO	EEAR
33363110	NR	SGS 01	RENATO SOARES DA SILVA	BASC
33316110	NR	BMB	JORGE CABRAL DE REZENDE	BAAF
33350210	NR	SGS 01	ELISEU DE OLIVEIRA QUINTANILHA	BASC
33350308	NR	SGS 01	HAROLDO CRISOSTOMO RAMOS	BASC
33316502	NR	SMU 81	AROLDO LEITE RIGO	BAAF
33364706	NR	SGS 01	ROBERTO ANTONIO DOS SANTOS	BASC
33576109	NR	SGS 04	PEDRO VITAL DA SILVA SOUZA	BAMN
33577411	NR	SGS 05	JOSE RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	BAMN
36695103	NR	SGS 05	JOAO ANILTO VIEIRA	BASM
33572709	NR	SGS 01	CESAR GONCALVES PEQUENO	BAMN
33570007	NR	SEM	WESLEY ROBERTO HERNANDES	AFA
33978508	NR	SOB 01	ALEXANDRE JOSE COUTEIRO ROLLO	PAMA BE
34129003	NR	BMB	JOSE ARAUJO DA SILVA	BAFZ
34614411	NR	SAD 01	DONIZETTI BENTO PEREIRA	PAMA SP
34273105	NR	SMU 81	MARIO HENRIQUE LOPES	AFA
33359902	NR	SAD 02	PEDRO CHAPIM FILHO	PIPAR
33777205	NR	SEL 02	GILMAR BEZERRA DE MENEZES	PAMA RF
34478908	NR	SAD 01	ELSON CASTRO DA ROCHA	BAFZ
37697908	NR	SMU 81	MARIO ALVES DA SILVA	CIAAR
34532806	NR	BCO	GUSTAVO SAVIO ARCOVERDE FERNANDES	CIN3-DPVPL
34704410	NR	SEM	RONALDO NOGUEIRA LIMA	BAFZ
34570208	NR	SGS 02	EDSON ALVES DE OLIVEIRA	BACG
794301007903	NR	SGS 01	CARLOS ROBERTO MORININGO DIAS	BACG
794301000706	NR	SGS 02	HELICIO CORONEL	BACG
794301002809	NR	SGS 02	JOSE OSCAR DA SILVA	BACG
795001053605	NR	SAD 01	JULIO CESAR DE SANT'ANNA DA	HACO
33366308	NR	BMA 01	NELSON COSTA	1/16 GAV
33368509	NR	SEM	LUIZ ANTONIO RODRIGUES COSTA	BASC
34182305	NR	SMU 81	SUDERLAN ALVES FEITOZA	BAGL
793601150307	NR	SGS 01	EDALMO SILVIO FERREIRA DA SILVA	HCA
33244109	NR	SEM	RODOLFO PERES BOUERI	UNIFA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

33662305 NR	SGS 01	ELIVALDO DE ARAUJO PAIVA	BASC
793101015810 NR	SAD 01	ANTONIO CARLOS GUIMARAES DE ARAUJO	ECEMAR
793601067701 NR	SAD 01	PAULO CESAR DE LIMA	IPA
794901012311 NR	BMA 01	ANEZIO RADIS FILHO	AFA
794901034602 NR	BMA 01	GILSON SEBASTIAO PAES	AFA
794301028304 NR	SGS 02	CLAUDIO APARECIDO CAPITULINO	BACG
792301028311 NR	SEM	CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DE OLIVEIRA	BAFZ
791201039408 NR	BSP	JOSE DE OLIVEIRA RAMOS	BAMN
804201060409 NR	SGS 01	JORGE JOHN HANSEN	1/11 GAV
792301016201 NR	SEM	JOSE CANDIDO BESERRA	BAFZ
792301035708 NR	SEM	ROBERTO TAVARES DE MENDONCA	BAFZ
802301001603 NR	SAD 01	ANTONIO ADRIANO MENDONCA DA SILVA	BAFZ
806101157410 NR	SAD 01	RUBENS ALVES SOARES	DEPED
793501001304 NR	SAD 01	VALDIR NELIO CARNEIRO	EPCAR
793601134009 NR	BEI	REGINALDO DOS SANTOS	DARJ
793101077704 NR	SEM	ERMAR JOSE DE ALMEIDA SILVA	DAC
792401016106 NR	SDE	EDSON SOUZA DE MATTOS	BASV
802401080305 NR	BMA 03	CARLOS MAURICIO DOS SANTOS	BASV
791201047105 NR	SGS 01	MAURO BARROSO DE OLIVEIRA	BAMN
801201076305 NR	SEL 01	LAURENIR BACELAR DE OLIVEIRA	BAMN
801201059805 NR	SGS 01	WALMIR SANTOS	BAMN
792201036604 NR	BEI	FRANCISCO BATISTA DE OLIVEIRA	BANT
793501006409 NR	SAD 01	GILMAR FERNANDES DIELE	EPCAR
803001012110 NR	SGS 01	EDMILSON DA ROCHA LEOPOLDINO	CDA
33327005 NR	SAD 01	BILBERTO CARVALHO DURAO	CEMAL
33220009 NR	SGS 04	EDMILSON DA CUNHA LIMA	BAGL
33233911 NR	SEM	JOSE CLAUDIO VASCONCELLOS DE AGUIAR	V FAE
33797611 NR	SAD 01	PETRONIO ALCANTARA SILVA	PAMA RF
33259602 NR	SGS 04	CARLOS ALBERTO DE FREITAS	UNIFA
33889408 NR	SGS 01	JOSE DOMINGOS LEITE	BASP
35407802 NR	BCO	SERGIO ALVES DE SOUZA	SRPV SP
33689004 NR	SEM	PAULO SILVINO ROCHA	BASP
33804302 NR	SGS 02	ALDO FIRMINO ALVES	BABR
33498405 NR	SAD 01	JOSE MARCOS THEODORO	AFA
34374707 NR	SGS 01	DARCI TRINDADE RUFINO	BASP
34569610 NR	BEP 02	CARLOS ROBERTO RAMIRES	BACG
33911008 NR	SGS 01	CELSO MARRA	CPBV
36391206 NR	SGS 01	WALTER MARTINS MARQUES	PABR
793601112208 NR	BSP	SERGIO DE SOUZA CABRAL	PAMB RJ
791101020708 NR	SEM	HERNANI PEDRO LIMA BARRETO	PAMA BE
796101116111 NR	SAD 01	UELIO CAETANO FERREIRA	GABAER
796101004910 NR	SEM	JOAO CARLOS DA SILVA	GAP BR
796101168608 NR	SEL 01	SERGIO MURILO MAGALHAES ASSEF	GAP BR
806101142102 NR	SDE	ALFREDO BORGES DE ALMEIDA	EMAER
806101255705 NR	SAD 01	JORGE DE CASTRO LORENZO	VI COMAR
793301000508 NR	SOB 01	SIDINEY DA SILVA	PAMA GL
793001036502 NR	SOB 01	GILMAR FERREIRA DA SILVA	PAMA GL
793201004406 NR	SAD 01	VALDEIR ALVES PEREIRA	1/1 GCC
34093401 NR	SEM	MIGUEL ANTONIO FERREIRA DORNELAS	EPCAR
34511806 NR	SAD 01	EDUARDO DE MOURA CAMARGO	EEAR
794501022807 NR	BMA 01	JOSE FLAVIO MARTINS DA SILVA	EEAR
33483903 NR	SGS 02	MARCOS AURELIO SILVA BASTOS	BAGL
33772002 NR	SEM	MARCOS JOSE LUNA ALVES	II COMAR
33801104 NR	SEM	JOSE ALBIERGOS DOS SANTOS	BARF
33763406 NR	SEM	EDIVONALDO MONTEIRO DE ALBUQUERQUE	CINDACTA 3

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

36391108 NR	SEF	POANK FALEIRO DE MORAIS	NUHFAB
34458404 NR	SAD 01	ODAISSO VIEIRA DA SILVA	BANT
34487504 NR	SEF	PEDRO PAULO FARIAS DA COSTA	I COMAR
34685108 NR	BMB	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA	BARF
38424110 NR	SGS 02	OSMAR ROODES RODRIGUES	BASM
34557206 NR	BMA 02	GILVAN SALES DOS SANTOS	BARF
33828108 NR	SGS 02	ADAO XAVIER VIEIRA	BABR
796101017701 NR	SAD 01	MOACIR LUIZ DE JESUS	OABR
795401013110 NR	SGS 02	PAULO ROBERTO DE SA	BASM
795001143103 NR	SEM	HELIO MODERNELO RODRIGUES	V COMAR
793301067801 NR	SEM	EDSON LUIZ ANSELMO DE OLIVEIRA	BANT
33103002 NR	SAD 01	FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA NETO	III COMAR
33965510 NR	SGS 02	RONALDO SILVA DA COSTA	PABE
33727704 NR	SEM	JEREMIAS PONCIANO DE MACEDO	BANT
34337409 NR	SEM	DEMETRIO JORGE CRUZ	BABE
33958908 NR	SGS 02	ELI NUNES BARACHO	PAMA BE
34105905 NR	SAD 01	EURICO SILVIO CARDOSO	III COMAR
38418407 NR	SGS 02	ILO ANTONIO MASSIERER	BASM
33232609 NR	SAD 01	GERSON CRISTOVAO DA SILVA	CEMAL
34058304 NR	SEM	ROBERIO CAVALCANTE DA COSTA	BANT
33728505 NR	SEM	MANASSES MEDEIROS	BANT
34451403 NR	SEM	SEVERINO FERNANDES DE ARAUJO JUNIOR	BANT
33801409 NR	SGS 04	LUIZ ANTONIO SOARES	PAMA RF
33726903 NR	SGS 02	PAULO SOLANO COSTA	BANT
39506602 NR	SGS 01	JOSE CARLOS COMIN	BASM
33144201 NR	BCO	PERICLES FONSECA DOS SANTOS	SERAC 6
35627207 NR	SAD 01	FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA	BABR
796101138903 NR	SAD 01	MARLON GALVAO MOREIRA	GABAER
795401008502 NR	SGS 02	LUIZ FERNANDO ANTUNES PEREIRA	BASM
796101076201 NR	SAD 01	JOSE CLAUDIO RIBEIRO	2 ELO
791001051505 NR	SGS 04	LAERTE CANDIDO DE SOUSA	BAFZ
801001068711 NR	SGS 02	IVONALDO CARDOSO MAGNO	BABE
806101173109 NR	BMA 02	ANTONIO CARLOS FERNANDES DE MATOS	BABR
33847408 NR	SEM	VILMAR MACIEL MARCELINO	DPVPA
33590402 NR	SGS 02	CESAR LUIS SANGENIDO	BACO
795001035008 NR	SEM	JORGE RONALDO SILVEIRA DA SILVA	BACO
795001094608 NR	SGS 02	JOSE EDUARDO MARTINS	BACO
805001099911 NR	SGS 02	MAURO CICERO SANT'ANNA	BACO

RELAÇÃO HIERÁRQUICA DOS TAIFEIROS DO QUADRO DE
TAIFEIROS (QTA) COGITADOS PARA AS PROMOÇÕES A GRADUAÇÃO DE
TERCEIRO-SARGENTO DE 01 DEZ 2002.

RC	SIT	GRAD	ESP	NOME	OM
21589507	NR	TM	TAR	JOAO MARIA PRESTES JUNIOR	CINDACTA 2
27882303	NR	TM	TCO	JOSE ROBERTO FABIANO	AFA
802200000108	NR	TM	TCO	ANTONIO CICERO PEDRO DA SILVA	BANT
813000004910	NR	TM	TAR	MESSIAS MARTINS DA SILVA	BAGL
816000008904	NR	TM	TVA	MANOEL MESSIAS GALENO DOS SANTOS	CINDACTA 1
805401019007	NR	TM	TAR	LUIZ CARLOS VIDAL RODRIGUES	BAFL
854301008907	NR	TM	TCO	WILSON DE OLIVEIRA PAES	BACG
874801016708	NR	TM	TBA	CLAUDIO MAXIMO BASTOS DE OLIVEIRA	CPOR SJ
864501019003	NR	TM	TBA	DANIEL CARLOS THEODORO	CTA

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

844801030203	NR	TM	TCO	MARIO APARECIDO DE SOUZA	CTA
874501034610	NR	TM	TCO	LUIZ RESENDE DOS SANTOS JUNIOR	EEAR
853201026508	NR	TM	TAR	ADILSON ARGIBAI PINTO	ESG
863501021010	NR	TM	TAR	MOZART GALEGO MRAD	EPCAR
853001056207	NR	TM	TAR	JORGE LUIZ SANTOS GONCALVES	III COMAR
843001159203	NR	TM	TCO	ALBERTO CLAUDIO DE FARIA	III COMAR
843301101604	NR	TM	TAR	AMILTON FERREIRA MARTINS	2/2 GT
843001091608	NR	TM	TAR	ANTONIO ROBERTO DE LIMA NETO	III COMAR
853301079210	NR	TM	TAR	JOABS ALVES LIMA	DAC
864501001804	NR	TM	TBA	GERSON ADRIANO DOS SANTOS	EEAR
853601018409	NR	TM	TCO	ALADIN GONCALVES	BAGL
843001075201	NR	TM	TCO	IVAN MARINHO	III COMAR
853201059411	NR	TM	TAR	MARCOS NOGUEIRA DE MEDEIROS	BASC
853001153908	NR	TM	TAR	WALTER CLAUDINO DOS SANTOS FILHO	DIRINT
874001035211	NR	TM	TAR	CARLOS EDUARDO BOA VISTA	IV COMAR
854501049110	NR	TM	TCO	DERBLEY ALVES RIBEIRO	EEAR
833501009209	NR	TM	TCO	WASHINGTON LUIS DA SILVA	EPCAR
843301075101	NR	TM	TCO	EDVALDO TAVARES DA SILVA	DARJ
833301109601	NR	TM	TCO	FRANCISCO VIEIRA DE SOUZA	PAMA GL
843301005804	NR	TM	TAR	JASSONILTON IZIDORO DA SILVA	BAGL
841201134707	NR	TM	TAR	ELIAS MAGALHAES ALVES	BAMN
864301028203	NR	TM	TCO	BLENEY BRITO JOAO DA SILVA	BACG
884801008609	NR	TM	TCO	OSNI MESALINO DE CAMPOS	CTA
863401013506	NR	TM	TCO	MIGUEL FERREIRA DA SILVA NETO	CIAAR
843501001702	NR	TM	TBA	ANTONIO DOS SANTOS ABREU NETO	EPCAR
853001080311	NR	TM	TCO	VALCIR ESTEVES	PAME RJ
863501024110	NR	TM	TAR	DILERMANDO MANEGATI CARNEIRO	EPCAR
853501008802	NR	TM	TAR	GERALDO SCALDINI DA SILVA	EPCAR
843001006803	NR	TM	TCO	FABIO DUARTE PINHEIRO	PAMA AF
851201142209	NR	TM	TCO	FRANK RONALDI MORAES MARQUES	SRPV MN
887100001109	NR	TM	TCO	JOSE DA SILVA MONTEIRO	MDEFESA
863001134402	NR	TM	TAR	MARCOS ANTONIO GOMES DE SOUZA	III COMAR
863301067711	NR	TM	TAR	MARCO ANTONIO FALCAO MATIAS	PAMA GL
853001133110	NR	TM	TCO	MOZART MARTINS VARANDA	III COMAR
853301062605	NR	TM	TAR	MARCOS BAIENSE MARTINS	PAMA GL
863301028811	NR	TM	TAR	DENILSON JOSE BARBOSA DE ABREU	HFAG
864501027310	NR	TM	TBA	DEVAIR DA SILVA	EEAR
833401204701	NR	TM	TCO	WANDER ALVES DA SILVA	CIAAR
843301069104	NR	TM	TCO	LUIS ANTONIO MIRANDA FILHO	DARJ
843301010401	NR	TM	TAR	EDUARDO SOUZA CASTRO	PAME RJ
843601134309	NR	TM	TAR	MARCUS VINICIUS FERNANDES	BAAF
864501006506	NR	TM	TBA	ROGERIO FERRAZ DE FRANCA	EEAR
864001031004	NR	TM	TAR	JOSE RICARDO MARTINS DE OLIVEIRA	IV COMAR
843001100010	NR	TM	TAR	AMARILDO LOURENCO CLEMENTE	DIRMA
853301005805	NR	TM	TBA	JONHILDO OLIVEIRA	BAGL
874001035810	NR	TM	TAR	RONALDO SILVA ROCHA	IV COMAR
841201142208	NR	TM	TAR	HUGO ODIVAL BARROS DA SILVA	BAMN
841201066302	NR	TM	TCO	RAIMUNDO NONATO VITAL DA SILVA	BAMN
853601004610	NR	TM	TCO	MARCOS FERREIRA	BAAF
864801066807	NR	TM	TAR	LUIS FERNANDO PEREIRA GARCIA	CTA
844801038005	NR	TM	TAR	JOSE CARLOS MACHADO	CTA
874601016201	NR	TM	TCO	JORGE CONCEICAO GARCIA	HASP
843001025907	NR	TM	TCO	SERGIO ODILON DA SILVA	BAGL
863001054105	NR	TM	TCO	CLAUDIO MACEDO RIBEIRO	III COMAR
863601122604	NR	TM	TCO	LUCELIO CLAUDIO DA COSTA	HAAF

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

853001156910	NR	TM	TCO	JOAO ALEXANDRE DE OLIVEIRA	HFAG
843001129803	NR	TM	TCO	CLAUDIO JOSE GAMA DE ALMEIDA	II FAE
853001019802	NR	TM	TCO	ANDRE LUIZ GOMES DE SIQUEIRA	BAGL
864901054210	NR	TM	TAR	PAULO SERGIO DUTRA GARCIA	AFA
887100001305	NR	TM	TCO	SEBASTIAO OLINTO BARBOSA DOS	BAMN
854001062010	NR	TM	TAR	EDIVANDO SIMPLICIO DE OLIVEIRA	BAFZ
834901129101	NR	TM	TBA	GERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	AFA
864001073407	NR	TM	TBA	JOAO MANOEL DA SILVA	IV COMAR
874901040303	NR	TM	TAR	MARCEL ALEXANDRE ROMERO	AFA
851201025202	NR	TM	TCO	ISAAC FREIRE DA SILVA	BAMN
874001094702	NR	TM	TCO	SERGIO GLOBIG	HASP
844901068410	NR	TM	TBA	HERONIDES JOSE DA SILVA FILHO	AFA
841201153506	NR	TM	TCO	FRANCISCO ANGELO GOMES CHAVES	BABV
851201088703	NR	TM	TAR	ANTONIO FRANCISCO DE AQUINO	BAPV
801001036707	NR	TM	TCO	AGNALDO GOMES DE LIMA	I COMAR
793001067705	NR	T1	TAR	GENARIO MENDES OLIVEIRA	III COMAR
841000000507	NR	T1	TVA	JURANDIR RAYOL DA SILVA	COMARA
803601026809	NR	T1	TAR	NILTON DE SOUZA PITA	III COMAR
791001049202	NR	T1	TAR	JASON DA SILVA LEAO	HABE
826201065509	AG10	T1	TBA	PEDRO BATISTA DE OLIVEIRA	GAP BR
811201003506	NR	T1	TBA	CLAUDEMAR OZORIO DE CARVALHO	BAMN
886000005005	AG1	T1	TCO	GILBERTO LOPES DE CARVALHO	STM
846001175605	NR	T1	TBA	PEDRO FERREIRA DE SOUZA NETO	BABR
856001141804	NR	T1	TCO	RAIMUNDO ANTONIO RIBEIRO LUSTOZA	VI COMAR
811000001806	NR	T2	TCO	ANTONIO DA COSTA SANTOS	PAMA BE
811201093808	NR	T2	TCO	JOSE FRANCISCO ALVES DE SOUZA	VII COMAR
811201084101	NR	T2	TCO	LUIZ ANTONIO DE SOUSA SILVA	VII COMAR
841200003504	NR	T2	TAR	ANTONIO FRANCELINO DE BRITO	NUHAMN
803001117602	NR	T2	TCO	ANTONIO GOMES DA CRUZ FILHO	DIRMA
831201049409	NR	T2	TCO	RAIMUNDO NONATO DA COSTA PINTO	BAMN
831201021604	NR	T2	TCO	EDMILSON DA SILVA FURTADO	BAMN

RELAÇÃO HIERÁRQUICA DOS TAIFEIROS DO QUADRO DE
TAIFEIROS (QTA) COGITADOS PARA AS PROMOÇÕES A TAIFEIRO-MOR DE 01
DEZ 2002.

RC	SIT	GRAD	ESP	NOME	UNIDADE
863601000405	NR	T1	TAR	VANTIEUX BRASILEIRO ALVES	BAFZ
854501003405	NR	T1	TCO	JOSE BENEDITO DE TOLEDO	IV COMAR

(Item 127/SECPG/2002)

11 - CÔMPUTO DOS "ANOS DE SERVIÇO" PARA "ADICIONAL DE TEMPO
DE SERVIÇO", "ADICIONAL DE PERMANÊNCIA" E
"INATIVIDADE" - ORIENTAÇÃO DA DIRAP

Legislação orientadora:

Itens I a VI do art. 137 e Art. 143 da Lei
6.880/80;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Art. 30, 33, 36 e 37 da MP 2131, de 28 DEZ 2000 e reedições;

Art. 17 da Lei 8.237/91;

Parágrafo único do Art. 2º do Decreto 722, de 18 JAN 1993;

Art. 93 e 96 do Decreto 4.307, de 18 JUL 2002;

Portaria 572/GC6, de 15 JUL 2001.

.

I - Tendo em vista o que preceitua o Decreto 4307, de 18 JUL 2002, primordialmente, em seu Art. 93 e parágrafos e no Art. 96 que regulamentam a contagem de "anos de serviço", esta Diretoria orienta que os cálculos de tempo sejam elaborados ou refeitos, quando necessário, como abaixo especificados:

1) "Anos de serviço" para o "Adicional de Tempo de Serviço" (dados até 29 DEZ 2000) é a somatório de:

a) "Tempo(s) de efetivo serviço" até 29 dez. 2000;

b) Tempo de serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal prestado pelo militar até 29 DEZ 2000 e anteriormente à sua incorporação, matrícula, nomeação ou reinclusão (Art. 17 da Lei 8237/91), desde que averbado pela DIRAP;

c) Tempo de período acadêmico - um ano de curso acadêmico para cada cinco anos de tempo de efetivo serviço completados até 29 DEZ 2000 - (Item II, Art. 137 da Lei 6880/80 e Art. 37 da MP 2131, de 28 DEZ 2000);

d) Tempo de serviço computável durante o período matriculado como aluno de órgão de formação da reserva (Art. 17 da Lei 8.237/91 e parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 722, de 18 JAN 1993), até 29 DEZ 2000 e desde que averbado pela DIRAP;

e) Tempo relativo a cada licença especial não gozada contado em dobro (Art. 33 da MP 2131, de 28 DEZ 2000) sobre as quais o militar tenha feito opção pelo previsto em "c" da Portaria 572/GC-6, de 19 JUL 2001 (contagem em dobro na passagem para a inatividade remunerada e para cálculo dos "anos de serviço" para efeito do prescrito no art. 30 da MP 2131, de 28 DEZ 2000);

Obs.: Quando da passagem do militar para a inatividade, deverão ser computados em dobro os períodos de licença especial, pelos quais o militar tenha feito opção pela letra "b" da Portaria

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

572/GC-6, de 19 JUL 2001 e não tenha usado o direito de gozo até aquele momento; e

f) Tempo relativo a férias não gozadas, adquiridas até 29 DEZ 2000, contadas em dobro (Art. 36 da MP 2131, de 28 DEZ 2000).

2) "Anos de serviço" para a "Inatividade" é o somatório de:

a) Total dos "anos de serviço" para o "Adicional de Tempo de Serviço";

b) "Tempo de efetivo serviço" entre 29 DEZ 2000 e a data a ser considerada;

c) Tempo de serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal prestado pelo militar após 29 DEZ 2000 e anteriormente à sua incorporação, matrícula, nomeação ou reinclusão (item I do Art. 137 da Lei 6880/80), desde que averbado pela DIRAP;

d) Tempo de serviço computável durante o período matriculado como aluno de órgão de formação da reserva (item III do Art. 137 da Lei 6880/80), após 29 DEZ 2000 e desde que averbado pela DIRAP;

e) "Tempo de efetivo de serviço" prestado em guarnições especiais categoria "A" nos moldes do estabelecido no item VI do Art. 137 da Lei 6.880/80; e

f) Tempo de Serviço prestado à iniciativa privada, desde que averbado pela DIRAP.

3) "Anos de serviço" para o "Adicional de Permanência" é:

O total dos "anos de serviço" para a "Inatividade" excluído o Tempo de Serviço prestado à iniciativa privada.

II - Em qualquer caso deve ser observada a impossibilidade de superposição dos tempos de serviço como vedadas pelo Art. 143 da Lei 6880/80.

III - Os novos resultados obtidos para os adicionais deverão ser publicados em Boletim Interno da OM para fazer gerar os efeitos pertinentes.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

IV - Esta orientação revoga a contida no item 645/1RC/2001 publicado no Bol. Ext. da DIRAP nº 106, de 14 SET 2001 e demais disposições em contrário.

(Item 795/DRC/2002)

12 - MEDALHA MILITAR DE TEMPO DE SERVIÇO - RECOMENDAÇÃO

Tendo em vista que a proposta para a concessão da Medalha Militar de Tempo de Serviço é de responsabilidade exclusiva das Organizações do Comando da Aeronáutica, por meio dos seus Setores de Pessoal, solicito que se faça cumprir o previsto na Portaria nº 921/GAB3, de 07 DEZ 1989, atentando para o correto preenchimento dos Ofícios-Proposta, observando que o modelo anexo na referida Portaria, foi modificado de acordo com o previsto na ICA 35-1, de 10 JUL 2002. Esta solicitação deve-se ao fato de que continua sendo encaminhado a esta Diretoria, um grande número de Ofícios-Proposta incorretos.

As propostas que não estiverem de acordo com a legislação acima mencionada serão devolvidas, orientando-se para que sejam feitas as correções necessárias.

(Item 306/2PM3/2002)

13 - REENGAJAMENTO - RETIFICAÇÃO

Retifico a publicação contida no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 028, de 24 MAIO 2002, na parte que concede prorrogação de tempo de serviço ao 1T QOCON Dir GUSTAVO ADOLFO ANDERSON NETO.

ONDE SE LÊ:

RC	NOME	INICIO	TÉRMINO	OM	COMAR
945000002803	GUSTAVO ADOLFO ANDERSSON NETO	01 SET 2002	31 JUL 2003	V COMAR	5

Leia-se:

RC	NOME	INICIO	TÉRMINO	OM	COMAR
945000002803	GUSTAVO ADOLFO ANDERSSON NETO	01 SET 2002	31 AGO 2003	V COMAR	5

(Item 305/2PM1/2002)

14 - REQUERIMENTO

No requerimento em que o 1º Ten.-Méd. LUIS EDUARDO TEIXEIRA DE MACEDO (RC 983500044110), do HCA, solicita acréscimo

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

de tempo de serviço prestado em atividade privada, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Vice-Diretor de Administração do Pessoal: "DEFERIDO. Averbese para os fins previstos no § 1º do Art. 93 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, o tempo líquido de cinco anos, onze meses e 25 dias de serviço prestado em atividade privada nos períodos de 01 SET 1986 a 01 MAR 1988, de 29 JUN 1992 a 01 FEV 1993, de 01 JUL 1994 a 30 JUN 1997 e de 11 JUL 1997 a 01 JUN 1998, constante na certidão do INSS, Processo nº 24-11/513/02.

Em consequência registre-se que o período de 01 SET 1986 a 01 MAR 1988 está superposto com o período acadêmico realizado de 1983 a 1988.

(Item 796/1RC/2002)

No requerimento em que a 1º Ten.-Dent. CÉLIA MARIA BANDEIRA RAMOS (RC 943500002411), da BAAN, solicita acréscimo de tempo de serviço público, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Vice-Diretor de Administração do Pessoal: "DEFERIDO. Averbese para os fins previstos no item I, § 1º do Art. 137 da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares), c/c o Art. 93, do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, o tempo líquido de cinco anos, um mês e sete dias de serviço público federal prestado à Base Aérea de Anápolis no período de 03 FEV 1987 a 09 MAR 1992 (Proc. nº 60-12/1295/02)".

(Item 797/1RC/2002)

Nos requerimentos em que os oficiais do QCOA, solicitam prorrogação de tempo de serviço, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Diretor de Administração do Pessoal: "DEFERIDO, tendo em vista o Art. 28 das Instruções Reguladoras, aprovada pela Portaria nº 1071/GM3, de 24 SET 1982, alterada pela Portaria 749/GC3, de 20 SET 2001."

RC	PT	NOME	OM	INÍCIO	TÉRMINO
003500023309	2T	ADRIANA OLIVEIRA DE FREITAS	DIRAP	12/07/2002	11/07/2003
003500021511	2T	ADRIANA ROSA DE LIMA	SEGECAE	12/07/2002	11/07/2003
003500025804	2T	ADRIANA SANTOS DA PAIXAO	DIRAP	12/07/2002	11/07/2003
003500024807	2T	ALESSANDRA CRISTINA DERITO GRECO	II COMAR	12/07/2002	11/07/2003
973500033606	1T	ALESSANDRA DAS INDIAS DOS SANTOS CARVALHO LUGLIO	HCA	22/08/2002	21/08/2003
983500054302	1T	ANA CRISTINA DA TRINDADE	BANT	13/09/2002	12/09/2003
003500025107	2T	ANA ISABEL ALCURE TACHAU	HFAG	12/07/2002	11/07/2003
003500025205	2T	ANDRE BENSEMANN DA COSTA CRUZ	EPCAR	12/07/2002	11/07/2003
973500029211	1T	ANDRE LUIZ CORREA	SRPV MN	22/08/2002	21/08/2003
003500023102	2T	ANDREA DO SOCORRO FARIAS DE MOURA FERNANDES	DPVBE	12/07/2002	11/07/2003
993500023209	2T	ANDREIA MOURA LOPES CALMON DU PIN E ALMEIDA	HAAF	03/09/2002	02/09/2003
003500022508	2T	ANGELICA CRISTINA DA MOTA	DIRENG	12/07/2002	11/07/2003

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

003500023603	2T	ARNALDO GONCALVES PINHEIRO	DPVBE	12/07/2002	11/07/2003
973500028704	1T	BRAULIO CORREA DE ALMEIDA FILHO	PAMA GL	22/08/2002	21/08/2003
973500029309	1T	BRUNO SILVA DE ALBUQUERQUE	II COMAR	22/08/2002	21/08/2003
973500029505	1T	CARLOS VIGGIANO JUNIOR	PAMA GL	22/08/2002	21/08/2003
973500029810	1T	CLAUDIA CORREA VENTURA ARAUJO	DECEA	22/08/2002	21/08/2003
973500033105	1T	CLEIDE MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO	BABV	22/08/2002	21/08/2003
993500022408	2T	CLOVIS LOUREIRO DA SILVA	I COMAR	03/09/2002	02/09/2003
003500025510	2T	DANIELE DE CARVALHO SIQUEIRA	CINDACTA 2	12/07/2002	11/07/2003
993500025911	2T	DANIELE PADUA SOUSA	BAFZ	03/09/2002	02/09/2003
973500031503	1T	DAYSE MARIA CAMPOS FERREIRA	EPCAR	22/08/2002	21/08/2003
003500021010	2T	DEJANE MENDES DOS REIS BARRETO	CINDACTA 2	12/07/2002	11/07/2003
973500031710	1T	DOMITILA SEVERINA DA SILVA E SILVA	II COMAR	22/08/2002	21/08/2003
883001052407	1T	EDUARDO MACHADO CORREA	CLA	23/08/2002	22/08/2003
003500023701	2T	EINSTEIN ERSE	COMARA	12/07/2002	11/07/2003
003500026507	2T	ELIANE MEDEIROS MORAES	CGABEG	12/07/2002	11/07/2003
003500020503	2T	ELISANGELA RANGEL ARAUJO	PAAF	12/07/2002	11/07/2003
983500051311	1T	ELLEN RIBEIRO GUEDES DO NASCIMENTO	BARF	13/09/2002	12/09/2003
983500047210	1T	ELY WAGNER FERREIRA SABARA	PAMA RF	13/09/2002	12/09/2003
983500049901	1T	ENEIDA ROLIM DE CASTRO	BANT	13/09/2002	12/09/2003
003500021609	2T	ESTANISLAU FERNANDES MONTE	V COMAR	12/07/2002	11/07/2003
973500029407	1T	ESTER MARIA BRUZACA PEREIRA	COMARA	23/08/2002	22/08/2003
003500022203	2T	EVERTON JOSÉ BARBOSA DE SOUZA	CECOMSAERR	12/07/2002	13/07/2003
973500032402	1T	FATIMA EVANGELISTA FERNANDES	III COMAR	22/08/2002	21/08/2003
003500020601	2T	FERNANDA FELIZARDO ANGELATS	III COMAR	12/07/2002	11/07/2003
993500027905	2T	FLAVIO DE OLIVEIRA CAVALCANTI	II COMAR	03/09/2002	02/09/2003
862301040411	1T	FRANCISCO AURIMARCOS TEIXEIRA DE SOUSA	BAFZ	22/08/2002	21/08/2003
973500030604	1T	GISELLY LYS DE ALMEIDA SILVA	CCA RJ	22/08/2002	21/08/2003
003500020710	2T	GLORIA CRISTINA PAIVA SOUSA	LAQFA	12/07/2002	11/07/2003
003500024709	2T	GUSTAVO GONCALVES	DPVBE	13/07/2002	12/07/2003
933501005711	2T	HAMILTON DA COSTA MATTOS	II COMAR	03/09/2002	02/09/2003
973500030408	1T	ILKA REGINA FERNANDES DE OLIVEIRA	DIRINT	22/08/2002	21/08/2003
003500022704	2T	IVAN RODRIGUES DE AMORIM	COMARA	12/07/2002	11/07/2003
973500027805	1T	JAQUELINE SANTOS DA CUNHA FILIPPO	DIRENG	22/08/2002	21/08/2003
003500022802	2T	JOAO TITO COTA LOPES	COMARA	12/07/2002	11/07/2003
003500024110	2T	JOSE HENRIQUE MONTEIRO KREIMER	II COMAR	12/07/2002	11/07/2003
973500032304	1T	JOSEMAR BERNARDO SANTOS	III COMAR	22/08/2002	21/08/2003
973500030811	1T	JULIANA MENDES MENDONCA DE CARVALHO	CCA RJ	22/08/2002	21/08/2003
973500029102	1T	JULIANO ALVARENGA GONCALVES SILVA	III COMAR	22/08/2002	21/08/2003
003500025608	2T	KARYNNE KELLY REZENDE CARVALHO	BASM	12/07/2002	11/07/2003
003500020808	2T	KYLMA MARIA CORREIA CAMELO	DIRSA	12/07/2002	11/07/2003
973500032511	1T	LILIAN PACHECO DOS SANTOS	CIAAR	22/08/2002	21/08/2003
983500050608	1T	LUCIA APARECIDA GRIMALDI INACIO	HARF	13/09/2002	12/09/2003
003500026605	2T	LUCIANA HORTA LATINI	HFAG	12/07/2002	11/07/2003
973500033508	1T	LUCIANA SANTOS DE OLIVEIRA	HCA	22/08/2002	21/08/2003
963500027608	1T	LUCIANO ROCHA DIAS	CLBI	22/07/2002	21/07/2003
003500024208	2T	MARCELO CEZIMBRA DAS CHAGAS	V COMAR	12/07/2002	11/07/2003
913301025303	2T	MARCELO SILVA RODRIGUES	HCA	12/07/2002	11/07/2003
973500031209	1T	MARCIA MARTHA COSTA FURTADO	EPCAR	22/08/2002	21/08/2003
003500024306	2T	MARCOS ANTONIO COUTINHO DE FREITAS	III COMAR	12/07/2002	11/07/2003
883001177303	2T	MARCOS DE LEU ARAUJO	DIRENG	12/07/2002	11/07/2003
993500027709	2T	MARIA APARECIDA MONTEIRO ARRUDA DO NASCIMENTO	HARF	03/09/2002	02/09/2003
983500052711	1T	MARIA BETANIA MACHADO BARBOSA	HARF	13/09/2002	12/09/2003
973500030506	1T	MARIA DA GRACA GASPAR LOPES	CCA RJ	22/08/2002	21/08/2003
973500034004	1T	MARIA FERNANDA DE LIMA SIMAO	CIAAR	22/08/2002	21/08/2003
983500045107	1T	MARIA GORETT DA SILVA AGUIAR	II COMAR	13/09/2002	12/09/2003
973500030702	1T	MARILIS BURKHARD SCHERER VANZAN	CCA RJ	22/08/2002	21/08/2003
973500028911	1T	MARKSUEL XAVIER BASTOS	DIRENG	22/08/2002	21/08/2003
973500030005	1T	MAURICEIA PATRICIA MONTEIRO DA SILVA	CLA	24/08/2002	23/08/2003

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

973500032609	1T	MONICA LUIZA CERNADAS PINTO	DECEA	22/08/2002	21/08/2003
003500025401	2T	PATRICIA ALVES CORREA CONDE	CLA	12/07/2002	11/07/2003
973500029004	1T	RAIDSON JENNER NEGREIROS DE ALENCAR	I COMAR	23/08/2002	22/08/2003
003500026409	2T	RENATA DE FARIA BRASILEIRO	SRPV RJ	12/07/2002	11/07/2003
963500028507	1T	RICARDO AUGUSTO MACHADO MENDES	COMARA	23/07/2002	22/07/2003
973500029701	1T	RITA DE CASSIA MOUZER LANDA NORONHA	PIPAR	22/08/2002	21/08/2003
003500024502	2T	ROBSON GODOI RODRIGUES SILVA	DIRENG	12/07/2002	11/07/2003
003500024611	2T	RODRIGO SILVA BARBOSA	CLA	12/07/2002	11/07/2003
003500024905	2T	RONALD LISBOA CONDE	BABE	12/07/2002	11/07/2003
003500021903	2T	ROSANA DO PATROCINIO	DECEA	12/07/2002	11/07/2003
003500022105	2T	SABINO ROCHA ANGELICA JUNIOR	HABE	12/07/2002	11/07/2003
983500045804	1T	SILVANE FERREIRA BELMONTE	II COMAR	13/09/2002	12/09/2003
973500028007	1T	SILVIA MARLENE DA PAIXAO SANTOS	V COMAR	22/08/2002	21/08/2003
973500031808	1T	SIMONE MARCIA DE JESUS	CIAAR	22/08/2002	21/08/2003
003500025902	2T	SORAYA REGINA ALVES PACHECO	EAOAR	12/07/2002	11/07/2003
973500031111	1T	STEFANIA MARIA TEIXEIRA	DIRMA	22/08/2002	21/08/2003
003500023407	2T	VALERIA CARDIAS PEREIRA ALVES	DECEA	12/07/2002	11/07/2003
993500024609	2T	VANESSA DE ALENCAR NUNES	II COMAR	03/09/2002	02/09/2003
003500023211	2T	VELTON DOS REIS COELHO	DPVBE	13/07/2002	12/07/2003
983500050804	1T	ZILANE SILVA BARBOSA DE OLIVEIRA	BANT	13/09/2002	12/09/2003

(Item 303/2PM1/2002)

No requerimento em que a 2S SEF (QFG) KELLY CAMPOS DA SILVA TAVARES (RC 903400006207), da CGABEG, solicita acréscimo de tempo de serviço prestado em atividade privada, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Vice-Diretor de Administração do Pessoal: "DEFERIDO. Averbse para os fins previstos no § 1º do Art. 93 do Decreto nº 4.307, de 18 de Julho de 2002, o tempo líquido de um ano, dez meses e um dia, de serviço prestado em atividade privada no período de 01 MAIO 1988 a 01 MAR 1990, constante na Certidão do INSS, Processo nº 24-21/327/02.

(Item 799/1RC/2002)

No requerimento em que o 3S SGS (QESA) LAERCE SACRAMENTO DE SOUZA (RC 28730110), do PAMB RJ, solicita transferência para a Reserva Remunerada, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Vice-Diretor de Administração do Pessoal: "INDEFERIDO", por contrariar o disposto na letra "a", parágrafo 4º do Art. 97 da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 1980. (Proc. nº 45-11/R-16/2002)

(Item 794/1RC/2002)

Nos requerimentos em que os militares abaixo relacionados pertencentes ao Grupamento de Supervisores-de-Taifa solicitam transposição para o Quadro de Taifeiros, na especialidade listada ao lado de seus nomes, foi exarado, o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Diretor de Administração do

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Pessoal: "DEFERIDO, de acordo com os Art. 41 e 42 do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 3690, de 19 DEZ 2000".

GRAD	NOME	ESP	PROCESSO	RC
3S	ELVIS ANTONIO MILHA	TAR	20-11/0697/2002	842101017906
3S	MARCOS JOSE SAMPAIO	TAR	20-11/0696/2002	792101082310

(Item 304/2PM/2002)

No requerimento em que o militar abaixo relacionado, solicita promoção por merecimento, a contar de 01 AGO 1994, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Diretor de Administração do Pessoal: "INDEFERIDO, o requerente não atendia, à época, as qualidades exigidas para a promoção pelo critério de merecimento, previstas nos incisos I, II, III e V do Art. 39 do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica (REPROGAER), aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 JUL 1993, e em face de seu requerimento contrariar o disposto na letra "a", parágrafo 1º do Art. 51 da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares)."

RC	UNIDADE
000025259902	CINDACTA 3

(Item 128/SECPG/2002)

No requerimento em que o CB BCO (QCB) OLAVIO QUIRINO DE CARVALHO (RC 37186406), do DAC, solicita acréscimo de tempo de serviço prestado em atividade privada, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Vice-Diretor de Administração do Pessoal: "DEFERIDO. Averbese para os fins previstos no § 1º do Art. 93 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, o tempo líquido de zero ano, oito meses e quatorze dias de serviço prestado em atividade privada no período de 18 SET 1978 a 31 MAIO 1979, constante na Certidão do INSS, Processo nº 07-01/636/02.

(Item 798/1RC/2002)

No requerimento, datado de 19 JUN 2002, em que o Ex-1S QAR SERGIO ROCHA DE PINHO, solicita cópias de suas Folhas de Alterações, referentes ao 2º Sem./1967 e ao 2º Sem./1980, foi exarado o seguinte despacho: "DEFERIDO, forneça-se o que constar nesta Diretoria". (Proc. nº 06-11/2492/2002)

(Item 793/2RC/2002)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

Nos requerimentos em que os peticionários adiante relacionados solicitam autorização para se reidentificarem pelo Sistema de Identificação de Pessoal do Comando da Aeronáutica e tendo em vista as competências delegadas pelas Portarias nº 88/2GAB/COMGEP, de 09 AGO 2001 e nº 3.850/DIR, de 18 DEZ 2001, o Chefe da Divisão de Registro e Controle exarou o seguinte despacho: "DEFERIDO", face ao que preceitua o Art. 2º da Portaria nº 687/GC3, de 17 NOV 2000.

14-01/2716/02	- ALEXANDRE ALMEIDA ALCANTARA
14-01/2717/02	- JOUBERT CARLOS CRUZ
14-01/2915/02	- VALDIR BRAGA
14-01/2916/02	- LUCIANA GUAGLIANI SANTOS
14-01/2917/02	- PAULO VITOR DOS SANTOS COUTO
14-01/2919/02	- CLÁUDIO VOIVODIC JÚNIOR

(Itens 788 e 790/4RC/2002)

Nos requerimentos em que os peticionários adiante relacionados solicitam autorização para se reidentificarem pelo Sistema de Identificação de Pessoal do Comando da Aeronáutica e tendo em vista as competências delegadas pelas Portarias nº 88/2GAB/COMGEP, de 09 AGO 2001 e nº 3.850/DIR, de 18 DEZ 2001, o Chefe da Divisão de Registro e Controle exarou o seguinte despacho: "INDEFERIDO", face ao que preceitua o Art. 2º da Portaria nº 687/GC3, de 17 NOV 2000.

14-01/2714/02	- NADIR VIEIRA GUIMARÃES
14-01/2718/02	- JOSÉ LUIZ DA COSTA PRADO
14-01/2914/02	- EDSON GUIMARÃES COSTA

(Item 789/4RC/2002)

No requerimento em que a Sra. ÉRICA ECARD DOS SANTOS, procuradora do Senhor IDENIR MARTINS DOS SANTOS solicita Certidão de Tempo de Serviço para fins de averbação junto ao INSS, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Vice-Diretor de Administração do Pessoal: "DEFERIDO. Certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos da alínea "b" do inciso XXXIV do Art. 5º da Constituição Federal de 1988". (Proc. nº 14-01/2712/02)

(Item 791/3RC/2002)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

No requerimento em que o Senhor JOSÉ AUGUSTO CARVALHO GOMES solicita Certidão de Tempo de Serviço para fins de averbação junto ao INSS, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Vice-Diretor de Administração do Pessoal: "DEFERIDO. Certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos da alínea "b" do inciso XXXIV do Art. 5º da Constituição Federal de 1988". (Proc. nº 14-01/2720/02)

(Item 792/3RC/2002)

SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA
(Sem alteração)

SEÇÃO III - DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA

1 - ICA 161-14 - APROVAÇÃO

Encontra-se publicada em anexo ao presente BCA, a Portaria nº 13/DIRINT, de 21 de agosto de 2002, que aprova a ICA nº 161-14 "PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DO AUXÍLIO-TRANSPORTE".

2 - ICA 177-2 - APROVAÇÃO

Encontra-se publicada em anexo ao presente BCA, a Portaria nº 14/DIRINT, de 21 de agosto de 2002, que aprova a edição da ICA nº 177-2 "HABILITAÇÃO DE ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS E CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO".

O anexo da referida ICA encontra-se disponível no site da SDPP (www.sdpp.intraer)

3 - ICA 177-29 - APROVAÇÃO

Encontra-se publicada em anexo ao presente BCA, a Portaria nº 15/DIRINT, de 21 de agosto de 2002, que aprova a reedição da ICA nº 177-29 "PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL".

O anexo da referida ICA encontra-se disponível no site da SDPP (www.sdpp.intraer)

SEÇÃO IV - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO
(Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

SEÇÃO V - DIRETORIA DE SAÚDE
(Sem alteração)

SEXTA PARTE

SEÇÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS
(Sem alteração)

SEÇÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO
(Sem alteração)

SEÇÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1 - DESIGNAÇÃO

Portaria nº 502, de 14 AGO 2002

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do Art. 1º Portaria nº 18, de 22 MAIO 2002, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto no inciso III do Art. 1º do Decreto nº 4.243, de 22 MAIO 2002, resolve:

Designar o SO EDVALDO RUZINE, para exercer a função de Assistente, código GR-IV, na Coordenação-Geral de Operações da Diretoria de Telecomunicações desta Secretaria.

CARLOS ALBERTO VILANOVA
(D.O.U. nº 157, de 15 AGO 2002)

SEÇÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
(Sem alteração)

SEÇÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

1 - DISPENSA

Portaria nº 163/GSIPR/SCH MIL, de 14 AGO 2002

O SUBCHEFE MILITAR DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 63, de 21 AGO 2002)

subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo Art. 1º da Portaria nº 17/GSIPR/CH, de 17 JUL 2002, resolve:

Dispensar o Ten.-Cel.-Int. ANTONIO FAUST LUCIANO da função de Assessor Especial na Área de Execução Orçamentária do Gabinete da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, excluindo-o da letra "B" da tabela anexa à Portaria nº 16-CH/CM, de 30 NOV 1998.

Gen.-Bda. MILTON BORATTO VIANA
(D.O.U. nº 157, de 15 AGO 2002)

2 - DESIGNAÇÃO

Portaria nº 164/GSIPR/SCH MIL, de 15 AGO 2002

O SUBCHEFE MILITAR DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo Art. 1º da Portaria nº 17/GSIPR/CH, de 17 JUL 2002, resolve:

Designar o Ten.-Cel.-Int. ADÃO AIRTON DA ROSA SILVA para exercer a função de Assessor Especial na Área de Execução Orçamentária do Gabinete da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, enquadrando-o na letra "B" da tabela anexa à Portaria nº 16-CH/CM, de 30 NOV 1998.

Gen.-Bda. MILTON BORATTO VIANA
(D.O.U. nº 158, de 16 AGO 2002)

SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO (Sem alteração)

SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Sem alteração)

ERNANI EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA - Cel.-Int.
Chefe do CENDOC

COMANDO DA AERONÁUTICA



AUXÍLIO-TRANSPORTE

ICA 161 - 14

**PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO
DO AUXÍLIO-TRANSPORTE**

21 AGO 2002

COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA



AUXÍLIO-TRANSPORTE

ICA 161 - 14

**PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO
DO AUXÍLIO-TRANSPORTE**

21 AGO 2002



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMANDO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 13/DIRINT, 21 de agosto de 2002

Aprova a ICA 161-14, que estabelece as normas e os procedimentos para a concessão do Auxílio-Transporte.

O DIRETOR DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições e de acordo com o prescrito no Artigo 6º, Inciso III, do Regulamento da Diretoria de Intendência, aprovado pela Portaria nº 692/GC3, de 22 de novembro de 2000,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar a ICA 161-14 "PROCEDIMENTOS PARA A CONCESSÃO DO AUXÍLIO-TRANSPORTE", que estabelece as normas e os procedimentos para a concessão do Auxílio-Transporte no âmbito do Comando da Aeronáutica, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, em Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 3º Revoga-se a Portaria DIRINT nº 5/GABINT de 09 de setembro de 1999.

Maj.-Brig.-Int. - DENIZART **LUSTOSA** RIBEIRO
Diretor de Intendência

(Bol. Do Comando da Aeronáutica No 63, de 21 de agosto de 2002)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
2 BENEFICIÁRIOS	11
3 SOLICITAÇÃO	13
4 CONCESSÃO	15
5 SAQUE E PAGAMENTO	17
6 DESCONTO	19
7 CANCELAMENTO	21
8 ACOMPANHAMENTO FÍSICO E FINANCEIRO	23
9 DISPOSIÇÕES GERAIS	25
10 DISPOSIÇÕES FINAIS	27

ANEXO

ANEXO 1 - FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DO AUXÍLIO-TRANSPORTE

PREFÁCIO

Este documento estabelece as orientações referentes aos Procedimentos para Concessão do Auxílio-Transporte aos militares e servidores civis do Comando da Aeronáutica - COMAER, proporcionando um melhor direcionamento quanto à execução adequada das normas da referida atividade, por parte das Organizações Militares e dos próprios beneficiários.

21 AGO 2002

ICA 161-14

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente ICA tem por objetivo padronizar os procedimentos do Auxílio-Transporte, de natureza jurídica indenizatória, destinada ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual e concedido em pecúnia pela União, sendo processado pelo Sistema de Pagamento do Pessoal do COMAER e pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, aos militares e servidores civis do COMAER, em atividade, exclusivamente para o seu deslocamento no percurso residência-local de trabalho e vice-versa, nos dias efetivamente trabalhados, excetuadas aquelas realizadas nos intervalos para repouso ou alimentação, durante a jornada de trabalho, e aquelas efetuadas com transportes seletivos ou especiais.

1.2 LEGISLAÇÃO BÁSICA

- a) Decreto n.º 2.880 de 15 DEZ 1998;
- b) Decreto n.º 2.963 de 24 FEV 1999;
- c) Medida Provisória nº 2.165-36 de 23 AGOSTO 2001;
- d) Mensagem SIAPE n.º 455.716 de 09 JUL 02, do MARE.

1.3 COMPETÊNCIA

É de competência da **DIRETORIA DE INTENDÊNCIA**, como Órgão Central do Sistema de Assistência Social, através da Subdiretoria de Encargos Especiais, o estudo e a elaboração de normas e procedimentos relacionados com a atividade de Auxílio-Transporte.

1.4 ÂMBITO

Esta ICA aplicar-se-á a todas as Organizações Militares - OM do COMAER.

21 AGO 2002

ICA 161-14

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

2 BENEFICIÁRIOS

2.1 Serão beneficiários do Auxílio-Transporte todos os militares e servidores civis do COMAER, qualquer que seja o regime jurídico, a forma de sua remuneração e da prestação de serviços.

2.2 Com relação ao item anterior, é de responsabilidade das OM mobilizadoras, o cadastramento e pagamento do benefício do Auxílio-Transporte aos recrutas, a partir da data de incorporação.

2.3 O beneficiário que não estiver prestando serviço na sua OM de origem, fará jus ao Auxílio-Transporte pela OM que tenha responsabilidade pelo ônus do seu pagamento.

2.4 Para efeito desta ICA, a expressão "prestação de serviços" não se refere ao autônomo e/ou a firma prestadora de serviços.

2.5 O Auxílio-Transporte constitui-se em benefício que o COMAER antecipará ao beneficiário, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas no percurso residência-local de trabalho e vice-versa.

2.6 O pagamento do Auxílio-Transporte será efetuado no mês anterior ao da utilização do transporte, salvo nas seguintes hipóteses, quando se fará no mês subsequente.

2.6.1 Início do efetivo desempenho das atribuições de cargo ou emprego, ou reinício de exercício decorrente de encerramento de licenças ou afastamentos legais.

2.6.2 Alteração na tarifa de transporte coletivo, endereço residencial, percurso ou meio de transporte utilizado, em relação a sua complementação.

2.7 O Auxílio-Transporte servirá somente para os deslocamentos no percurso residência-local de trabalho e vice-versa, pelo tipo de transporte que melhor se adequar ao deslocamento do beneficiário.

2.8 Entende-se como deslocamento a soma dos segmentos componentes da viagem do beneficiário por um ou mais meios de transporte, entre sua residência e o local de trabalho e vice-versa.

2.9 O Auxílio-Transporte é utilizável em todas as formas de transporte coletivo (público urbano, intermunicipal ou interestadual) operado diretamente pelo poder público ou por empresas civis mediante concessão em linhas regulares e com tarifas fixadas pelas autoridades competentes, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

2.10 Entende-se por transporte especial, o serviço de transporte equivalente ao convencional, porém que ofereça melhores condições de conforto, qualidade ou agilidade que resulte em tarifa diferenciada.

2.11 Entende-se por transporte seletivo, aquele ligado por linhas e itinerários para baixa capacidade de passageiros sentados, serviço e tarifa diferenciada, integrada ou não com outras modalidades de transporte urbano.

2.12 Os militares e servidores civis, cujo deslocamento seja parcialmente atendido pelo transporte proporcionado pela OM, farão jus ao Auxílio-Transporte referente aos segmentos da viagem não abrangidos pelo referido transporte.

2.13 O Auxílio-Transporte, no que se refere a contribuição do COMAER:

- a) não terá natureza salarial, nem se incorporará à remuneração, aos vencimentos, aos proventos e à pensão;
- b) não constituirá base para incidência do imposto de renda ou contribuição para o plano de seguridade social, planos de assistência à saúde e pensões alimentícias;
- c) não será considerado para efeito de pagamento do Adicional Natalino (Decreto-Lei nº 2.310, de 22 DEZ 1986; Lei nº 4.090, de 13 JUL 1962 e Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001);
- d) não configurará rendimento tributável do beneficiário.

3 SOLICITAÇÃO

3.1 Os beneficiários deverão, antes de solicitar o Auxílio-Transporte, avaliar se sua despesa mensal com transporte é maior do que a parcela correspondente ao seu desconto.

3.2 O beneficiário deverá, em consequência, comparecer ao Órgão de Pessoal de sua Organização e preencher o Formulário de Solicitação do Auxílio-Transporte (Anexo 1).

3.3 Essa avaliação deverá ser feita, pessoalmente, pelo beneficiário, consistindo em:

- a) calcular quanto corresponde o desconto, utilizando a seguinte fórmula - $PS = 0,06 \times (VB/30 \times 22)$, onde:

PS - Parcela do militar ou servidor civil

VB - vencimento básico (soldo ou vencimento)

- b) calcular a despesa mensal com o transporte, multiplicando-se a despesa diária pelo número de dias trabalhados.

3.4 Para os servidores civis, o valor do Auxílio-Transporte resultará da correspondência estabelecida entre o valor diário total da despesa realizada com transporte coletivo e o idêntico ou, na sua ausência, o imediatamente superior em tabela escalonada do Auxílio-Transporte, a partir de R\$ 1,00 (um real) em intervalos progressivos de R\$ 0,20 (vinte centavos), multiplicadas pelos números de dias que ocorrerem o deslocamento. A tabela poderá ser encontrada na transação >COTBAUXTRA no SIAPE.

3.5 A assinatura do beneficiário importará em responsabilidade pelas informações prestadas no Formulário de Solicitação do Auxílio-Transporte (Anexo 1). Informações inverídicas deverão ser apuradas de imediato, com reposição ao erário dos valores recebidos indevidamente, sem prejuízo da apuração de responsabilidades administrativa, civil e penal.

3.6 No caso em que a despesa com o deslocamento do beneficiário for igual ou inferior à sua parcela correspondente de desconto, o beneficiário não receberá o Auxílio-Transporte.

3.7 O Setor de Pessoal deverá manter sempre atualizadas as informações constantes das Fichas de Solicitação de Auxílio-Transporte referentes aos militares e servidores civis inscritos no Programa.

21 AGO 2002

ICA 161-14

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

4 CONCESSÃO

4.1 Os Chefes dos Órgãos de Pessoal responderão solidariamente pelas informações contidas no Formulário de Solicitação do Auxílio-Transporte. Portanto, deverão averiguar a veracidade das informações, inclusive quanto a utilização paralela de transporte fornecido pela OM do solicitante. Sempre que ocorrerem valores elevados do Auxílio-Transporte que alterem de forma relevante a despesa da OM com o benefício, deverão ser avaliados e sugerido ao Ordenador de Despesas da OM, alternativas que atendam o princípio da economicidade, como por exemplo, contratação de empresa para transporte de pessoal ou aquisição de viaturas para transporte de todo ou parcela do efetivo.

4.2 A OM que proporcionar, por meios próprios ou contratados, o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, está desobrigada de pagar o Auxílio-Transporte.

4.3 Para os militares, o valor do Auxílio-Transporte deverá corresponder ao valor gasto com passagem no trajeto residência-trabalho e vice-versa, multiplicado pelos números de dias que ocorrerem os deslocamentos.

4.4 A concessão do Auxílio-Transporte, será em acordo com o endereço indicado, pelo militar ou servidor civil, no formulário de solicitação e tal endereço deverá ser o mesmo constante de sua Ficha de Apresentação.

4.5 A assinatura do Chefe do Órgão de Pessoal do militar ou servidor civil, endossada pelo Agente de Controle Interno - ACI, será a garantia de que foram examinadas as informações prestadas por esses, as quais, julgadas corretas, indicarão aqueles que concorrerão ao direito de usufruir do benefício.

4.6 Após a assinatura do interessado, do Chefe do Órgão de Pessoal e do ACI, no Formulário de Solicitação do Auxílio-Transporte, deverá ser confeccionado, mensalmente, item de Boletim Interno com todos os beneficiários, contendo as seguintes informações:

4.6.1 MILITARES

- a) matrícula e nome do militar;
- b) valor mensal total.

Exemplo:

Matrícula/Nome: Beltrano de Tal

Valor Mensal Total: R\$ 30,80

4.6.2 SERVIDORES CIVIS

- a) matrícula e nome do servidor;
- b) valor diário total;
- c) código correspondente na tabela do Auxílio-Transporte.

Exemplo:

Matrícula/Nome: 123987/ Fulano de Tal

Valor Diário Total: R\$ 1,40

Código: 003

4.7 O valor mensal total deverá ser calculado pelo Setor de Pessoal da OM, onde constará a despesa unitária multiplicada pelo número de dias, efetivamente, deslocados.

4.8 O valor do Auxílio-Transporte não poderá ser igual ou inferior ao valor mensal da despesa efetivamente realizada.

4.9 Os militares ou servidores civis que utilizarem diariamente condução própria, bem como aqueles que não utilizarem transporte coletivo nos deslocamentos residência-local de trabalho e vice-versa, não terão direito ao recebimento do Auxílio-Transporte.

5 SAQUE E PAGAMENTO

5.1 SISTEMA ACANTUS - PAGAMENTO DE PESSOAL MILITAR

5.1.1 MILITAR DA ATIVA (CAIXA D89 - AUXÍLIO-TRANSPORTE ATIVA)

a) INCLUSÃO

OPÇÃO: 02

MOTIVO: 6233 - AUXÍLIO-TRANSPORTE/MIL ATIVA/CONC
DIGITAR O VALOR MENSAL
ASSUME SEM PRAZO

b) ACERTO DE LANÇAMENTO

OPÇÃO: 05

MOTIVO: 6237 - AUXÍLIO-TRANSPORTE/MIL ATIVA/ACERT LANÇ
ACERTAR VALOR

c) EXCLUSÃO

OPÇÃO: 06

MOTIVO: 6236 - AUXÍLIO-TRANSPORTE/MIL ATIVA/CANCELAMENTO
DIGITAR O NÚMERO DE ORDEM DE CAIXA

d) ATRASADO/INCLUSÃO

OPÇÃO 02

MOTIVO: 6243 - AUXÍLIO-TRANSPORTE/MIL ATIVA/ATRASADO
CAIXAS D89 - L95
ASSUME PRAZO DO MÊS DE PAGAMENTO
DIGITAR NO CAMPO "PER" O PERÍODO A QUE TEM DIREITO, COM DATA DE
INÍCIO E DATA FINAL.

5.1.2 MILITAR INATIVO QUE RECEBA PRÓ-LABORE

(TAREFA POR TEMPO CERTO - PORTARIA Nº 196/GM6/23MAR98)

(CAIXA E89 - AUXÍLIO-TRANSPORTE MILITAR INATIVO TEMPO CERTO)

a) INCLUSÃO

OPÇÃO: 02

MOTIVO: 6234 - AUXÍLIO-TRANSPORTE/TEMPO CERTO/CONC
DIGITAR VALOR
ASSUME SEM PRAZO

b) ACERTO DE LANÇAMENTO

OPÇÃO: 05

MOTIVO: 6238 - AUXÍLIO-TRANSPORTE/TEMPO CERTO/ACERTO LANÇ
ACERTAR VALOR

c) EXCLUSÃO

OPÇÃO: 06

MOTIVO: 6239 - AUXÍLIO-TRANSPORTE/TEMPO CERTO/CANCELAMENTO
DIGITAR O NÚMERO DE ORDEM DA CAIXA

d) ATRASO/INCLUSÃO

OPÇÃO 02

MOTIVO - 6244 - AUXÍLIO TRANSPORTE/TEMPO CERTO/ATRASADO
CAIXAS E89 DIGITAR VALOR
CAIXAS L95 DIGITAR VALOR
ASSUME PRAZO DO MÊS DO PAGAMENTO
DIGITAR NO CAMPO "PER" O PERÍODO A QUE TEM DIREITO, COM DATA DE
INÍCIO DE DATA FINAL.

e) DESCONTO

CAIXA L95 - AUXÍLIO-TRANSPORTE - DESCONTO - 6%
SERÁ INCLUÍDA AUTOMATICAMENTE VIA ACANTUS I

QUANDO FOR LANÇADA SERÁ CAIXA D89 e E89, RESPECTIVAMENTE
OPÇÃO: 02

MOTIVO: 6235 - DESCONTO POR AFASTAMENTO
DIGITAR VALOR
ASSUME PRAZO NO MÊS
f) DESPESA A ANULAR

OPÇÃO 02

MOTIVO: 6245 - AUXÍLIO TRANSPORTE ATIVA - DA
CAIXA S 89
MOTIVO 6246 - AUXÍLIO-TRANSPORTE TEMPO CERTO - DA
CAIXA T 89.

5.2 SISTEMA SIAPE - PAGAMENTO DE SERVIDORES CIVIS

5.2.1 Os operadores do SIAPE com perfil **MANUTCAD E MANUTCAD2** deverão acessar a transação >**TBATUPAG**, confirmar os dados da Unidade Pagadora - UPAG, alterar o número da Unidade Gestora - UG para **120052** e incluir os dias úteis a serem pagos.

5.2.2_>**COTBAUXTRA**: Esta transação serve para consultar a tabela dos códigos do Auxílio-Transporte e os respectivos valores utilizados. Caso não conste o valor correto na tabela emitida pela SEAP - MSG nº 362491, de 13 Jan 99, o valor da tarifa (somatório da despesa diária) utilizada pelo servidor civil em sua locomoção da residência para o trabalho e vice-versa, será o código com valor imediatamente superior ao de direito que estiver na tabela.

5.2.3 >**FPATAUXTRA**: É a transação para atualizar o cadastro do servidor civil no Auxílio-Transporte, com o número de código equivalente ao valor da tarifa. Para acessar essa transação é necessário ao usuário o perfil **MANUTFOLHA e MANUTFOLHA2**.

6 DESCONTO

6.1 O Auxílio-Transporte será custeado, em parte, pelo beneficiário, sob forma de desconto mensal na parcela correspondente.

6.2 O valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada automaticamente pelo Sistema ACANTUS e SIAPE, e terá como base o soldo ou vencimento básico.

6.3 A relação de que trata o item 4.6, para o caso de OM apoiada, será substituída pela cópia do respectivo item para Boletim ou pelo Boletim Interno que publicou a relação, devendo ser remetido pelo Agente de Controle Interno da OM apoiada, por escrito e através da cadeia de comando, ao Agente de Controle Interno da OM pagadora.

21 AGO 2002

ICA 161-14

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

7 CANCELAMENTO

7.1 O beneficiário poderá cancelar a qualquer tempo o recebimento do Auxílio-Transporte, manifestando essa opção por escrito.

7.2 O benefício do Auxílio-Transporte cessará:

7.2.1 Para os militares:

- a) definitivamente, por falecimento, por licenciamento do serviço ativo, transferência para a reserva, e reforma;
- b) temporariamente, por exclusão da OM, licença para tratamento de saúde própria ou de pessoa da família, férias, punições disciplinares, deserção ou prisão (enquanto durar a punição), e outras previstas na legislação em vigor.

7.2.2 Para os servidores civis:

Definitivamente, por falecimento, e por extinção do contrato ou da relação estatutária; e temporariamente, no caso de afastamento do serviço: férias, suspensão de contrato, licença-gestante, licença para tratamento de interesse particular, licença para tratamento de saúde, exoneração e outros previstos na legislação em vigor.

21 AGO 2002

ICA 161-14

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

8 ACOMPANHAMENTO FÍSICO/FINANCEIRO

8.1 As Organizações do COMAER, deverão transmitir mensalmente à SDEE, via mensagem COMUNICA SIAFI (UGR 120155) até o décimo dia útil do mês de utilização do Auxílio-Transporte, as informações referentes ao mês anterior, discriminadas entre militares e servidores civis, conforme abaixo:

- a) Quantidade de militares cadastrados;
- b) Quantidade de servidores civis cadastrados;
- c) Valor necessário para atendimento de todos os militares cadastrados;
- d) Valor necessário para atendimento de todos os servidores civis cadastrados;
- e) Quantidade de militares atendidos;
- f) Quantidade de servidores civis atendidos;
- g) Valor líquido pago para todos os militares atendidos;
- h) Valor líquido pago para todos os servidores civis atendidos;
- i) Motivo que gerou a variação.

Exemplo:

Relatório Mês Fev/02

Data de envio do relatório: 12 Mar 02 (Décimo dia útil)

- a) Quantidade de militares cadastrados: 50 (Ref. Fev/02)
- b) Quantidade de servidores civis cadastrados: 25 (Ref. Fev/02)
- c) Valor necessário para atendimento de todos os militares cadastrados: R\$ 5.000,00
- d) Valor necessário para atendimento de todos os servidores civis cadastrados: R\$ 2.500,00
- e) Quantidade de militares atendidos: 45 (Ref. Fev/02)
- f) Quantidade de servidores civis atendidos: 20 (Ref. Fev/02)
- g) Valor líquido pago para todos os militares atendidos: R\$ 4.500,00
- h) Valor líquido pago para todos os servidores civis atendidos: R\$ 2.000,00;

8.1.1 A letra "i" deverá constar, detalhadamente, informações sobre as variações ocorridas na quantidade e/ou valor, tendo como referência o mês anterior, caso ocorra, com relação aos militares e servidores civis atendidos no mês em curso.

Exemplo:

Relatório mês Fev/02

- e) Quantidade de militares atendidos: 45 Ref. Jan/02)
- f) Quantidade de servidores civis atendidos: 20 (Ref. Jan/02)
- g) Valor líquido pago para todos os militares atendidos: R\$ 4.000,00
- h) Valor líquido pago para todos os servidores civis atendidos: R\$ 1.500,00;

Relatório mês Mar/02

- e) Quantidade de militares atendidos: 45 (Ref. Fev/02)
- f) Quantidade de servidores civis atendidos: 20 (Ref. Fev/02)
- g) Valor líquido pago para todos os militares atendidos: R\$ 4.500,00
- h) Valor líquido pago para todos os servidores civis atendidos: R\$ 2.000,00;

i) A variação de R\$ 500,00 (militar) e R\$ 500,00 (civil) referem-se ao reajuste das tarifas ocorridas nos transportes municipais.

8.1.2 Entende-se como beneficiários cadastrados o total de militares e servidores civis que solicitarem o benefício do Auxílio-Transporte, através do preenchimento do anexo 1.

8.1.3 Entende-se como beneficiários atendidos, as quantidades militares e servidores civis cujos valores forem efetivamente sacados.

8.2 Entende-se como mês de utilização o período em que o beneficiário utiliza o Auxílio-Transporte, porém, os valores relativos ao mês de utilização são sacados no mês anterior.
Exemplo: Utilização - Junho/01, Saque - Maio/01

8.3 A referida mensagem deverá ser impressa pelo emissor, assinada pelo Agente Diretor e Agente de Controle Interno e mantida em arquivo do Setor Responsável pela sua emissão.

8.4 O Setor de Pessoal da Organização é responsável por:

- a) cadastramento dos beneficiários;
- b) atualização e arquivamento do Formulário de Solicitação do Auxílio-Transporte (anexo 1);
- c) cotejamento mensal entre os itens de Boletim Interno de concessão do auxílio-transporte para o efetivo civil e militar e as relações analíticas;
- d) análise criteriosa das informações.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE) será o Órgão responsável pela normatização e controle e a Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP) pela operacionalização e administração dos créditos destinados ao Auxílio-Transporte.

9.2 É vedada a acumulação do Auxílio-Transporte com outras vantagens relativas ao transporte do beneficiário.

9.3 É de inteira responsabilidade das OM, a concessão, suspensão e o cancelamento do Auxílio-Transporte concedido ao beneficiário, observada a legislação pertinente.

21 AGO 2002

ICA 161-14

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Esta Instrução revoga a IMA 161-14, aprovada pela Portaria DIRINT n. ° 5/GABINT, de 9 de setembro de 1999.

10.2 Os casos não previstos nesta Instrução serão resolvidos pelo Subdiretor de Encargos Especiais e, em instância superior, pelo Diretor de Intendência.

10.3 Esta ICA, para efeito de distribuição, é classificada no código "G".

ANEXO 1
COMANDO DA AERONÁUTICA

(COMANDO A QUE ESTÁ SUBORDINADA)

(OM ONDE SERVE O BENEFICIÁRIO)

Nº CONTROLE: _____

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DO AUXÍLIO-TRANSPORTE

NOME: MATRÍCULA:
 GRAD/CAT.FUNC/REF: SEÇÃO/RAMAL:
 ENDEREÇO RESIDENCIAL:

TRANSPORTES UTILIZADOS:

MEIO DE TRANSPORTE

PREÇO UNITÁRIO

.....

.....

TOTAL

.....

PERCURSOS DETALHADOS:

EMPRESA

LINHA

TRAJETO

.....

.....

.....

DESEJO RECEBER O AUXÍLIO-TRANSPORTE: () SIM () NÃO
 SOLDO/VENCIMENTO BÁSICO:

ASSUMO O COMPROMISSO DE UTILIZAR O AUXÍLIO-TRANSPORTE
 EXCLUSIVAMENTE PARA O MEU DESLOCAMENTO RESIDÊNCIA-TRABALHO-
 RESIDÊNCIA E PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

...../...../.....
 (LOCAL E DATA)

.....
 (ASSINATURA)

PARECER DO ÓRGÃO DE PESSOAL: () SIM () NÃO

...../...../.....
 (LOCAL E DATA)

.....
 AGENTE CONTROLE INTERNO

.....
 CHEFE DO ÓRGÃO DE PESSOAL

COMANDO DA AERONÁUTICA



PUBLICAÇÕES

ICA 177-2

HABILITAÇÃO DE ENTIDADES
CONSIGNTÁRIAS E CONSIGNAÇÕES
EM FOLHA DE PAGAMENTO

21 AGO 2002

COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA



PUBLICAÇÕES

ICA 177-2

HABILITAÇÃO DE ENTIDADES
CONSIGNATÁRIAS E CONSIGNAÇÕES
EM FOLHA DE PAGAMENTO

21 AGO 2002



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMANDO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 14 /DIRINT, 21 de agosto de 2002

Aprova a edição da Instrução para habilitação de entidades consignatárias e consignações em folha de pagamento no Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições e de acordo com o prescrito no Artigo 6º ,Inciso III, do Regulamento da Diretoria de Intendência, aprovado pela Portaria Nº 692/GC3, de 22 de novembro de 2000,

R E S O L V E:

Art. 1º- Aprovar a edição da ICA nº 177-2 "Habilitação de Entidades consignatárias e consignações em Folha de Pagamento", que com esta baixa.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor da data da sua publicação, em Boletim do Comando da Aeronáutica.

Maj.-Brig.-Int.- DENIZART LUSTOSA RIBEIRO
Diretor de Intendência da Aeronáutica

(Bol. do Comando da Aeronáutica Nº 63, de 21 de agosto de 2002)

SUMÁRIO

	PREFÁCIO.....	5
1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
1.1	FINALIDADE.....	7
1.2	COMPETÊNCIA.....	7
1.3	CONCEITUAÇÃO.....	7
1.4	ÂMBITO.....	9
2	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	11
3	ATRIBUIÇÕES.....	17
3.1	<u>COMPETE À DA SDPP.....</u>	<u>17</u>
3.2	<u>COMPETE À SDEE.....</u>	<u>17</u>
3.3	<u>COMPETE ÀS UPAG.....</u>	<u>17</u>
4	CLASSIFICAÇÃO DE CONSIGNANTES.....	19
5	CLASSIFICAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES.....	21
5.1	SÃO CONSIGNAÇÕES OBRIGATÓRIAS.....	21
5.2	SÃO CONSIGNAÇÕES AUTORIZADAS.....	21
6	CLASSIFICAÇÃO DE ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS.....	23
6.1	SÃO CONSIDERADAS COMO ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS OFICIAIS - CATEGORIA I.....	23
6.1	<u>PODERÃO HABILITAR-SE COMO ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS</u> <u>AUTORIZADAS, CATEGORIA II, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE</u> <u>INSTRUMENTO CONTRATUAL COM O COMAER, NA FORMA DA</u> <u>LEI.....</u>	<u>23</u>
7	HABILITAÇÃO DE ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS.....	25
8	OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES CINSIGNATÁRIAS.....	27
9	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	29
10	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	31
11	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
	ÍNDICE.....	35

ANEXOS

ANEXO 1 -Modelo de ficha Cadastro de Entidade Consignatária

ANEXO 2 -Modelo de Guia de Distribuição de Documentos (GDD)

ANEXO 3 -Relação de Entidades Consignatárias

21 AGO 2002

ICA 177-2

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

PREFÁCIO

O desconto em folha de pagamento de pessoal é uma garantia que as entidades consignatárias têm no relacionamento com os consignantes, mas a Administração entende que o beneficiário maior deva ser o militar, o servidor civil e seus pensionistas.

A habilitação de entidades consignatárias deve ser precedida de uma análise ampla dos benefícios que serão postos à disposição dos consignantes.

Cabe a cada Agente da Administração, que participa do processo de habilitação de entidades consignatárias e dos descontos em folha de pagamento de pessoal, zelar pelo cumprimento das normas que regulam a matéria. Especial atenção devem ter os Agentes de Controle Interno para que as Unidades Pagadoras - UPAG, integrantes do Sistema do Pagamento de Pessoal da Aeronáutica, adotem, fielmente, os procedimentos de rotina estabelecidos nesta Instrução, e demais orientações do Órgão Central do Sistema de Pagamento de Pessoal.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente ICA tem por finalidade definir as atribuições e padronizar os procedimentos para cumprimento do Processamento dos Descontos em Folha de Pagamento de Pessoal do Comando da Aeronáutica - COMAER.

1.2 COMPETÊNCIA

A Diretoria de Intendência - DIRINT, através da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal - SDPP, compete o estudo e a elaboração de normas e procedimentos relacionados com a prestação de informações e o cumprimento dos descontos em folha de pagamento de militares, servidores civis e seus pensionistas.

1.3 CONCEITUAÇÃO

Para fins desta Instrução, ficam estabelecidas as seguintes conceituações:

1.3.1 ASSOCIADO

Todo consignante, qualquer que seja o vínculo com as entidades consignatárias.

1.3.2 CONSIGNAÇÃO AUTORIZADA

O desconto incidente sobre a remuneração que, mediante anuência da Administração, decorre de instrumento contratual firmado entre o consignante e a entidade consignatária autorizada.

1.3.3 CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO

O desconto mensal processado no contracheque do militar, do servidor civil ou de seus pensionistas, para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou regulamento.

1.3.4 CONSIGNAÇÃO OBRIGATÓRIA

O desconto incidente sobre a remuneração do militar, ou servidor civil ou seus pensionistas, instituído por força de lei, regulamento ou mandado judicial.

1.3.5 CONSIGNANTE

É militar, servidor civil ou seus pensionistas com desconto mensal, na forma de consignação, obrigatória ou autorizada, em sua remuneração, proventos ou pensão.

1.3.6 CONSIGNATÁRIA AUTORIZADA - CATEGORIA II

Instituição de direito público ou privado, habilitada e credenciada pelo COMAER, destinatária dos valores resultantes das consignações autorizadas, conforme disposto na legislação vigente.

1.3.7 CONSIGNATÁRIO INTERVENIENTE

O órgão do COMAER responsável pelo processamento e execução das consignações, obrigatórias e autorizadas, na folha de pagamento de pessoal e pela destinação dos valores respectivos às entidades consignatárias.

1.3.8 ELOS DO SISTEMA

São os Serviços Regionais de Intendência - SERINT e as Unidades Pagadoras - UPAG com as atribuições de execução, no âmbito da sua jurisdição administrativa, do processamento, acompanhamento e controle do pagamento do pessoal militar e servidores civis do seu efetivo, das OM apoiadas e dos inativos e pensionistas a ela vinculados.

1.3.9 ENTIDADE CONSIGNATÁRIA OFICIAL - CATEGORIA I

Instituição de direito público, destinatária dos valores resultantes de consignações obrigatórias e autorizadas, conforme dispõe disposto na legislação vigente.

1.3.10 INSTRUMENTO CONTRATUAL

O termo de acordo ou ajuste, ou outro instrumento legalmente firmado, cujo objeto seja consignação em folha de pagamento de pessoal, celebrado, na forma de lei específica, entre o COMAER e a entidade consignatária autorizada.

1.3.11 MARGEM CONSIGNÁVEL

É o valor que o militar, o servidor civil e seus pensionistas podem consignar, obedecido o limite mínimo de

remuneração, proventos ou pensão que devam receber, mensalmente, em decorrência do dispositivo legal.

1.3.11 ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

É a Diretoria de Intendência, com atribuições da orientação normativa, coordenação, controle e supervisão técnica das atividades de pagamento de pessoal.

1.3.12 ÓRGÃO EXECUTIVO DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

É a Subdiretoria de Pagamento de Pessoal - SDPP, com as atribuições da execução setorial do processamento do pagamento do pessoal militar e dos servidores civis, no país e no exterior.

1.3.13 UNIDADE PAGADORA (UPAG)

A OM do COMAER que promove, mediante publicação de matéria financeira de pessoal, em Boletim Interno, inclusão, exclusão e alteração de natureza financeira, na folha de pagamento de pessoal.

1.4 ÂMBITO

Esta Instrução, de observância obrigatória, aplicar-se-á a todas as OM do COMAER, com atribuições de UPAG, integrantes do Sistema de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica - SISPAGAER.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 Somente poderão ser habilitadas e credenciadas como entidades consignatárias as instituições que não desenvolverem atividades contrárias aos interesses do COMAER e estiverem com a documentação relativa à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, em consonância com o estabelecido no art. 7º da Portaria nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002, e demais dispositivos legais pertinentes.

2.2 Será admitido, em substituição à documentação exigida no item 2.1, o registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

2.3 Os órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, e os beneficiários de pensão alimentícia, judicial ou voluntária, estão dispensados de apresentarem a documentação citada no item 2.1.

2.4 As consignações autorizadas somente serão implantadas na folha de pagamento mediante autorização prévia e formal do consignante, após confirmação da margem consignável em sua ficha financeira, pelo Gestor de Finanças de sua UPAG.

2.5 As consignações decorrentes de empréstimos ou dívidas contraídas somente poderão ser canceladas com a aquiescência do consignante e da entidade consignatária, ressalvado o disposto nos incisos I, IV, e V, do art. 10, da Portaria Nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002.

2.6 Serão suspensos os descontos em favor das entidades consignatárias, em caráter temporário, quando:

- a) o encaminhamento de meios magnéticos para processamento ocorrer fora das especificações ou dos prazos definidos pela SDPP, implicando em recusa ou exclusão das respectivas consignações na folha de pagamento do mês;
- b) não for comprovada a regularidade de qualquer das exigências documentais previstas no art. 7º, da Portaria Nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002;
- c) não for efetuada a suspensão dos descontos ou atualização e manutenção de valores consignados, solicitados pelo consignante; e
- d) não forem efetuados os acertos financeiros solicitados pelo consignante ou pela SDPP, na ocorrência de discrepâncias no processamento dos descontos.

2.7 Será cancelado o credenciamento das entidades consignatárias quando:

- a) por um período de seis meses, não ocorrerem descontos a seu favor;
- b) os serviços prestados deixarem de ser de interesse para o COMAER, ou contrariarem as demais disposições do art. 21, da Portaria nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002;
- c) for constatada a sub-rogação, a qualquer título, de autorização para consignação, a inserção de descontos não previstos na legislação ou não autorizados pelos órgãos competentes, e a utilização indevida da rubrica autorizada; e
- d) contrariar as disposições contidas no item 2.14 desta Instrução.

2.8 A consignação em folha de pagamento de pessoal não implica em co-responsabilidade do COMAER por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, ou de quaisquer ordens, assumidos pelos militares, servidores civis ou pensionistas junto às entidades consignatárias.

2.9 Mensalmente, a SDPP deduzirá a indenização fixada em três por cento sobre o montante recolhido às entidades consignatárias, prevista no art. 12, da Portaria Nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002, instituída para compensar os custos de processamento de dados de consignações autorizadas, indenizações estas destinadas aos programas assistenciais do COMAER.

2.10 Admitir-se-á a isenção ou redução do valor da mencionada indenização em situações consideradas de interesse relevante para o COMAER, a critério do Comandante-Geral do Pessoal, ouvido o Diretor de Intendência.

2.11 No prazo até 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência desta Instrução, a DIRINT encaminhará ao Comando-Geral do Pessoal - COMGEP a relação das entidades consignatárias, contendo os percentuais das contribuições em vigor, e a proposta de novas contribuições, referentes a consignações autorizadas, para análise e decisão do Comandante-Geral do Pessoal, na conformidade dos incisos II e III, do art. 17, da Portaria nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002.

2.12 Após a decisão do Comandante-Geral do Pessoal sobre os percentuais das contribuições devidas, para compensar os custos do processamento, a SDPP notificará às entidades consignatárias, por escrito, os novos percentuais que passarão a ser aplicados, a partir do mês subsequente ao da notificação.

2.13 São isentas da indenização de que trata o item 2.9, desta Instrução, as entidades consignatárias a que se referem os incisos I ao V, do art. 5º, da Portaria Nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002.

2.14 Não serão permitidos no processamento dos descontos, por qualquer motivo, ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre entidades consignatárias e consignantes que impliquem quaisquer tipos de créditos em suas fichas financeiras, cabendo àquelas efetuar o acerto diretamente com os consignantes (art. 16 da Portaria Nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002).

2.15 As entidades que oferecerem financiamentos imobiliários e empréstimos financeiros de qualquer natureza, para efetuarem os descontos em consignação, deverão submeter à Diretoria de Intendência, previamente, as taxas de juros e demais encargos a serem praticados.

2.16 As consignações obrigatórias tem prioridade sobre as autorizadas.

2.17 Não será permitido o desconto das consignações autorizadas quando a soma destas com as obrigatórias exceder o limite mínimo da remuneração que deverá ser paga aos militares, servidores civis e seus pensionistas, de acordo com a legislação em vigor.

2.18 Caso a soma das consignações obrigatórias e autorizadas exceda o limite a que se refere o item 2.17, serão suspensos ou cancelados, até atingir aquele limite, os descontos relativos às consignações autorizadas, segundo o critério de prioridade estabelecido nesta Instrução.

2.19 A suspensão ou cancelamento dos descontos das consignações autorizadas obedecerá a ordem seqüencial, da primeira para última, estabelecida no item 5.2. desta Instrução, iniciando da menor para a de maior prioridade. No caso de equivalência de prioridade entre duas ou mais consignações, será mantida aquela que tiver sido consignada há mais tempo.

2.20 As consignações autorizadas poderão ser suspensas temporariamente ou canceladas nas seguintes situações:

- a) por interesse da Administração;
- b) por interesse da entidade consignatária, por meio de solicitação formal encaminhada à DIRINT;
- c) a pedido do consignante, mediante expediente protocolado junto à entidade consignatária, cuja cópia deverá ser encaminhada à UPAG a que esteja lotado ou vinculado;
- d) por descumprimento de cláusula de instrumento contratual, por parte da entidade consignatária; e
- e) quando a entidade consignatária condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de

outro produto ou serviço, ou seja, praticar a " venda casada", sem prévia concordância do consignante.

2.21 O pedido de suspensão ou cancelamento da consignação por parte do consignante deverá ser atendido e comprovado na folha de pagamento do mês subsequente ao mês em que foi formalizado, ou, se já processada a folha, na do mês imediatamente posterior.

2.22 O não atendimento do pedido de suspensão ou cancelamento da consignação por parte da consignatária, no prazo estabelecido no item anterior, imporá a ela pagamento de multa, cujas condições deverão constar de cláusula no instrumento contratual firmado entre a entidade consignatária e o COMAER, por intermédio da DIRINT.

2.23 As consignações decorrentes de empréstimos ou dívidas contraídas, somente poderão ser suspensas ou canceladas com a aquiescência do consignante e da entidade consignatária, ressalvado o disposto nas letras "a", "d" e "e", do número 2.20, desta Instrução.

2.24 É de inteira responsabilidade do consignante e das entidades consignável as conseqüências, de quaisquer naturezas, decorrentes das suspensões de descontos, motivadas pela insuficiência da margem consignatária de militares, servidores civis e seus pensionistas, devendo tal responsabilidade constar de cláusula no instrumento contratual firmado entre a entidade consignatária e o COMAER, por intermédio da DIRINT.

2.25 As entidades consignatárias obrigar-se-ão a comunicar aos seus consignantes, formalmente e por escrito, as eventuais interrupções de descontos, e indicar a estes consignantes um meio, de uso próprio da entidade consignatária, para que os descontos interrompidos sejam pagos diretamente pelos consignantes, de forma a não acarretar prejuízos aos consignantes, devendo tal obrigação constar de cláusula no instrumento contratual firmado entre a entidade consignatária e o COMAER, por intermédio da DIRINT.

2.26 A entidade consignatária que não proceder de acordo com o item 2.25, acima, assume toda a responsabilidade pelos prejuízos financeiros, ou de qualquer natureza, causados aos consignantes, advindos da interrupção do desconto, devendo tal responsabilidade constar de cláusula no instrumento contratual firmado entre a entidade consignatária e o COMAER, por intermédio da DIRINT.

2.27 A confirmação da margem consignável será dispensável quando se tratar de mensalidades sociais ou contribuições a serem implantadas em valores pré-fixados, sem prazo, nos casos autorizados pela DIRINT.

2.28 Não se concederá habilitação à entidade consignatária que não apresentar condições de implantar e manter em folha de pagamento de pessoal, pelo menos, 500 (quinhentos) associados como consignantes do COMAER, ressalvadas as situações especiais autorizadas pelo COMGEP/DIRINT.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

3 ATRIBUIÇÕES

O gerenciamento das atividades relacionadas a descontos em consignação e o acompanhamento da atuação das entidades consignatárias serão conduzidos pela Subdiretoria de Pagamento de Pessoal - SDPP, Subdiretoria de Encargos Especiais - SDEE e pelas Unidades Pagadoras - UPAG.

3.1 COMPETE À SDPP:

- a) a habilitação das entidades consignatárias, mediante a abertura de códigos, rubricas ou caixas consignatárias, conforme modelo do anexo 1;
- b) o processamento dos descontos em consignação;
- c) a remessa às entidades consignatárias das importâncias descontadas mensalmente;
- d) a elaboração e atualização de normas operacionais para descontos em consignação, incluindo os procedimentos sobre informação de margem consignável pelas UPAG; e
- e) a informação, formal, às entidades consignatárias, dos casos de descontos não processados, a fim de que essas providenciem o previsto no item 2.25 desta Instrução.

3.2 COMPETE À SDEE:

- a) o exame dos pleitos, para habilitação de entidades consignatárias;
- b) a elaboração dos termos de contrato, acordo, ajuste, convenção ou outros instrumentos contratuais relacionados a seguro de vida, planos de saúde e outras modalidades de assistência e previdência complementar, assistência jurídica, empréstimos imobiliários e financeiros de qualquer natureza;
- c) o relacionamento com as entidades para solução de problemas que possam advir da execução dos instrumentos contratuais; e
- d) manter, em arquivo, todas os processos relativos às habilitação das entidades consignatárias, devidamente autuados e indexados.

3.3 COMPETE ÀS UPAG:

- a) o cálculo da margem consignável do pessoal de seu efetivo pago, de acordo com a planilha de cálculo, disponibilizada na INTRAER, no endereço eletrônico <http://www.sdpp.intraer> (estrutura organizacional - PP2);
- b) a averbação dos valores em consignação, mediante publicação em Boletim Interno;
- c) a análise dos relatórios analíticos mensais fornecidos pelas entidades consignatárias;

- d) o relacionamento com as entidades consignatárias para sanar discrepâncias ou efetuar descontos, suspensões e restituições; e
- e) a apresentação de propostas à SDPP e à SDEE de medidas que visem a melhorar a operacionalidade dos descontos e a preservar os interesses dos associados, das consignatárias e da Administração.

4 CLASSIFICAÇÃO DE CONSIGNANTES

De acordo com a legislação vigente, podem ser consignantes:

4.1 o oficial, o aspirante-a-oficial, o cadete da Academia da Força Aérea, o suboficial, o sargento e os alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica e da Escola de Especialistas de Aeronáutica;

4.2 o cabo, o taifeiro, o soldado de 1ª classe e o soldado de 2a classe engajado;

4.3 o militar da reserva remunerada e o reformado;

4.4 o pensionista de militar; e

4.5 os servidores civis, nas condições estabelecidas pelo Decreto Nº 3.297, de 17 de dezembro de 1999 e normas editadas pelo Ministério da Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, aplicando-se-lhes, no que couber, as disposições da Portaria Nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002 e esta Instrução.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

5 CLASSIFICAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES

As consignações são classificadas em obrigatórias e autorizadas.

5.1 SÃO CONSIGNAÇÕES OBRIGATÓRIAS:

- a) a contribuição para pensão militar;
- b) a contribuição para assistência médico-hospitalar e social do militar e do pensionista de militar;
- c) a indenização pela prestação de assistência médico-hospitalar, por intermédio de Organização Militar - OM;
- d) os impostos incidentes sobre a remuneração, os proventos e a pensão militar, de acordo com a lei;
- e) a indenização à Fazenda Nacional, em decorrência de dívida por danos ou prejuízos causados ao patrimônio da União;
- f) a pensão alimentícia por determinação judicial;
- g) a taxa de uso por ocupação de Próprio Nacional Residencial - PNR, conforme regulamentação em vigor;
- h) a multa por ocupação irregular de PNR, conforme regulamentação em vigor; e
- i) outros descontos obrigatórios ou compulsórios, legalmente instituídos.

5.2 SÃO CONSIGNAÇÕES AUTORIZADAS:

- a) as mensalidades instituídas para o custeio de associações, clubes e centros sociais ligados às Forças Armadas, que desenvolvam atividades recreativas, desportivas, culturais e assistenciais;
- b) as contribuições para instituições de previdência privada, fechadas ou abertas, que operem com planos de pecúlio, pensão, saúde, seguro de vida e outras modalidades de assistência e previdência complementar;
- c) as contribuições para os serviços de assistência jurídica, de funeral e de outros considerados relevantes pelo COMAER;
- d) as mensalidades de estabelecimentos de ensino assistencial pertencentes aos Comandos Militares ou por eles mantidos, e a Fundação Osório;
- e) prestações de empréstimos pessoais concedidos pela Fundação Habitacional do Exército e a Associação de Poupança e Empréstimo - FHE/POUPEX, Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil S/A, os Bancos Estaduais, as Caixas Econômicas Estaduais e os bancos privados que possuírem convênio com o COMAER para pagamento em conta corrente do pessoal, e outras instituições financeiras mediante convênio com o COMAER;
- f) as prestações de financiamentos, referentes à aquisição, reforma ou construção de imóveis residenciais, obtidos na Caixa de Financiamento Imobiliário - CFIAER, Fundação Habitacional do Exército e Associação de Poupança e Empréstimo - FHE/POUPEX, Caixa Econômica Federal, Banco do

Brasil S/A, Bancos Estaduais, os bancos privados que possuem convênio com o COMAER para pagamento em conta corrente do pessoal, e outras instituições financiadoras de imóveis, desde que haja interesse do COMAER;

- g) as despesas comuns e indenizações por ocupação de PNR; e
- h) a pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente que conste da Declaração de Beneficiários do consignante.

6 CLASSIFICAÇÃO DE ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS

6.1 SÃO CONSIDERADAS COMO ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS OFICIAIS - CATEGORIA I:

- a) todas as OM do COMAER;
- b) as Organizações de Saúde das Forças Armadas, nelas compreendido o Hospital das Forças Armadas;
- c) os Serviços de Assistência Social dos Comandos Militares e de outras instituições públicas conveniadas;
- d) os estabelecimentos de ensino assistencial pertencentes aos Comandos Militares ou por eles mantidos, neles compreendida a Fundação Osório; e
- e) a Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAER.

6.2 PODERÃO HABILITAR-SE COMO ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS AUTORIZADAS, CATEGORIA II, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL COM O COMAER, NA FORMA DA LEI:

- a) a Fundação Habitacional do Exército e a Associação de Poupança e Empréstimo - FHE/POUPEX;
- b) a Caixa Econômica Federal;
- c) o Banco do Brasil S/A;
- d) os Bancos Estaduais, as Caixas Econômicas Estaduais e os bancos privados que possuam convênio com o COMAER para pagamento em conta corrente do pessoal;
- e) as instituições de previdência e assistência privada, fechadas ou abertas, que operem com planos de pecúlio, pensão, saúde, seguro de vida e outras modalidades de assistência e previdência complementar;
- f) outras instituições financiadoras de imóveis, desde que seja do interesse do COMAER;
- g) as associações, clubes e centros sociais ligados às Forças Armadas, que desenvolvam atividades recreativas, desportivas, culturais e assistenciais; e
- h) as instituições que prestem serviços considerados relevantes pelo COMAER, reconhecidas pelo COMGEP.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

7 HABILITAÇÃO DE ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS

7.1 Às entidades relacionadas no item 6.1 desta Instrução, não se exigirá a formalização de pedido de habilitação, sendo necessário apenas manter atualizados os dados cadastrais junto à SDEE e observar os procedimentos técnicos-operacionais, de desconto, junto à SDPP.

7.2 As entidades relacionadas no item 6.2 deverão apresentar, à SDEE, documentos relativos à habilitação jurídica e regularidade fiscal, na forma determinada nesta Instrução.

7.2.1 A documentação relativa à habilitação jurídica consiste em:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício; e
- c) prova de entendimento ao Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, em especial aos artigos 15, 16 e 17, que tratam da reunião de advogados, em sociedade civil, para a prestação de serviço de advocacia, além do prescrito em legislação e normas específicas, no caso de prestação de assistência jurídica voluntária.

7.2.2 A documentação relativa à regularidade fiscal consiste em:

- a) prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede da entidade consignatária, pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da entidade consignatária, ou outra equivalente, na forma da lei; e
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.3 A SDEE poderá solicitar outros documentos que venham a ser exigidos por lei, conforme o caso.

7.4 As cópias dos documentos citados nos itens 7.2.1, 7.2.2 e 7.3, desta Instrução, quando não se tratar de originais, deverão estar devidamente autenticadas.

7.5 Será admitido, em substituição à documentação exigida nos itens 7.2.1 e 7.2.2, desta Instrução, o registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

7.6 Para o processamento dos pagamentos mensais às entidades consignatárias, a SDPP consultará, no último dia útil de cada mês, a regularidade das entidades no registro do SICAF. Se existir restrições, o pagamento não será realizado, e novas consultas serão, sucessivamente, efetuadas para atestar a regularidade no SICAF e a conseqüente liberação do pagamento das consignações.

8 OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS

8.1 As entidades consignatárias obrigam-se a:

- a) cumprir a legislação em vigor sobre remuneração de militares e servidores civis da União, bem como observar as exigências do COMAER constantes de regulamentos, portarias, instruções e outros atos oficiais que disciplinem o relacionamento entre as Organizações Militares, as entidades consignatárias e os consignantes;
- b) utilizar suas próprias estruturas administrativas, para atendimento a seus associados e ligações com as Organizações Militares envolvidas;
- c) realizar, com seus próprios meios e sobre sua inteira responsabilidade, a atualização dos planos de benefícios, em cumprimento à legislação específica;
- d) fornecer à DIRINT as tabelas de mensalidades, contribuições e taxas de juros praticados, no caso de empréstimos financeiros pessoais, sempre que forem atualizados;
- e) elaborar programas de processamento de dados de seu interesse, de acordo com os requisitos funcionais estabelecidos pela SDPP;
- f) emitir, nas épocas próprias, e remeter aos associados, os comprovantes dos pagamentos efetuados pelos mesmos para compor a declaração de ajuste anual junto à Receita Federal (imposto de renda);
- g) indicar representantes para atuarem junto às Organizações do COMAER, se possível por localidade, constando endereço completo, número de telefone e fac-símile, para melhor cumprir os procedimentos estabelecidos e solucionar eventuais problemas;
- h) emitir e remeter à SDPP e às Unidades Pagadoras dos associados, mensalmente, relatórios que contenham, separadamente, as inclusões e as exclusões do período;
- i) comunicar, por escrito, à SDPP, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da notificação, qualquer erro ou discrepância havida no processamento da consignação;
- j) proporcionar aos associados amplos e corretos esclarecimentos sobre os contratos de forma a preservar os interesses mútuos e da administração militar;
- k) não solicitar averbação de descontos, nem incluir descontos em meios magnéticos, sem que o Gestor de Finanças da UPAG do associado tenha informado a margem consignável, nos limites da lei, mediante o uso de planilha específica, referida na letra "a", do item 3.3, desta Instrução;
- l) atender aos pedidos de exclusão, atualização ou manutenção de valores das mensalidades ou benefícios, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de formalização do

- pedido pelo associado, quaisquer que sejam os meios operacionais adotados;
- m) restituir aos associados, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da comunicação, as importâncias relativas a descontos indevidos, inclusive os de pedidos de exclusão que não tenham sido processados a partir do mês subsequente ao da sua formalização;
 - n) fazer constar nas fichas de adesão, ou instrumentos contratuais firmados com os associados, a obrigatoriedade de os mesmos encaminharem à consignatária, por escrito, seu pedido de exclusão, atualização ou congelamento de valores de mensalidades ou benefícios, diretamente, via fac-símile ou postado nas agências dos correios com aviso de recebimento - AR;
 - o) arcar com as despesas de publicação no Diário Oficial da União do extrato dos instrumentos contratuais firmados com o COMAER e outros atos exigidos por lei, quando o for solicitado pela DIRINT;
 - p) indicar representante, especificamente destinado ao contato direto com a Subdiretoria de Pagamento de Pessoal - Divisão de Consignações e Pensões Alimentícias, o qual será responsável pelo recebimento e resposta da Guia de Distribuição de Documentos - GDD (anexo 2);
 - q) preencher devidamente a GDD e remetê-la à SDPP, o mais breve possível, com a finalidade de se atestar o recebimento da documentação enviada, através da referida Guia;
 - r) estar ciente de que a não remessa da GDD implicará na suspensão do envio de documentos rotineiros à entidade; e
 - s) informar à SDPP uma conta de correio eletrônico - e-mail, a fim de que se possa, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da vigência desta Instrução, implantar a transmissão eletrônica de documentos, em substituição à remessa de documentos impressos, por meio de ofício.

9 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

9.1 Nos termos do art. 24 da Portaria Nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002, ficam mantidas como entidades consignatárias as que estejam operando junto ao COMAER, devendo as mesmas adotarem as seguintes providências:

- a) recadastrarem-se junto à DIRINT-SDEE, apresentando a documentação prevista para habilitação (itens 7.1 a 7.4 desta Instrução), no prazo máximo de 120 (cento vinte) dias; e
- b) até 31 de dezembro de 2002, implantar descontos em consignação que alcancem o mínimo de 500 (quinhentos) associados (item 2.28. desta Instrução).

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Esta Instrução, aprovada pela Portaria DIRINT N° , de de agosto de 2002, entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim Externo do Comando da Aeronáutica.

10.2 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Diretor de Intendência da Aeronáutica, por proposta dos Subdiretores da SDPP e SDEE.

DISTRIBUIÇÃO: G

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União da Autarquias e das Fundações Públicas Federais - BMA 113-12. Rio de Janeiro, p 8-45, dez 1990.

BRASIL. MP 2.131, de 28 de dezembro de 2000 - dispõe sobre a estrutura remuneratória dos militares.

BRASIL. MP 2.215-10, DE 31 de agosto de 2001 - dispõe sobre a estrutura remuneratória dos militares.

BRASIL. Decreto nº 3.297, de 17 de dezembro de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - regulamenta as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos cíveis, dos aposentados e dos pensionistas da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União.

BRASIL. Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 - regulamenta a MP 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.

BRASIL. Portaria Nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002, do Comando da Aeronáutica - COMAER - define e classifica as consignações em folha de pagamento, estabelece condições para habilitação e credenciamento de entidades consignatárias, no âmbito do Comando da Aeronáutica, e dá outras providências.

Brasil. ICA 5-1, de 27 de outubro de 2000 - dispõe sobre a reedição da Instrução que disciplina o processo de confecção, controle e numeração de publicações do Comando da Aeronáutica.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ÍNDICE

ANEXOS,	
ATRIBUIÇÕES, 17	
competete à SDEE, 17	
competete à SDPP, 17	
competete à UPAG, 17	
CLASSIFICAÇÃO DAS CONSIGNAÇÕES, 21	
são consignações autorizadas, 21	
são consignações obrigatórias, 21	
CLASSIFICAÇÃO DE CONSIGNANTES, 19	
CLASSIFICAÇÃO DE ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS, 23	
são consideradas como entidades consignatárias oficiais -	
categoria I, 23	
poderão habilitar-se como entidades autorizadas,	
categoria II, mediante celebração de instrumento contratual com o	
COMAER, na forma da lei, 23	
DISPOSIÇÕES FINAIS, 31	
DISPOSIÇÕES GERAIS, 11	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, 7	
âmbito, 9	
conceituação, 7	
competência, 7	
finalidade, 7	
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, 29	
HABILITAÇÃO DE ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS, 25	
OBRIGAÇÕES DAS ENTIDADES CONSIGNATÁRIAS, 27	
SUMÁRIO	

COMANDO DA AERONÁUTICA



PUBLICAÇÕES

ICA 177-29

PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL

21 AGO 2002

COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE INTENDÊNCIA



PUBLICAÇÕES

ICA 177-29

PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL

21 AGO 2002



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMANDO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 15 /DIRINT, 21 de agosto de 2002

Aprova a reedição da Instrução que define as atribuições e padroniza os procedimentos, para cumprimento das sentenças judiciais de alimentos, de responsabilidade de militares e servidores civis do Comando da Aeronáutica.

O DIRETOR DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições e de acordo com o prescrito no Artigo 6º, Inciso III, do Regulamento da Diretoria de Intendência, aprovado pela Portaria Nº 692/GC3, de 22 de novembro de 2000,

R E S O L V E:

Art. 1º- Aprovar a reedição da ICA nº 177-29 "Pensão Alimentícia Judicial", que com esta baixa.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor da data da sua publicação, em Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 3º- Revoga-se a Portaria DIRINT Nº 001, de 17 de janeiro de 1994.

Maj.-Brig.-Int.- DENIZART LUSTOSA RIBEIRO
Diretor de Intendência da Aeronáutica

(Bol. do Comando da Aeronáutica Nº 63, de 21 de agosto de 2002)

SUMÁRIO

	PREFÁCIO.....	5
1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	7
	1.1 FINALIDADE.....	7
	1.2 COMPETÊNCIA.....	7
	1.3 CONCEITUAÇÃO.....	7
	1.4 ÂMBITO.....	7
2	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	9
3	ATRIBUIÇÕES.....	13
	3.1 <u>ATRIBUIÇÕES DA SDPP</u>	13
	3.2 <u>ATRIBUIÇÕES DAS UPAG</u>	14
4	DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	19
5	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	21
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23
	ÍNDICE.....	25

ANEXOS

ANEXO 1 - RELAÇÃO DE BANCOS CONVENIADOS

ANEXO 2 - TIPOS DE DESCONTOS DE PENSÕES ALIMENTÍCIAS

ANEXO 3 - OFÍCIO EXTERNO - MODELO

ANEXO 4 - FICHA DE CADASTRO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

21 AGO 2002

ICA 177-29

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

PREFÁCIO

Os procedimentos administrativos, relacionados com a implantação dos descontos para o pagamento de alimentos, têm caráter de urgência. A Subdiretoria de Pagamento de Pessoal - SDPP e as Unidades Pagadoras - UPAG, elos do Sistema de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica, deverão desenvolver ações no sentido de cumprir as determinações judiciais com prioridade, evitando acarretar prejuízos às partes envolvidas, em especial aos beneficiários de alimentos.

O bom atendimento aos alimentantes e alimentados deverá ser uma preocupação constante, pois se constituem em parcelas de uma realidade nem sempre pacífica, envolvendo fatores materiais e emocionais que repercutem no relacionamento com a Administração.

É importante ressaltar-se que a Administração é, apenas, cumpridora da determinação judicial, não lhe cabendo a interpretação das sentenças, nem a parcialidade na adoção dos procedimentos.

A participação do Agente de Controle Interno das UPAG na verificação, acompanhamento e controle dos procedimentos relacionados com a implantação, alteração e cancelamento das Pensões Alimentícias é fundamental para o correto cumprimento das sentenças judiciais de alimentos, e o adequado relacionamento com o Judiciário.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente ICA tem por finalidade definir as atribuições e padronizar os procedimentos para cumprimento das sentenças judiciais de alimentos, em que façam parte militares e servidores civis do Comando da Aeronáutica - COMAER.

1.2 COMPETÊNCIA

À Diretoria de Intendência, através da Subdiretoria de Pagamento de Pessoal, compete o estudo e a elaboração de normas e procedimentos relacionados com a prestação de informações e o cumprimento das sentenças judiciais de alimentos.

1.3 CONCEITUAÇÃO

Para o cumprimento das sentenças judiciais de alimentos, ficam estabelecidas as seguintes conceituações:

1.3.1 PENSÃO ALIMENTÍCIA JUDICIAL

É a importância a ser descontada da Remuneração do Militar ou Servidor Civil, em decorrência de sentença judicial de alimentos.

1.3.2 SENTENÇA JUDICIAL DE ALIMENTOS

É o documento expedido por Juiz de Vara de Família, que determina a Pensão Alimentícia Judicial. Esta sentença judicial de alimentos, geralmente, é informada ao COMAER mediante ofício.

1.3.3 ALIMENTANTE

É o militar ou civil que consigna em folha de pagamento Pensão Alimentícia Judicial.

1.3.4 ALIMENTADO

É o beneficiário da Pensão Alimentícia Judicial.

1.4 ÂMBITO

Esta Instrução, de observância obrigatória, aplicar-se-á a todas as OM do COMAER, com atribuições de UPAG, integrantes do Sistema de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica - SISPAGAER.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 As UPAG deverão cumprir, em caráter de urgência, as determinações judiciais referentes as Pensões Alimentícias, ao receberem sentenças judiciais ou ofícios originários dos Juizes das Varas de Família.

2.2 As implantações, alterações e cancelamentos das Pensões Alimentícias de militares e servidores civis serão realizados pelas UPAG, com base nas sentenças ou ofícios dos Juizes das Varas de Família.

2.3 As UPAG utilizarão os procedimentos dos Sistemas ACANTUS e SIAPE/SIAPECAD para realizarem a entrada dos dados relativos ao cumprimento das determinações judiciais de militares e servidores civis, constantes de sua folha de pagamento de pessoal.

2.4 Se necessário, deverão ser requeridas às Varas de Famílias, mediante ofício, cujo modelo está contido no Anexo 3, as informações cadastrais das alimentadas para a implantação das Pensões Alimentícias de militares e servidores civis.

2.5 No sistema ACANTUS, a SDPP e as UPAG deverão adotar os seguintes procedimentos, em face de alterações no cumprimento das determinações judiciais:

- a) **até 31 de dezembro de 2002, as implantações** continuarão a ser realizadas pela SDPP, de forma centralizada;
- b) **a partir de 1º janeiro de 2003, as implantações, alterações e cancelamentos** serão realizados pelas UPAG, de acordo com as instruções operacionais complementares, aplicadas ao Sistema ACANTUS, a serem emitidas pela SDPP;
- c) **as alterações** dos descontos serão realizadas, a partir da vigência desta Instrução, diretamente pelas UPAG, em decorrência de determinação judicial que modificar as bases dos descontos anteriores, de mudanças na estrutura remuneratória ou promoções do alimentante; e
- d) os cancelamentos de descontos de Pensão Alimentícia serão, também, realizados pelas UPAG, e ocorrerão, somente, em cumprimento a ofício judicial, específico para cancelamento do desconto.

2.6 Quando do falecimento do alimentante, o cancelamento da Pensão de Alimentos ocorrerá ao extinguir-se o pagamento do militar ou do servidor civil.

2.7 O desconto de Pensão Alimentícia só poderá ser excluído por ordem judicial. A notícia comprovada, mediante certidão de óbito, do falecimento do alimentado não é causa determinante para exclusão do desconto.

2.8 A Pensão de Alimentos não incidirá sobre o Adicional de Férias do alimentante, salvo se estiver expressamente determinado na sentença judicial que instituiu o desconto da Pensão Alimentícia.

2.9 O desconto da Pensão Alimentícia referente ao 13º salário será processado pela Divisão de Processamento de Dados da SDPP, no Sistema ACANTUS, no pagamento referente ao mês de novembro, no caso de alimentantes militares.

2.10 O desconto da Pensão Alimentícia referente ao 13º salário será processado pelo SIAPE/SIAPECAD no pagamento referente ao mês novembro, no caso de alimentantes civis.

2.11 A sentença é cumprida de acordo com a determinação judicial. Não cabe à SDPP ou às UPAG a interpretação das decisões judiciais.

2.12 O início do desconto da Pensão Alimentícia, quando não especificado na sentença judicial, será considerado a contar da data de expedição do ofício do Juiz, para militares e servidores civis.

2.13 A Divisão de Consignações e Pensões Alimentícias, da SDPP - PP2, e os Gestores de Finanças das UPAG estão autorizados a solicitar aos Bancos conveniados a abertura de contas correntes individuais em favor dos alimentados, quando por eles solicitadas, destinadas aos depósitos das Pensões Alimentícias.

2.14 As UPAG deverão prestar todas as informações solicitadas pelos Órgãos do Poder Judiciário, nos Processos de Ação de Alimentos em que sejam partes militares e servidores civis do COMAER, que constem da sua folha de pagamento de pessoal.

2.15 As sentenças judiciais de alimentos, relativas a militares e servidores civis, deverão ser publicadas em Boletim Reservado da UPAG e Organizações Militares apoiadas.

2.16 As UPAG de origem deverão remeter às UPAG de destino cópias dos documentos judiciais recebidos, juntamente com a Guia de Remuneração, no prazo máximo de 10 dias, a contar do ato do desligamento, quando ocorrer transferência de militar ou servidor civil.

2.17 As Pensões Alimentícias são classificadas, no Sistema ACANTUS, segundo seu código de caixa e tipo, conforme tabela abaixo:

TABELA H00

<u>CÓDIGO DE CAIXA</u>	<u>ORDEM CRONOLÓGICA</u>
H01	1º Beneficiário - Pensão Alimentícia Judicial
H02	2º Beneficiário - Pensão Alimentícia Judicial
H03	3º Beneficiário - Pensão Alimentícia Judicial
H04	4º Beneficiário - Pensão Alimentícia Judicial
H05	5º Beneficiário - Pensão Alimentícia Judicial
H06	- Retenção no alimentante efetuada pela PP2 e destinada à Tesouraria da SDPP.
H07	- Retenção no alimentante efetuada pela UPAG e com destino à Tesouraria da SDPP
H08	- Pensão Alimentícia voluntária - letra "h", do § 2º, do art. 4º, da Portaria nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002.

2.18 Os bancos conveniados com o COMAER para o pagamento de Pensão de Alimentos, em todo Território Nacional, são os constantes do anexo 1.

2.19 As UPAG deverão adotar os tipos de descontos estabelecidos na codificação do anexo 2, para a entrada dos dados no Sistema ACANTUS.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

3 ATRIBUIÇÕES

3.1 SÃO ATRIBUIÇÕES DA SDPP:

3.1.1 normatizar, conferir, controlar e coordenar os descontos referentes a Pensões Alimentícias do pessoal militar e civil do COMAER, nos Sistemas ACANTUS e SIAPE/SIAPECAD;

3.1.2 até 31 de dezembro de 2002, continuar a implantar os descontos de Pensões Alimentícias, de forma centralizada;

3.1.3 manter cadastro atualizado, contendo informações sobre os beneficiários de Pensões Alimentícias de militares e servidores civis;

3.1.4 manter em arquivo, em forma de processos individuais, autuados e indexados, as cópias dos ofícios judiciais de todas as Pensões Alimentícias, de militares e servidores civis referentes a implantações, alterações e cancelamentos, realizados pelas UPAG;

3.1.5 proceder a microfilmagem e a digitalização dos processos judiciais de alimentos, arquivados na PP2;

3.1.6 conferir os lançamentos dos descontos de Pensões Alimentícias digitados nos Sistema ACANTUS e SIAPE/SIAPECAD, pelas UPAG;

3.1.7 disponibilizar às UPAG por meio da INTRAER, os relatórios das alterações aceitas pelo Sistema ACANTUS, referentes às Pensões Alimentícias digitadas;

3.1.8 conferir as listagens bancárias de Pensões Alimentícias, geradas na Divisão de Processamento de Dados - PP6, para posterior remessa à Divisão de Pagamento no País - PP4, em tempo hábil, para a execução do pagamento mensal;

3.1.9 orientar às UPAG, objetivando o bom desempenho das atividades de Pensão Alimentícia;

3.1.10 proporcionar, quando necessário, treinamento a pessoal das UPAG, específico sobre implantações, alterações e exclusões das sentenças judiciais de alimentos;

3.1.11 fiscalizar a correção dos lançamentos referentes às Pensões Alimentícias, digitadas no Sistema ACANTUS e SIAPE/SIAPECAD pelas UPAG, quando das Inspeções Sistêmicas da DIRINT;

3.1.12 executar a exclusão de caixas consignatárias solicitadas pelas UPAG, por motivo de implantações ou alterações de desconto de Pensão Alimentícia; e

3.1.13 conferir a correção dos lançamentos dos descontos de Pensões Alimentícias e a tempestividade nas respostas aos ofícios judiciais, de responsabilidade das UPAG.

3.2 SÃO ATRIBUIÇÕES DAS UPAG:

3.2.1 PESSOAL MILITAR

3.2.1.1 executar, **a partir de 1º janeiro de 2003**, sempre em caráter de urgência, as sentenças judiciais, pautadas em ofícios das Varas de Família, referentes a implantações, alterações e cancelamentos, de acordo com as rotinas próprias do Sistema ACANTUS;

3.2.1.2 **até 31 de dezembro de 2002, realizar apenas as alterações** nos descontos de Pensões Alimentícias, em decorrência de determinação judicial, mudanças na estrutura remuneratória ou promoções do alimentante;

3.2.1.3 cancelar os descontos para a Pensão Alimentícia, mediante determinação judicial, a partir da vigência desta Instrução;

3.2.1.4 abrir pasta de processo individual no **Órgão de Pessoal da UPAG**, contendo os originais dos documentos judiciais de alimentos e expedientes administrativos, referentes ao militar alimentante e ao alimentado;

3.2.1.5 providenciar, em caráter de urgência, obedecendo o prazo legal, o ofício ao Juízo da Ação com as informações requeridas pelo Poder Judiciário;

3.2.1.6 remeter, **após o cumprimento da determinação judicial**, à SDPP-PP2, cópias de todos os documentos originários das Varas de Família, componentes do processo de alimentos (ofícios judiciais);

3.2.1.7 comunicar à SDPP, via rádio, em caráter de urgência, o falecimento do alimentante ou alimentado;

3.2.1.8 utilizar as PLANILHAS DE CÁLCULOS DE PENSÕES ALIMENTÍCIAS, disponibilizadas através da INTRAER, no endereço eletrônico <http://www.sdpp.intraer>, e remeter cópia do referido documento à SDPP-PP2, devidamente preenchido, por meio de fac-símile nº (0XX21) 2215-0203 Ramal 253 ou (0XX21) 2220-8673, no prazo máximo de 10 (dez) dias, para conferência, acompanhamento e composição dos processos de alimentos, em arquivo na SDPP;

3.2.1.9 restabelecer os descontos de Pensões Alimentícias que tenham sido canceladas em decorrência de falhas no processamento da folha de pagamento do militar, fazendo-se os ajustes necessários para o mês subsequente ao da ocorrência;

3.2.1.10 providenciar o pagamento em conta corrente do militar, do valor que este fizer jus, quando por motivo de falha do sistema de pagamento de pessoal, o pagamento deixar de ser executado, solicitando o numerário à SDPP e observando as deduções referentes aos descontos obrigatórios e autorizados, conforme a legislação aplicada à matéria;

3.2.1.11 providenciar mensagem informativa à SDPP-PP2, solicitando a confecção de adiantamento à alimentada que, por motivo de inconsistência no pagamento do militar alimentante, tenha deixado de receber a Pensão Alimentícia mensal, fazendo constar os dados bancários e o C.P.F. (Cadastro de Pessoas Física) da referida beneficiária da Pensão Alimentícia e o valor a ser depositado;

3.2.1.12 lançar os dados cadastrais e bancários dos alimentados no Sistema de Cadastramento de Manutenção da Família da PP2, quando ocorrer a implantação inicial, através da "INTRAER", no endereço www.sdpp.intraer, no campo estrutura organizacional - PP2, a partir de 1º de janeiro de 2003;

3.2.1.13 confrontar o relatório de alterações aceitas, emitido pelo pelo Sistema ACANTUS, com a totalidade dos lançamentos efetuados, relançando as alterações, caso ocorra qualquer incorreção, na implantação e alteração das Pensões Alimentícias;

3.2.1.14 alterar os descontos de Pensão Alimentícia dos militares, em decorrência do estabelecimento de nova sentença judicial de alimentos, reajustes salariais, mudança na estrutura remuneratória, ou promoções do alimentante;

3.2.1.15 ajustar o valor da Pensão Alimentícia dos militares, em decorrência de passagem para a inatividade do alimentante;

3.2.1.16 atualizar os descontos de Pensão Alimentícia de militares, cuja sentença judicial determine sua vinculação ao salário-mínimo, ou outros parâmetros e índices financeiros;

3.2.1.17 adotar o seguinte procedimento, quando o militar não dispuser de margem consignável para implantação da Pensão Alimentícia:

- a) cancelar os descontos autorizados, de forma a permitir, por parte da UPAG, a implantação ou alteração da Pensão Alimentícia, obedecendo o disposto nos art. 4º e 9º, da Portaria nº 398/GC6, de 17 de maio de 2002; e

- b) comunicar às entidade(s) consignatária(s) e às OM apoiadas sobre o cancelamento dos descontos autorizados, ressaltando que tais cancelamentos deverão ser negociados entre as entidades consignatárias e os associados para evitar prejuízos pela ausência de pagamento de consignações autorizadas.

3.2.1.18 adotar os seguintes procedimentos para militares licenciados, com direito ao recebimento da Compensação Pecuniária, com desconto para Pensão Alimentícia:

- a) a Pensão de Alimentos incidirá sobre o Abono Pecuniário proporcionalmente ao seu tempo de implantação;
- b) o percentual de cálculo será o mesmo fixado na sentença judicial que determinou a Pensão Alimentícia;
- e
- c) este procedimento não será adotado se houver determinação expressa, negando tal providência, na sentença ou ofício judicial.

3.2.2 SERVIDORES CIVIS

3.2.2.1 executar, de imediato, as sentenças judiciais pautadas em ofícios das Varas de Família, realizando as implantações, alterações e cancelamentos, no SIAPE/SIAPECAD, utilizando a transação FPATMOVFIN -Rubrica - 97002 - Pensão Alimento - Assunto de Cálculo 06 ou outra que venha a substituí-la;

3.2.2.2 abrir pasta de processo individual no **Órgão de Pessoal da UPAG**, contendo os originais dos documentos judiciais de alimentos e documentos administrativos referentes ao servidor civil alimentante e ao alimentado;

3.2.2.3 providenciar, em caráter de urgência, as informações requeridas pelo Poder Judiciário, encaminhando-as ao Juízo da Ação mediante ofício, relacionados com os servidores civis constantes da folha de pagamento da UPAG;

3.2.2.4 restabelecer os descontos de Pensões Alimentícias descontados de servidores civis que tenham sido canceladas em decorrência de falhas no processamento da folha de pagamento, fazendo-se os ajustes necessários para o mês subsequente ao da ocorrência de fato;

3.2.2.5 antecipar, mediante pagamento em conta corrente do servidor civil, o valor que este fizer jus, quando por motivo de falha do processamento, o pagamento deixar de ser executado, solicitando o numerário à SDPP e observando os abatimentos referentes aos descontos obrigatórios e autorizados, conforme disposto na legislação sobre a matéria;

3.2.2.6 providenciar mensagem informativa à SDPP-PP2, solicitando a confecção de adiantamento à alimentada que, por motivo de inconsistência no pagamento do servidor civil alimentante, tenha deixado de receber a Pensão Alimentícia mensal, fazendo constar os dados bancários e o C.P.F. (Cadastro de Pessoas Física) da beneficiária da Pensão Alimentícia e o valor a ser depositado;

3.2.2.7 transmitir, por meio de fac-símile nº (0XX21) 2215-0203 Ramal 253 ou (0XX21) 2220-8673, em caráter de urgência, à SDPP, cópia do ofício da Vara de Família contendo a sentença judicial, após o cumprimento de determinação judicial;

3.2.2.8 manter os processos em arquivo, no Órgão de Pessoal, contendo os originais dos documentos judiciais e cópias dos documentos emitidos pelas UPAG, autuados e indexados;

3.2.2.9 alterar os descontos de Pensão Alimentícia dos servidores civis, em decorrência do estabelecimento de nova sentença judicial de alimentos ou de reajustes salariais fixados por legislação específica;

3.2.2.10 ajustar o valor da Pensão Alimentícia dos servidores civis, em decorrência de promoção, ou aposentadoria do alimentante;

3.2.2.11 atualizar os descontos de Pensão Alimentícia de servidores civis, cuja sentença judicial determine sua vinculação ao salário-mínimo, ou outros parâmetros e índices financeiros; e

3.2.2.12 zelar pela correta manutenção do desconto de Pensão Alimentícia, nos vencimentos dos servidores civis alimentantes.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

4 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

4.1 Os processos atualmente existentes no arquivo da SDPP-PP2, contendo os originais dos documentos relacionados à Pensão Alimentícia, não serão descentralizados às UPAG, cabendo àquela Divisão mantê-los autuados e indexados.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Esta Instrução revoga a IMA 177-29, de 01 Dez 93, aprovada pela Portaria DIRINT Nº 001, de 17 de janeiro de 1994.

5.2 Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Diretor de Intendência da Aeronáutica, por proposta do Subdiretor da SDPP.

5.3 Esta Instrução entrará em vigor da data da publicação no Boletim Externo do Comando da Aeronáutica.

DISTRIBUIÇÃO: G

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 - dispõe sobre o Estatuto dos Militares - BMA 113-2. Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União da Autarquias e das Fundações Públicas Federais - BMA 113-12. Rio de Janeiro, p 8-45, dez 1990.

BRASIL - MP nº 2.131, de 28 de dezembro de 2001 - última atualização se deu pela MP 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 - dispõe sobre a estrutura remuneratória dos militares.

BRASIL - Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 - regulamenta a MP 2.215-10, de 31 de agosto de 2002.

BRASIL. Portaria nº 948/GM6, 30 de dezembro de 1993 - dispõe sobre prestação de informações e cumprimento de decisão judicial, em ações de alimentos.

BRASIL. ICA 177-32, de 20 de agosto de 2001 - dispõe sobre a Implantação da Nova LRM.

BRASIL. ICA 5-1, de 27 de outubro de 2000 - dispõe sobre a reedição da Instrução que disciplina o processo de confecção, controle e numeração de publicações do Comando da Aeronáutica.

INTENCIONALMENTE EM BRANCO

ÍNDICE

ANEXOS,	
ATRIBUIÇÕES, 13	
atribuições da SDPP, 13	
atribuições das UPAG, 14	
competete à UPAG, 13	
DISPOSIÇÕES FINAIS, 21	
DISPOSIÇÕES GERAIS, 9	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, 7	
âmbito, 8	
conceituação, 7	
finalidade, 7	
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, 19	
SUMARIO	